

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ARLINDO LINS DE MELO JÚNIOR

**EDUCAÇÃO E LUTA PELO TERRITÓRIO:  
FORMAÇÃO DOS LÍDERES CAIÇARAS DO  
MUNICÍPIO DE IGUAPE-SP**

SÃO CARLOS-SP

2024

ARLINDO LINS DE MELO JÚNIOR

**EDUCAÇÃO E LUTA PELO TERRITÓRIO: FORMAÇÃO DOS LÍDERES  
CAIÇARAS DO MUNICÍPIO DE IGUAPE-SP**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação. Linha de pesquisa: Estado, Política e Formação Humana.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto

São Carlos-SP

2024

Melo Júnior, Arlindo Lins de

Educação e luta pelo território: Formação dos líderes  
caiçaras do município de Iguape -SP / Arlindo Lins de  
Melo Júnior -- 2024.  
165f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos,  
campus São Carlos, São Carlos  
Orientador (a): Luiz Bezerra Neto  
Banca Examinadora: Jaqueline Daniela Basso, Marily  
Oliveira Barbosa, Maria Cristina dos Santos, Manoel  
Nelito Matheus Nascimento  
Bibliografia

1. Líderes caiçaras. 2. Território caiçara. 3. Educação. I.  
Melo Júnior, Arlindo Lins de. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática  
(Sin)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

### FOLHA DE APROVAÇÃO

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Arlindo Lins de Melo Junior, realizada em 19/09/2024.

#### COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto (UFSCar)

Profa. Dra. Jaqueline Daniela Basso (UEMS)

Profa. Dra. Marily Oliveira Barbosa (UNCISAL)

Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos (UFSCar)

Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

## **DEDICATÓRIA**

A minha família, especialmente a minha mãe por sua grande força e dedicação aos filhos (*In memoriam*).

## AGRADECIMENTO

Agradeço às seguintes pessoas e instituições:

À família, pelo apoio e incentivo, nas pessoas de meus queridos pais, irmão, irmã, tios e tias.

À minha esposa, Krishna, por seu companheirismo e amor.

A meu orientador, professor Dr. Luiz Bezerra Neto, pela paciência em ensinar e pelo aprendizado que me concedeu por meio do seu vasto conhecimento sobre Educação do/no Campo.

À minha banca de defesa, nas pessoas dos professores: Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos, Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento, Profa. Dra. Marily Oliveira Barbosa e Profa. Dra. Jaqueline Daniela Basso.

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – *campus* São Carlos.

A toda comunidade caiçara da cidade de Iguape, São Paulo, em especial, à Associação de Jovens da Juréia.

Ao Instituto Histórico e Geográfico pela disponibilização de seu acervo bibliográfico.

Aos meus amigos(as) que estiveram perto com seus conselhos acadêmicos e pessoais, nas pessoas da Cristiane Feitosa, Daniel Pimentel, Marily Barbosa e Patric Santos.

Ao amigo e professor caiçara, Paulo Cesar Franco, pela imensa ajuda com materiais e conversas didáticas sobre as comunidades caiçaras.

Aos digníssimos camaradas: Anderson Prado, Alan Carneiro, Cleiton Prado, Dario Prado, Adriana Lima e tantos outros membros significativos da comunidade caiçara da cidade de Iguape-SP e da região da Juréia.

Aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo (GEPEC).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Fomos durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienamos desse organismo de que somos parte, a terra, passando a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a terra e a humanidade.

*Ailton Krenak*

## RESUMO

Compreender a influência da escolarização e formação superior dos líderes caiçaras na luta pelo território exige uma discussão sobre as funções da educação básica e ensino superior na vida dos líderes das comunidades tradicionais, mais especificamente a caiçara. As comunidades caiçaras fazem parte do conjunto de comunidades tradicionais brasileiras, esse grupo social retira de forma sustentável da terra e do mar os recursos necessários para sua existência. Além disso, eles possuem uma forte afinidade com musicalidade e dança por meio do Fandango e com outras atividades culturais como artesanato e comidas típicas da comunidade. Esta pesquisa teve como objetivo compreender a influência da escolarização e da formação política dos líderes caiçaras no processo de luta pela terra no município de Iguape-SP. A pesquisa foi fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético (MHD), por meio da contradição da dialética marxista, usou-se uma reflexão qualitativa. Como metodologias foram empregadas a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e foi realizado um estudo empírico por meio da realização de entrevista semiestruturada com sete participantes, sendo que cinco destes eram líderes e dois eram membros da comunidade caiçara. Os resultados demonstram, por meio da análise das entrevistas, as contribuições da educação básica e ensino superior na vida dos líderes bem como esta influenciou nas lutas territoriais e de empoderamento dos direitos próprios e das pessoas pertencentes à comunidade, apesar do fechamento da única e última escola rural caiçara da Estação Ecológica da Juréia-Itatins. No entanto, reconhecem que na educação básica a escola, através dos professores, não trabalhava a questão da identidade caiçara e das atividades culturais. Um outro detalhe importante encontrado nas falas dos entrevistados é a proibição da comunidade de plantar sustentavelmente dentro do território por parte das autoridades públicas do estado de São Paulo.

**Palavras-chave:** Líderes Caiçaras; Território Caiçara; Escolarização Caiçara; Educação básica; Ensino Superior.

## ABSTRACT

Understanding the influence of schooling and higher education of Caiçara leaders in the struggle for land requires a discussion about the roles of basic education and higher education in the lives of leaders of traditional communities, more specifically the Caiçara. Caiçara communities are part of the group of traditional Brazilian communities; this social group sustainably obtains the resources necessary for their existence from the land and sea. In addition, they have a strong affinity with music and dance through Fandango and with other cultural activities such as crafts and typical foods of the community. This research aimed to understand the influence of schooling and political training of Caiçara leaders in the process of struggle for land in the municipality of Iguape-SP. The research was based on Historical-Dialectical Materialism (HDM), through the contradiction of Marxist dialectics, and a qualitative reflection was used. The methodologies used were bibliographical research, documentary research, and an empirical study was carried out through semi-structured interviews with seven participants, five of whom were leaders and two were members of the Caiçara community. The results demonstrate, through the analysis of the interviews, the contributions of basic education and higher education in the lives of the leaders, as well as how this influenced the territorial struggles and the empowerment of the rights of the community and its members, despite the closure of the only and last rural Caiçara school in the Juréia-Itatins Ecological Station. However, they recognize that in basic education, the school, through its teachers, did not address the issue of Caiçara identity and cultural activities. Another important detail found in the statements of the interviewees is the prohibition of the community from planting sustainably within the territory by the public authorities of the state of São Paulo.

**Keyword:** Caiçara Leaders; Caiçara Territory; Caiçara Schooling; Basic Education; Higher Education.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações sobre as lutas territoriais das comunidades caiçaras no contexto brasileiro	83
Quadro 2 - Características dos líderes caiçaras da cidade de Iguape-SP	98
Quadro 3 -Características dos membros da comunidade caiçara de Iguape –SP	99

## LISTA DE SIGLAS

AJJ – Associação dos Jovens da Juréia

AI-5 - Ato Institucional nº 5

BDTD - Plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CBTN - Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear

CNEC – Conferência Nacional de Educação do Campo

CEMBRA - Centro de Excelência para o Mar Brasileiro

CENIMAR - Centro de Informações da Marinha

CIEX - Centros de informações do Exército

CISA - Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente

CONFRIIO - Companhia Nacional de Frigorífico

Doi-Codi - Destacamentos de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna

DOPs - Delegacias de Ordem Política e Social

EEJI - Estação Ecológica Juréia - Itatins

EUA - Estados Unidos da América

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

GEPEC - Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Educação no Campo

IHGSP - Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

HISTEDBR - Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDHM - Índice de desenvolvimento humano municipal

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ISA - Instituto Socioambiental

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB - Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MHD - Materialismo Histórico–Dialético

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEPEDE-EEs - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direito à Educação - Educação Especial

NUCLEBRÁS - Empresas Nucleares Brasileiras

NUCLAM - Nuclebrás Auxiliar de Mineração S.A

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo

PEI - Programa Ensino Integral

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PHC - Pedagogia Histórico-Crítica

PECa - Projeto Espaço Caiçara

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PUC - Pontifícia Universidade Católica

RGP - Registro Geral da Atividade Pesqueira

SRMs - Salas de Recursos Multifuncionais

SE - Sem Especialização

SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente

SNI - Serviço Nacional de Informações (SNI)

SUDELPA - Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UEL - Universidade Estadual de Londrina

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UMJ - União de Moradores da Juréia

UNB - Universidade de Brasília

UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

USP - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>2.0 OS PROCESSOS DE LUTAS POR TERRITÓRIOS CAIÇARAS NO MUNICÍPIO DE IGUAPE-SP NA DÉCADA DE 1970.....</b>	<b>30</b>
2.1 - OS INDÍCIOS PARA O SURGIMENTO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA JURÉIA-ITATINS/SP (EEJI) NA DÉCADA DE 1970: O OLHAR SOB A DESAPROPRIAÇÃO DE PARTE DO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE CAIÇARA DA CIDADE DE IGUAPE-SP.....	38
<b>3 CATEGORIZAÇÃO PARA PENSARMOS NA COMUNIDADE CAIÇARA DE IGUAPE-SP: Leituras e procedimentos metodológicos .....</b>	<b>54</b>
3.1 TRABALHO E TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA CRÍTICA: LIDERANDO AS COMUNIDADES TRADICIONAIS CAIÇARAS EM BUSCA DE MAIS CIDADANIA. ....	57
3.2 A PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA QUE OS HOMENS E MULHERES CAIÇARAS PRECISAM TER PARA LUTAR POLITICAMENTE POR SEUS DIREITOS.....	61
3.3 PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA UMA TEORIA REVOLUCIONÁRIA PARA AS COMUNIDADES RESIDENTES NO CAMPO: DEMANDA CAIÇARA.....	65
3.4 O CAMINHO METODOLÓGICO .....	75
<b>3.4.1 Entrevista semiestruturada .....</b>	<b>79</b>
<b>3.4.2 Análise de dados .....</b>	<b>79</b>
3.4.3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA DAS TESES E DISSERTAÇÕES, DISPONÍVEIS NA BDTD .....	81
3.4.3.1 Levantamento dos textos científicos sobre educação (escolarização e formação superiores dos líderes caiçaras) e os territórios das comunidades caiçaras no Brasil. ....	81
<b>4.0 ESCOLARIZAÇÃO E FORMAÇÃO SUPERIOR DOS LÍDERES CAIÇARAS NA LUTA PELO TERRITÓRIO: PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE CAIÇARA DE IGUAPE-SP .....</b>	<b>93</b>
4.1 O PAPEL DO LÍDER EM UMA PERSPECTIVA CRÍTICA.....	93
4.2 LÓCUS DA PESQUISA E APRESENTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS LÍDERES E MEMBROS .....	97
4.3 OS LÍDERES CAIÇARAS DE IGUAPE-SP E SUAS ATUAÇÕES NO	

TERRITÓRIO.....	99
4.4 A IMPORTÂNCIA DA TERRA PARA LÍDERES E MEMBROS DA COMUNIDADE CAIÇARA DE IGUAPE-SP .....	112
4.5 A IMPORTÂNCIA DO MAR PARA LÍDERES E MEMBROS DA COMUNIDADE CAIÇARA DE IGUAPE-SP.....	122
4.6 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA COMUNIDADE CAIÇARA DE IGUAPE-SP.	129
4.7 INFLUÊNCIA DA ESCOLARIZAÇÃO E FORMAÇÃO SUPERIOR DOS LÍDERES CAIÇARAS NA LUTA PELO TERRITÓRIO.....	136
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>145</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>148</b>

## APRESENTAÇÃO

O mar e a terra sempre fizeram parte de minha prática social. Pertencer ao nordeste do Brasil e mais especificamente a um Estado litorâneo como Alagoas, fez-me compreender e viver o processo de interação do ser humano com o mar e com a terra. Lembro dos momentos que saía para pescar com minha mãe e me sentia totalmente satisfeito em estar com ela, tanto conhecimento era emanado daqueles momentos, mas na época não percebia o que ela estava me ofertando, que eram os conhecimentos tradicionais do litoral. Compreendi isso ao longo dos anos na graduação em Educação Física e essa compreensão foi se consolidando intelectualmente no mestrado em Educação.

Em minhas andanças pela praia da capital alagoana, ao sair de casa até chegar pertinho do mar e posteriormente pescar era algo simples que fazia parte da minha vida, por esporte, lazer e também pelo fato de levar um alimento saudável para casa, já nessa época pescávamos para manter as tradições e para estarmos juntos um dos outros enquanto família, amigos e também comunidade praieira.

Já nesta época, o engajamento com o mar não era a única coisa que as pessoas nascidas no litoral se importavam socialmente. As pessoas já sabiam a importância de estudar, de investir em outros projetos e conseqüentemente de querer prosperar. Neste querer melhorar de vida era nítido pelas pessoas que o estudar e o comercializar eram essenciais para a transformação socioeconômica, com certeza o capitalismo determinava e determina esse contexto, as pessoas não se preocupavam em ter uma identidade de praieiros, mas, sim, de evoluir. Lógico que buscar uma melhor condição de vida e sobrevivência não era errado, no entanto, deixar as tradições dadas na utilização socioambiental do mar e da terra, sem ter a devida escolarização, sim.

Sobre o uso da terra, lembro-me de meu avô plantando feijão, na época ele já era comerciante e trabalhava juntamente com sua esposa para manter todos, inclusive minha mãe. Mas, no plantar da terra, em sua pequena roça, ele se sentia bem, cultivava feijão, milho e jerimum<sup>1</sup>. Na época, meu avô já havia sido fisgado pelo anzol do comércio, mas ainda assim, tirava da terra alimentos que complementavam

<sup>1</sup> Jerimum ou abóbora é o fruto da espécie de plantas pertencentes à família Cucurbitaceae, e é comumente conhecido por esse nome em algumas regiões brasileiras como o norte e nordeste, e, neste estudo, mais especificamente no Estado de Alagoas (Terra, 2011).

as refeições do litoral que sempre tinham na mesa a sardinha, a tainha e as arraias.

Todo brasileiro tem o direito de evoluir intelectualmente, ter uma existência digna e poder oferecer para os seus uma vida tranquila, direito dado pela Constituição Federal (1988). Em uma perspectiva socialista, homens e mulheres devem ter acesso igualitário a oportunidades educacionais, saúde e recursos básicos condições para viverem suas vidas decentemente. Por meio de distribuição equitativa de riquezas e da valorização do bem-estar coletivo, busca-se reduzir as discrepâncias sociais e promover uma sociedade mais igualitária.

Mas, vamos voltar à vida acadêmica, minha graduação em Educação Física teve início na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde pude conhecer a Iniciação Científica e tive uma grande professora como orientadora. Assim, entre os anos de 2011 e 2012, fui bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), período em que tive a oportunidade de atuar junto aos professores das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) em uma Rede Municipal de Ensino, estudando sua formação inicial e continuada. Um imprevisto aconteceu e posteriormente tive que me desligar da UFAL, porém com desejo forte de posteriormente voltar, os ventos do mundo acadêmico me levaram para Faculdade Claretiano, onde concluí meus estudos em Educação Física.

Transformar-me em um pesquisador das ciências humanas, mais especificamente da área da educação foi desafiador para mim. Mas fui aprovado na Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba. Em 2019, defendi a dissertação de mestrado intitulada “Trajetórias dos professores e educadores sociais da cidade de Iguape – São Paulo” (Melo Júnior, 2019). A partir de então tenho buscado disseminar o conhecimento que obtive e obtenho nessa caminhada para outras pessoas por meio das ministrações de minhas aulas no ensino superior.

Quando falo de minha pesquisa de mestrado lembro-me de minhas viagens para conhecer a cidade de Iguape-SP nos anos 2017 e 2018, foi uma experiência nova, ao mesmo tempo introspectiva. Nova porque foi minha primeira vez em Iguape-SP, que lugar bonito, a fauna e flora da região da Juréia conquistam qualquer um. Introspectiva porque não sabia como seria minha caminhada naquele território tradicional caiçara. Meu amigo/irmão Paulo Cesar Franco e sua esposa me receberam de braços abertos indicando os caminhos que deveria percorrer para chegar à escola, aos professores e aos educadores sociais caiçaras pertencentes à escola Sebastiana

Muniz e/ou também à Associação de Jovens da Juréia (AJJ).

E foi percorrendo esses caminhos que, em 2018, tive a honra de entrevistar o grande líder caiçara, Dauro Prado, um homem muito sábio que transmitia em suas palavras muita serenidade e cuidados com a comunidade, principalmente no uso e manejo da terra e mar para pegar peixes e crustáceos ajudando na manutenção da família. Ao falar de educação e sua importância para a comunidade, pude observar sua preocupação com os jovens e como eles travariam as lutas sociais e políticas no futuro, para isso, tanto a escolarização, quanto as formações superiores deveriam ser disponibilizadas e alcançadas pelas novas gerações. Surge a partir desta minha lembrança uma vontade de aprender mais com esses líderes, quem são esses líderes caiçaras que podem mudar a perspectiva de luta pelo território no município de Iguape-SP.

Essa hipótese de pesquisa que salienta a influência da escolarização e formação superior dos líderes comunitários caiçaras na luta pelo território ficou martelando, é lógico que formação advinda da escola e posteriormente da faculdade vão tendo influências nas atividades trabalhistas das pessoas, isso já é sabido. Quais as dificuldades para se chegar e concluir o ensino médio e subsequentemente o ensino superior, será que todos os líderes conseguiram concluir o ensino médio e graduação? Lembro-me de conversar com diversos pesquisadores, como minha ex-orientadora de mestrado, Profa. Dra. Katia Regina Moreno Caiado, com o até então membro de minha banca de mestrado, Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto, que futuramente seria meu orientador de doutorado e também minha amiga, Profa. Dra. Jaqueline Daniela Basso. Falei sobre minha hipótese que naquele momento não tinha resposta para o meu problema. E assim construí o projeto de pesquisa para prestar a seleção do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.

Pensei “esse caminho é um percurso válido para a ciência”. Estava mais uma vez mergulhado na educação no campo na demanda da comunidade caiçara, agora em nível de doutoramento que aumentava circunstancialmente minha responsabilidade com a educação.

Ainda no período da realização do mestrado em educação e posteriormente a ele, ainda nos processos seletivos que realizei para o doutorado, participei do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo (GEPEC-UFSCar). A vida rural

sempre me atraiu, despertando minha vontade acadêmica de estudar e compreender as razões por trás dos acontecimentos no universo campestre. Nesse sentido, o GEPEC desempenhou um papel fundamental em minha jornada, pois proporcionou debates, pesquisas aprofundadas e estudos sobre esse universo em particular. A fundamentação teórica do grupo também me chamou atenção, o Materialismo Histórico-Dialético (MHD) sempre foi a perspectiva teórica que me fascinou enquanto estudante de graduação, mestrado e, posteriormente, doutorado. Analisar o mundo de uma forma crítica, saber que estamos em uma grande luta de classes, em que a educação e a pesquisa devem ter a missão de livrar as pessoas da alienação imposta pelo capital, realmente expandiu meus horizontes.

Como membro do GEPEC-UFSCar, pude fundamentar e analisar o campo e o mar baseado numa perspectiva crítica. Os inúmeros debates a respeito da Educação no campo e das comunidades que pertencem à educação do campo me incluíram na luta pelos movimentos campestres no âmbito das ciências humanas.

O processo de concepção do estudo intitulado “Influência da Escolarização e Formação Superior dos Líderes Caiçaras na Luta Pelo Território” aconteceu ainda na fase de finalização de meu mestrado em educação no ano de 2018. Neste período, ao analisar os dados de minha pesquisa sobre as trajetórias dos professores e educadores sociais caiçaras na cidade de Iguape-SP, pude perceber a importância dos líderes comunitários para essa comunidade, contudo, um emaranhado de indagações foi levantado naquele momento sobre como era essa escolarização e também a formação superior daqueles que estavam à frente da comunidade.

Regina Leite García (2011) salienta que pesquisamos e escrevemos para contribuir na melhoria da nossa prática social que desemboca na nossa prática pedagógica, conseqüentemente ajudamos no aprendizado de nossos estudantes, produzindo alguma mudança na escola e faculdade, e conseqüentemente isso deverá influir sobre o sucesso ou fracasso escolar. Assim, toda ação política tem um sentido educativo e toda a prática educativa carrega um forte componente político-social. (García, 2011).

Enquanto pesquisador, uma das minhas maiores lutas é fazer de minhas pesquisas um norte para transformação das práticas sociais. Essa talvez seja a minha maior procura, ou seja, trazer com meus estudos no viés histórico-crítico uma contribuição para a formação dos estudantes da educação básica e ensino superior.

## 1 INTRODUÇÃO

Os caiçaras são caracterizados como pessoas com profundo conhecimento sobre os manejos sustentáveis da terra e do mar, conservando os recursos naturais e protegendo o bioma conhecido como Mata Atlântica. Na agricultura familiar itinerante, essas pessoas possuem técnicas ancestrais que ajudam a manter a fertilidade do solo sem agredir o meio ambiente. No mar, os caiçaras, com suas habilidades tradicionais de pesca, garantem uma captura responsável de peixes, colaborando com o seu cuidado para a preservação do oceano. Ademais, o modo de vida caiçara desemboca em suas atividades culturais que se manifestam por meio da musicalidade e da dança, fortemente representada pelo fandango, além do artesanato e da culinária.

Essas comunidades são originárias de três etnias: os brancos europeus, indígenas nativos brasileiros e posteriormente pelos negros (Diegues, 2007; Sanches, 2004; Adams, 2000). Em relação à etnia branca advém dos colonizadores europeus, sobretudo os portugueses; sobre as etnias indígenas podemos mencionar os sambaquis, tupiniquins, os carijós, os carajás entre outros; já sobre os negros eram oriundos de nações como Angola, Benguela, Congo, Cabo Verde, Guiné e Moçambique (Nunes, 2004; Young, 1904; Scatamacchia, 2004; Schleumer, 2008).

Por conseguinte, a palavra caiçara, que concede nome às comunidades tradicionais e seus membros, tem origem na palavra tupi *kaai'sa*, podendo significar cerca de ramos ou estacas que ficavam nas aproximações das comunidades indígenas e/ou seus descendentes com o propósito de proteger a comunidade contra animais e invasores humanos (Bueno, 2016; Cunha, 2019; Terra, 2011 e Klein, 2015).

Cabe salientar a ampla utilização da palavra para designar-se como paliçadas de proteção às tabas<sup>2</sup> indígenas tupi-guarani. Em diversas regiões brasileiras a mesma palavra tem outros significados, todos relacionados com o uso de varas e cercas, sendo relacionado ao “cercado de madeira feito à margem do rio ou igarapé; armadilha para capturar peixes, feita com ramos de árvores postos dentro d'água (cerco); abrigo ou esconderijo onde fica emboscado o caçador; pescador

<sup>2</sup> Palavra de origem indígena originária dos povos tupi-guarani, *taba* é caracterizada como um grupo local (ou grupos familiares) comparável a cidades ou vilas. Desta feita, as tabas resultam da vida em comum de diversos grupos familiares e constitui o elemento integrativo fundamental de que se compõe a tribo ou comunidade (Fernandes, 1963).

praiano”. (Houaiss, 2000).

Atualmente as comunidades caiçaras estão alocadas no litoral brasileiro, mais especificamente em três Estados, são eles: São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná (Diegues, 1988).<sup>3</sup> Essas comunidades vivem em pequenas cidades e povoados ao longo do litoral, praticando a pesca, a pequena agricultura (Diegues, 1988).

Cabe salientar que os dispositivos brasileiros tais como: a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 (1996), o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010: dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea, 2010), Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007) e a resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento à educação básica do campo (2008) vão se reportar a essas comunidades tradicionais como detentoras dos direitos e deveres dos cidadãos brasileiros, contudo com um olhar a respeito (pelo menos na teoria) para a conservação de suas tradições no território de origem.

Entre aqueles que tratam especificamente de ações e assuntos pertinentes ao desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, a seguir: Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro (2007) responsável por instituir a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, determina que:

[...] o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade (Decreto nº 6.040, 2007, p.01)

É notório que essa política inicia com olhar voltado à valorização da

<sup>3</sup> Parte significativa dos pesquisadores e estudiosos sobre as comunidades caiçaras brasileiras seguem essa linha de pensamento do Prof. Dr. Antônio Carlos S. Diegues (1988, p.09). No entanto, os dispositivos legais brasileiros que tratam da educação do campo ou das comunidades tradicionais e povos brasileiros, não especificam quais os Estados litorâneos brasileiros que apreendem as comunidades reconhecidas e que se precisa ter para considera-se pessoa caiçara no Brasil. Contudo esse pesquisador ratifica as palavras do prof. Diegues (1988) uma vez que comunidade onde realizou essa pesquisa afirma que geolocalização para as comunidades caiçaras se encontra especificada nestes três Estados brasileiros acima citados, justifica-se para essa afirmativa os seguintes fatos: autorreconhecimento como pessoa caiçara, manejos tradicionais da terra e do mar, atividades culturais como o fandango (dança e musicalidade). Sobre os diferentes pontos de vistas para essa discussão ler a dissertação do pesquisador, a seguir: Melo Júnior (2019).

diversidade sociocultural brasileira, elencada por meio dos diversos povos indígenas e das comunidades tradicionais, como as caiçaras, quilombolas, ribeirinhas e entre outras, construída e pensada para contemplar os aspectos relacionados ao território, economia, meio ambiente, saúde e educação. Já as políticas da educação do campo, como, por exemplo, o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro (2010) determina que ações educacionais desses diversos coletivos tradicionais sejam dadas no lugar onde residem, isto é, no campo.

Falar sobre a educação do campo no Brasil é adentrar numa modalidade educacional que visa preservar as atividades sociais, culturais e de trabalho das comunidades tradicionais camponesas que dela fazem parte, tendo como premissa a luta social por um espaço de sobrevivência humana e pelo direito à educação sendo ministrada e constituída no lugar onde as pessoas do campo moram. Assim, esses grupos sociais organizam-se em território, com o intuito de garantir os recursos essenciais à sua sobrevivência.

Sabe-se que as populações do campo são compostas por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, trabalhadores rurais assalariados e sem-terra, e tantos outros que vivem do e no campo (Decreto nº 7.352, 2010). Todas estas populações possuem demandas em relação às suas atividades culturais e tradições, porém, a matriz cultural que as une é a relação histórica do homem com a terra e o fato de serem parte de um todo social contraditório. Deste modo, cabe à educação do/no campo o respeito e a valorização destas peculiaridades, sem perder de vista a totalidade social por elas compostas.

Portanto, para as populações do/no campo, o espaço rural ganha importante papel na produção e reprodução da vida, configurando-se enquanto território, onde, além do trabalho e educação, ocorrem lutas e disputas pela posse da terra e por direitos sociais, como a educação escolar e a formação superior.

Milton Santos (1999a) explica que o território metaforicamente nos lembra um mosaico, neste desenho material e imaterial existe algo que levaria à realização concreta, à produção histórica, geográfica, política, econômica e educacional de eventos solidários. “E é isso que dá o limite da área” deste território desenhado a partir de interações conflitantes, porém extremamente necessárias. Ou seja, “a ideia de escala, já que é também uma ideia de limite, ganharia em dinamismo a partir dessa noção de acontecer solidário, embora não a tenha desenvolvido suficientemente”

(Santos, 1999a, p. 17).

Ao falar sobre esse acontecer solidário, o autor supracitado reflete sobre as diferentes ações e suas respectivas densidades no seio da sociedade globalizada, ao mesmo tempo em que essa sociedade é dialética ela não é neutra, existe uma intencionalidade que advém das pessoas que pertencem às classes. Neste contexto, torna-se evidente um território de natureza dialética, cujo objetivo é compreender os espaços fragmentados que compõem o território nacional, sendo essas unidades dotadas de suas próprias peculiaridades, que emergem das diversas relações sociais que as conformam (Santos, 1999a).

Para as comunidades caiçaras, o espaço territorial é mais extenso que para as outras populações do campo, pois também abrange o mar. São territórios “[...] onde se concentram famílias caiçaras que desenvolvem formas tradicionais de vida associada à pesca e que são marcadas por festas (fandango) e formas de ajuda mútua” como os mutirões de roça (Diegues, 2004, p. 24).

Desta forma, reconhece-se a inerência destes territórios para a produção e reprodução da vida dos trabalhadores destas comunidades tradicionais caiçaras, que incluem, dentre outros elementos, a economia, a cultura e a educação (educação básica e formação superior). Além disso, a luta pela posse do território, o grande conflito pelo direito de morar e permanecer colhendo os frutos dos seus trabalhos vem se intensificando desde os anos 70 do século XX, devido à sua localização em uma região florestal, que traz à tona questões ambientais ao mesmo tempo em que expulsa as famílias da comunidade de suas casas.

Por conseguinte, a escolarização básica e formação superior emergem como armas de luta para as comunidades tradicionais do município de Iguape-SP. Uma vez que revelam as contradições a essa disputa por grande parte território, conhecido como Estação Ecológica da Juréia-Itatins (EEJI) sucede.

Pensar a formação geral oferecida em instituições de ensino básico e superior remete ao conjunto de conhecimentos adquiridos ao longo das trajetórias acadêmicas das pessoas. Assim, a escola caracteriza-se como um espaço de reflexão onde o homem e o saber estão entrelaçados. Estes conhecimentos encontram-se fundamentados nos determinantes políticos, econômicos, históricos, sociais e científicos, devendo ser transmitidos por meio dos conteúdos abordados em sala de aula. Desta forma, ao serem escolarizados/formados, os homens ocupam posições

sociais por meio de suas falas, posturas e gestos oriundos de sua própria prática social no contexto em que estão alocados (Saviani, 2012).

Neste sentido, a educação do campo, em uma perspectiva crítica, é revolucionária e, portanto, encontra-se na defesa de uma escola igualitária, única e acessível a toda sociedade, e não apenas a uma parte dela (Bezerra Neto, 2013; Bezerra Neto; Nunes, 2023). Sendo assim, entende-se que as pessoas do campo e da cidade, das periferias, dos coletivos urbanos, que residem nas comunidades ribeirinhas, quilombolas, caiçaras, indígenas, caboclas ou “em qualquer rincão do país, devem ter acesso a uma educação do mesmo nível, com os conteúdos necessários para a sua formação geral” (Bezerra Neto, 2013, p. 45).

Bezerra Neto (2013) ressalta que o problema da educação básica, principalmente da classe trabalhadora, é antigo em nossa nação e advindo dos tempos coloniais. Ainda, segundo o autor, isso pode ser contemplado ao se estudar a primeira lei educacional brasileira, datada de 1827. Esta, ao invés de determinar o investimento por parte do império para educação básica, trouxe detalhes sobre a criação de duas universidades, em um momento que se evidenciava a inexistência de recursos para a criação de escolas, sobretudo, para aqueles que moravam na zona rural (Bezerra Neto, 2013). Ademais, não existia por parte das províncias nenhum interesse em instruir os trabalhadores, uma vez que até as propostas das universidades eram pensadas para os sujeitos da alta sociedade.

Assim, Bezerra Neto (2013) aponta que a formação dos trabalhadores que residem na cidade e no campo é modernizada com conteúdos técnicos, visando apenas a inserção no mercado de trabalho, permitindo transparecer que não se espera que estes tenham uma formação crítica, uma vez que, a sociedade capitalista não deseja pessoas reflexivas. Neste sentido, é pertinente que os conhecimentos disseminados pelas universidades sejam democratizados de forma a se estender a toda sociedade, pois

[...] à medida que os trabalhadores estiverem de posse desses conhecimentos eles poderão voltar para sua comunidade com o acúmulo que pode lhes permitir refletir sobre sua condição social e agir de forma mais sistemática na realidade local (Bezerra Neto, 2013, p. 16).

É nesta relação que se deve compreender o papel do Estado, da escola básica e da universidade na formação do ser humano, dado que, como já mencionado, o primeiro exerce importante papel na regulação da atividade dos outros dois. Assim, pode-se considerar o Estado como tendo a função de trazer a todos os sujeitos que

fazem parte das populações do campo, inclusive os caiçaras, uma formação humanizadora.

Desse modo, Costa e Bezerra Neto (2019) salientam que cabe ao coletivo de homens canalizar as energias para negociar com a própria sociedade e suas várias instituições, públicas e privadas, uma formação que traga a utilização do senso crítico (humanizadora), para que estes sujeitos do campo, dentre eles, os caiçaras, disponham de seus direitos sociais, econômicos e culturais no espaço de seu território de luta e de vida.

A Constituição Brasileira (1988) na parte do texto intitulada “Da Educação, da Cultura e do Desporto”, conhecido capítulo III, mais especificamente em seu artigo 205, determina que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Constituição Brasileira, 1988, p. 123).

Sendo assim, a pessoa caiçara, como todo e qualquer cidadão brasileiro, seja ele residente na cidade ou no campo (seu território), tem o direito à sua escolarização de qualidade na educação básica. Os membros das comunidades caiçaras estão assegurados por vários dispositivos, à sua escolarização na educação básica (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de (2010), Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de (2007), e Resolução CNE/CEB nº 2 de 28 de abril de (2008).

A perpetuação dos conhecimentos ancestrais e das atividades culturais está assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) uma vez que

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996, p. 19).

A compreensão por parte de alunos e seus professores sobre diversidade das atividades culturais das comunidades tradicionais, incluindo a caiçara, é fundamental para a formação de cidadãos conscientes e críticos. É por meio da diversificação curricular que os alunos desenvolvem as habilidades necessárias para dialogar com diferentes culturas, incluindo aquelas oriundas das comunidades. Esse diálogo ajuda na concepção da identidade, posicionamento na sociedade e resolução de conflitos

territoriais, políticos e sociais.

Contudo, o grande desafio dessa prática curricular que emerge da regionalização oriunda das comunidades tradicionais e não tradicionais é amplo no Brasil, exigindo por parte de toda comunidade escolar e seus dirigentes, os seguintes pontos: planejamento cuidadoso, formação continuada dos professores e investimento em recursos didáticos adequados e espaço adequado. É fundamental também promover o diálogo com as comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas etc., para garantir que seus saberes e práticas sejam representados de forma autêntica e respeitosa no currículo.

Desta maneira, o ingresso e permanência dos alunos caiçaras em escolas regulares, urbanas e rurais são garantidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Além disso, esse documento determina o incentivo e estímulo à formação superior por parte das pessoas que constituem as comunidades caiçaras:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive [...] (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996, 32).

Além de estimular e direcionar os jovens e adultos caiçaras enquanto cidadãos brasileiros a possuírem educação superior, esse tipo de formação para as comunidades tradicionais não se limita à mera transmissão de conhecimentos acadêmicos, mas sim busca fomentar o resgate histórico de uma formação superior outrora negada às comunidades camponesas. Através de um ambiente propício à reflexão, à discussão de ideias e à expressão artística, os alunos são incentivados a desenvolverem sua visão de mundo, a questionarem o *status quo* e a proporem soluções inovadoras para os desafios da sociedade.

Ainda sobre o ensino superior para as populações do campo, incluído as comunidades caiçaras, o Decreto de nº 7.352 (2010) afirma que “o acesso à educação superior, com prioridade para a formação de professores do campo”. A priorização da formação de professores do campo demonstra a luta discorrida nos movimentos sociais em busca de uma Educação no Campo de qualidade visando beneficiar os professores (formados e em formação) e seus alunos. Ao investir na formação desses profissionais, o governo tem a obrigação de garantir aos estudantes das áreas rurais

o acesso a um ensino no lugar onde residem, preparando-os para os desafios dialéticos do mundo atual, e com isso trazendo desenvolvimento para suas comunidades.

Santos, Bezerra Neto e Bezerra (2017) apontam que a formulação e implantação de políticas educacionais para as populações camponesas, sejam elas comunidades indígenas, caiçaras, quilombolas, trabalhadores rurais ou outras, são decorrência da mobilização dos movimentos sociais. Assim, a educação do/no campo é resultado da combinação das lutas empreendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, conseqüentemente, pela instalação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária, a partir das lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades para não perder suas escolas, suas experiências de educação, seu território, sua identidade e atividades culturais (Santos; Bezerra Neto; Bezerra, 2017). Seria essa, uma lógica que desconsidera a vida, o trabalho e as atividades culturais das populações do campo, que são parte de um todo social.

Medeiros (2009) e Marinho (2014) acrescentam que o percurso histórico de formação da sociedade brasileira negligenciou as populações do campo, bem como seu direito à posse da terra, na qual produzem e reproduzem sua vida, socializam-se e se educam. O mesmo ocorreu com os caiçaras, visto que na década de 1970 houve mudanças no padrão de territórios das comunidades, levando a perdas drásticas de território e terras,

[...] seja pela expropriação realizada pela especulação imobiliária e pela urbanização, seja pela transformação de suas propriedades em áreas de unidades de conservação, das quais até hoje eles são sistematicamente expulsos (Diegues, 2004, p. 42).

Sabe-se que as comunidades caiçaras enfrentam diversos conflitos socioambientais decorrentes dos diferentes modos de uso e apropriação do território e suas formas de regulação (especulação imobiliária, grilagem de terras e leis ambientais), ameaçando a permanência em seus territórios tradicionais.

A cidade de Iguape é um município situado na região sul do estado de São Paulo, alocando uma das mais importantes áreas de preservação ambiental do Brasil, denominada de Estação Ecológica de Juréia-Itatins (EEJI). Trata-se de um dos municípios mais antigos do Brasil, fundado por portugueses, em 1538, cujos aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais são relevantes para entender a história da sociedade brasileira (São Paulo, 2018).

Essa relevante cidade tem sido o berço de nascimento de diversos líderes comunitários caiçaras importantes, seja no âmbito das associações específicas da comunidade, seja no âmbito coletivo que também incluiu pessoas não pertencentes às comunidades tradicionais, como escolas com seus projetos sociais que historicamente fazem emergir líderes com uma atuação significativa.

Esta, atualmente, conta com diversos líderes que fazem parte de instituições como a União de Moradores da Juréia (UMJ), a Associação dos Jovens da Juréia (AJJ), colônias de pescadores e cooperativas, etc., sendo de grande importância para a localidade, pois iniciaram as trajetórias de luta pelo direito de permanecer no lugar onde eles e os antepassados nasceram e cresceram. Contudo, apesar desses líderes fazerem parte de uma ou mais entidade, para este estudo vamos frisar na associação de Jovens da Juréia e no projeto escolar denominado Projeto Espaço Caiçara (PECa).

Assim, existe uma necessidade de compreender a formação de lideranças que pudessem entender e participar ativamente do processo de construção de uma frente para lutar pelo direito e permanência da comunidade caiçara em seu território. Assim é o processo de escolarização/formação e sua influência na luta pelo território que se buscará compreender com o presente projeto de pesquisa.

Diante das ponderações apresentadas, surge um questionamento crucial: Qual a influência da escolarização e formação superior no processo de lutas pelo território dos líderes comunitários caiçaras do município de Iguape-SP?

Visando desvendar tal questionamento, delineamos a seguir os objetivos que norteiam esta tese. Objetivo geral: compreender a influência da escolarização e da formação política dos líderes caiçaras no processo de luta pela terra no município de Iguape-SP.

E, como objetivos específicos: (a) Contextualizar historicamente o processo de lutas por territórios caiçaras, no estado de São Paulo e no Município de Iguape a partir da década de 1970; (b) Discutir a relação entre, educação e território nas comunidades tradicionais caiçaras; (c) Identificar e analisar como se dá o processo de escolarização e formação superior (política) dos líderes caiçaras no Município de Iguape-SP; (d) Problematizar a relação entre a escolarização e a formação política dos líderes caiçaras no processo de luta pelo território.

O estudo é composto pelo método conhecido como Materialismo Histórico-Dialético (MHD) caracterizado como um caminho que o pesquisador percorre

enquanto realiza sua pesquisa científica com objetivo de compreender o objeto em sua totalidade. O percurso se encontra pronto, é construído no processo de exploração, observação, verificação do objeto. Assim, a centralidade da pesquisa e resposta do problema pesquisado advêm da historicidade, relações de produções econômico-sociais da sociedade e das contradições dialéticas (Marx, 2017; Netto, 2011). José Paulo Netto (2011) explica que para Marx (2017):

[...] o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica, o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa. [...].

A compreensão do movimento concreto do objeto de estudo pelo pesquisador não se dá de forma imediata, acrítica ou anti-histórica. Assim, a pesquisa fundamentada no MHD deve se encontrar imbricada no “movimento real, prático e efetivo do objeto ou fenômeno investigado” (Martins e Lavoura, 2018, p. 226). Logo, as determinações do objeto transportam os traços inerentes da estrutura dinâmica “do funcionamento do objeto investigado, permitindo explicitar a lógica de sua existência efetiva. Com efeito, elas podem ser alcançadas por meio de um recurso analítico-formal<sup>4</sup>” (Martins e Lavoura, 2018, p.227).

Assim, o método se apropria das estratégias metodológicas de pesquisas (Netto, 2011) essas estratégias são chamadas de recursos analítico-formais por Martins e Lavoura (2018). Usaremos para essa pesquisa, os seguintes recursos metodológicos analíticos formais, a seguir: (a) Pesquisa bibliográfica, (b) Pesquisa documental e (c) Estudo empírico por meio da realização de entrevista semiestruturada com sete participantes, sendo que cinco destes eram líderes e dois eram membros da comunidade caiçara de Iguape-SP.

Cabe dizer o objeto mantém relações econômico-sociais com a materialidade produzida na história. Isso quer dizer que aquilo que Marx chama em 1859 de superestrutura está intimamente ligada à produtividade material, e material aqui, insistimos, não está no sentido da mera tangibilidade dos objetos, dos bens, das mercadorias. Assim, as categorias não são absolutas, mas relativas, uma vez que são

<sup>4</sup> Cabe salientar que a lógica formal é necessária para identificar cada elemento da realidade em suas características específicas e classificá-los conforme parâmetros e princípios inerentes do processo de conhecimento, ela não possibilita captar as relações e as mediações dos múltiplos elementos do real. Seu critério lógico de identificação, organização, catalogação e classificação de cada complexo constitutivo da realidade é uma organização meramente lógico-formal dos elementos do real, elementos estes considerados estáticos, sem movimento. (Martins e Lavoura, 2018, p. 227).

produtos históricos e transitórios (Marx, 2017). Elas acontecem na gênese da pesquisa, assim essa pesquisa irá se apoderar das categorias: história, contradição, totalidade, práxis e trabalho.

A partir do problema e dos objetivos da pesquisa se fez necessário buscar na literatura existente os conhecimentos relacionados à escolarização e formação superior dos líderes comunitários caiçaras e como esses se relacionam no processo de luta pelo território no município de Iguape-SP. Para tanto explicitaremos como foram organizados os conhecimentos basilares dessa pesquisa nos capítulos a seguir apresentados:

No capítulo 1, apresentamos a introdução do estudo, trazendo conceitos e características sobre as comunidades caiçaras, suas origens e demonstramos a importância dessa comunidade localizada na Cidade de Iguape-SP para nossa nação que compreende em seu espaço territorial parte da Estação Ecológica da Juréia. Assim, traremos um panorama geral daquilo que iremos tratar ao longo desta tese.

No capítulo 2, contextualizamos, por meio de recortes, o processo de lutas por territórios caiçaras no estado de São Paulo e mais especificamente no Município de Iguape a partir da década de 1970. Para realizar esses recortes, ressaltamos aquilo que chamamos de eixos geradores que foram essenciais para o surgimento efetivo da estação ecológica da Juréia-Itatins (parte expressiva do território caiçara), são eles: (a) Pseudodiscurso da proteção ambiental na sociedade brasileira; (b) Criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA); (c) Especulação imobiliária no litoral sul do estado de São Paulo e (d) Eminência da criação de uma usina nuclear pela Empresa Nuclear Brasileira S/A (NUCLEBRAS). Neste aspecto, a história revela que todos esses eixos geraram disputas que começaram maquiadas como discurso de proteção ao meio ambiente, causando depois às comunidades o sofrimento ao se depararem com medidas restritivas do uso do território para o plantio e caça (sustentavelmente) que foram impostas pelo sistema de conservação, intensificando-se após a decretação da Estação Ecológica de Juréia-Itatins.

No capítulo 3, exploramos o conceito de categoria para os textos fundamentados no materialismo histórico-dialético. Assim, perpassamos por quatro categorias que conversavam com o objeto de nosso estudo, são elas: contradição, totalidade, práxis e trabalho. Procuramos compreender e utilizar essas categorias de forma a entender o contexto cultural, político e social que a comunidade caiçara de

Iguape-SP, que se encontra como um coletivo de pessoas pertencentes à educação do/no campo e também ao coletivo de comunidades tradicionais brasileiras.

O capítulo 4 apresentou nossas perspectivas para uma educação básica e formação superior crítica para as comunidades tradicionais. Desta feita, compreendemos a pedagogia histórico-crítica como uma teoria revolucionária para as comunidades residentes na cidade e/ou campo incluindo a caiçara, recomenda-se como estratégia didática para emancipação humana dentro do ambiente escolar e por isso é pensada como caminho.

No 5 e último capítulo analisar-se-ão as entrevistas dos líderes caiçaras e seus membros sobre a escolarização e formação superior desses líderes na luta pelo território: perspectivas da comunidade caiçara de Iguape-SP. Para isso, exploramos os depoimentos que tratavam do líder caiçara de Iguape-SP e sua atuação no território, posteriormente a importância da terra para líderes e membros da comunidade caiçara de Iguape-SP, em seguida, a importância do mar para líderes e membros da comunidade caiçara de Iguape-SP e também os movimentos sociais na comunidade caiçara pesquisada.

## 2.0 OS PROCESSOS DE LUTAS POR TERRITÓRIOS CAIÇARAS NO MUNICÍPIO DE IGUAPE-SP NA DÉCADA DE 1970

O município de Iguape encontra-se situado na região sul do estado de São Paulo, fazendo parte de uma das mais importantes áreas de preservação ambiental da Brasil, denominada de Estação Ecológica de Juréia-Itatins (EEJI). Ademais, localiza-se no Vale do Ribeira<sup>5</sup>, que se estende desde o sul do estado de São Paulo até o leste do estado do Paraná, e abriga a maior área contínua de Mata Atlântica ainda existente. Sobre isso podemos observar que

[...] o Vale do Ribeira apresenta uma grande diversidade de paisagens. O Alto Ribeira é marcado pela presença da Serra do Mar, apresentando uma paisagem montanhosa e florestada, por onde passa o Rio Ribeira, em cujas margens situam-se cidades e municípios como Iporanga, Apiaí, Ribeira, Itaoca. A região do Médio Ribeira é marcada pela presença do rio que recebe vários afluentes como o Juquiá, o Jacupiranga e onde se situam cidades como Eldorado, Sete Barras, Juquiá, Jacupiranga e Registro. Já na região do Baixo Ribeira as terras são mais planas e inundáveis, onde o rio desce em meandros até desembocar na região litorânea próxima a Iguape. (Diegues, 2007, p. 2).

Localizado no litoral sul do Estado paulista, o Vale do Ribeira se apresenta como um verdadeiro paraíso natural, composto por um cordão de cidades e ilhas que emergiram da fauna e flora da Mata Atlântica. Vale ressaltar que seu sistema estuarino possui um extenso manguezal, entrelaçando-se com a serra do Mar (Diegues, 2007). Em contraste com essa exuberância natural, em outros locais, “a Serra do Mar recua, dando origem a vastas planícies, como a do Rio Ribeira de Iguape na qual esse rio desempenhou um papel importante para a produção e transporte de produtos agrícolas” (Diegues, 2007, p. 2-3).

O Significado da “palavra Iguape tem origem na língua tupi e significa na enseada do rio, através da junção dos termos *y* (água, rio), *kûá* (enseada) e *pe* (em)” (Iguape, 2024, p.01).

Em 1970, a população do município de Iguape-SP, segundo o Censo Demográfico (1970), tinha uma população de 19.243 habitantes, sua área era composta de 1.942,000 km<sup>2</sup>.

Atualmente, mais especificamente no ano 2022, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022) possui uma população de 29.115

<sup>5</sup>Em 1998, o Vale do Ribeira recebeu o título da UNESCO de Patrimônio Histórico e Ambiental da Humanidade, além disso, a região também integra as Áreas Piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (Diegues, 2007, p. 30).

habitantes. Ocupando uma área de 1.978,795 km<sup>2</sup>, consolidando-se como o município mais extenso do Estado. O Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) 0,726 (IBGE, 2010)<sup>6</sup>.

É notório que os dados dos Censos Demográficos realizados em 1970 e 2022 oferecem um panorama relevante sobre a população e a área de Iguape, auxiliando na tomada de decisões das lideranças públicas do Estado e município. Ademais, esses dados auxiliam na construção de políticas públicas mais eficazes para o desenvolvimento da cidade tanto no sentido urbano, quanto no rural. Em comparação podemos observar, por exemplo, o crescimento populacional e territorial do município em questão.

Entender a cidade de Iguape-SP e sua história é conhecer sua gente e, assim, ao familiarizar-se com seus habitantes compreendemos os aspectos intrínsecos nas variantes político-sociais que definem as comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas e também daquelas pessoas que não se definem como membros de comunidades tradicionais.

Esse recorte histórico pretende observar um conjunto de fatores que foram determinantes e influenciaram o contexto social do povo brasileiro e consequentemente paulistano desembocando nos cidadãos de Iguape durante os anos 1970 em questões políticas, ambientais, econômicas e sociais.

Logo, abarcamos no recorte histórico a década de 1970 como pano de fundo para compreender o processo de luta das comunidades caiçaras em permanecerem no território. O intuito é analisar historicamente os fatores que desencadearam a criação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins/SP (EEJI), evento considerado como um processo de mudança na relação de uso, ocupação e desocupação do território da comunidade caiçara.

Em nossa análise bibliográfica observamos que apesar da EEJI ter sido criada oficialmente em 1986 seu surgimento começou a acontecer na década de 1970, aquilo que vamos denominar de eixos geradores<sup>7</sup>, são eles: (a) Pseudodiscurso da proteção ambiental na sociedade brasileira; (b) Criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA); (c) Especulação imobiliária no litoral sul do estado de São Paulo e

<sup>6</sup> Dados mais recentes sobre IDHM (IBGE, 2010)

<sup>7</sup> Eixos criados a partir das leituras e releituras dos textos, a seguir: (Diegues, 2007; Nunes; 2003; Oliveira; 2004; Santos, 2013; Sanches, 2004; Franco, Lima e Prado, 2020). Ademais, no subtópico 2.2 deste capítulo trataremos cada um desses eixos geradores da EEJI.

(d) Eminência da criação de uma usina nuclear pela Empresa Nuclear Brasileira S/A (NUCLEBRAS). Os conflitos referentes às medidas restritivas do uso do território para plantar e caçar sustentavelmente foram impostos pelo sistema de conservação, e, se ampliaram após a decretação da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, foi com esse decreto intitulado Decreto Estadual nº 24.646 de 20 de janeiro de (1986) que as restrições para uso da terra passaram a ser mais sentidas pelos moradores, pois a fiscalização tomou-se mais efetiva e opressora (Oliveira, 2004).

Antes de concentrarmos no contexto histórico da década de 1970 sobre a Cidade de Iguape-SP e nos eixos geradores que desencadearam o surgimento da EEJI e seus impactos no estado de São Paulo, realizaremos um breve panorama sobre o contexto social do Brasil naquela época.

A década de 1970 do século XX foi marcada por transformações político-sociais no Brasil e no mundo. Nossa nação se encontrava sob a opressora ditadura civil-militar que era adepta da censura e perseguição política aos opositores deste sistema. E internacionalmente, a guerra fria moldava os acontecimentos globais caracterizados principalmente pela crise do petróleo (Cabral, 2011; Silveira, 2015). Nesta década estiveram no comando do poder os seguintes presidentes e seus anos de atuação: General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), General Ernesto Geisel Beckmann (1974-1975) e o General João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985).

No início dos anos 70, o regime militar contava com um vasto e verticalizado sistema de inteligência e repressão política que incluía, do topo para a base, órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI), os centros de informações do Exército (CIEx), Marinha (Cenimar) e Aeronáutica (Cisa), as Delegacias de Ordem Política e Social (Dops), os Destacamentos de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi), etc. Dispunha, ainda, do AI-5, o mais discricionário e duradouro dos atos institucionais o qual garantia a supremacia do Poder Executivo sobre os demais poderes. (Câmara dos deputados, 2024, p.01).

Todo esse controle fazia do poder executivo militar extremamente opressor impossibilitando a democracia e diversidade social de escolher o posicionamento político que se desejava. Os governos liderados pelos generais mantinham suspensas as garantias constitucionais, pois tinham em suas mãos o instrumento de manobra conhecido como ato Institucional nº 5 (AI-5)<sup>8</sup> que

[...] dava poderes ao presidente da República para fechar por tempo ilimitado o Congresso Nacional, as Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais; suspender direitos políticos, cassar mandatos eletivos e demitir ou aposentar juizes e funcionários; decretar estado de sítio e prorrogá-lo por tempo

<sup>8</sup> O Ato Institucional nº 5 (AI-5) que forneceu a cobertura paralegal para uma nova e tenebrosa fase da ditadura militar que se constituía desde abril de 1964 (Dal Ri, 2014, p.71).

indeterminado (Câmara dos Deputados, 2024, p.01).

É lógico compreender que o “início dos anos 70 foi marcado pela eliminação das oposições” (Guerra, 2010, p.05). Assim, houve repressão à sociedade civil e a alguns integrantes pertencentes a assembleias legislativas, ao congresso, aos juizados e entre outros que não apoiavam o governo cívico-militar. Existiu também censura aos meios de comunicação, exemplificados, a seguir: jornal, rádio, TV, cinema, teatro e livros. Cabe salientar que a perseguição às pessoas e instituições foram “[...] apenas a parte visível de um processo de modernização autoritária, que visava integrar o país na produção capitalista internacionalizada” (Guerra, 2010, p. 05).

Sabe-se que o agravamento do cenário repressivo interno, após o AI-5, despertou a comunidade internacional a respeito dos casos de perseguição a intelectuais, religiosos e parlamentares. Assim,

[...] ganhou corpo uma rede internacional de solidariedade, materializada em moções de repúdio, cartas, impressos, notas oficiais, enfim, uma variedade de iniciativas que denunciavam as graves violações cometidas pelo governo militar (Fagundes, 2023, p.05).

Em um segundo momento, durante os anos iniciais da década de 1970, surgiram documentos nominando torturadores. Igualmente, o acúmulo dos relatos de ex-presos políticos chegando à Europa permitiu que novas denúncias sobre o funcionamento de centros, técnicas e instrumentos de tortura circulassem na comunidade internacional. Durante essa fase, foi fundamental a solidariedade de organizações estrangeiras, em especial, da *Amnesty International* e do Tribunal Bertrand Russell II (Fagundes, 2023, p. 05).

Com o apoio internacional, surge neste período um movimento que ousou se rebelar terror da ditadura. Sobre isso, Fagundes (2023) discorre que a trajetória dos movimentos pela anistia e libertação da opressão imposta pelos militares da década de 70, convocou e teve o apoio das organizações e personalidades e estabeleceram redes de solidariedade que conectaram, durante a década de 1970, militantes e movimentos políticos brasileiros e europeus.

Ademais, Guerra (2010) identificou que o processo de alienação do povo que ousasse desobedecer às determinações internas e externas do governo cívico-militar da época, foi alcançado por meio da doutrina de segurança Nacional. “Pautada no binômio segurança e desenvolvimento, essa doutrina é o processo ideológico utilizado

pelo governo militar para conseguir a coesão social necessária para a modernização” (Guerra, 2010, p. 05). Já sobre o plano econômico, o autor, esclarece:

A ditadura **interviu** incentivando o consumo desenfreado. Foram os anos eufóricos da classe média que possibilitaram ao Estado forjar o mito do "milagre econômico". Nesse processo, não só o capital estrangeiro foi beneficiado. O capital nacional, principalmente aquele ligado a produção de bens de consumo em massa, atrelado ao capital estrangeiro, avança de forma extraordinária nesse período (Guerra, 2010, p. 05) (grifo nosso)

Tal milagre econômico foi impulsionado por um incentivo desenfreado ao consumo, especialmente entre a classe média. Desta feita, a classe trabalhadora, composta pelos mais pobres, não tiveram afluência aos benefícios desse falso milagre econômico. Uma vez que situação precária dos homens e mulheres da época se agravaram, com o aumento do custo de vida e a estagnação dos salários.

O milagre econômico aconteceu entre os anos de 1967 a 1973, sendo caracterizado como um processo de “retomada do crescimento, proporcionada devido à adoção de políticas monetária, creditícia e fiscal mais flexíveis pelo segundo governo militar, instaurado em abril de 1967” (Gennari, 2014, p.171). Contudo, essa estratégia, cobrou um preço alto, elencados principalmente pelo aumento da dívida das famílias e a desvalorização da moeda brasileira. Ademais,

Embora esse período tenha sido amplamente estudado, não existe um consenso em relação aos determinantes últimos do “milagre”. As interpretações encontradas na literatura podem ser agrupadas em três grandes linhas. A primeira linha de interpretação enfatiza a importância da política econômica do período, com destaque para as políticas monetária e creditícia expansionistas e os incentivos às exportações. Uma segunda vertente atribui grande parte do “milagre” ao ambiente externo favorável, devido à grande expansão da economia internacional, melhoria dos termos de troca e crédito externo farto e barato. Já uma terceira linha de interpretação credita grande parte do “milagre” às reformas institucionais do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) do Governo Castello Branco (1964-1967), em particular às reformas fiscais/tributárias e financeira, que teriam criado as condições para a aceleração subsequente do crescimento. (Velloso, Villela e Giambiagi, 2008, p. 222).

O governo incentivou o crédito fácil utilizando políticas públicas como Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964 -1967) que reverberaram durante seus fundamentos para os outros anos da ditadura como a década de 1970. Os preceitos reverberados dessas políticas recorreram aos mais variados meios de comunicação para propagar essa ilusão do falso crédito, o regime buscava criar uma sensação de prosperidade e otimismo (Guerra, 2010).

Ademais, a ditadura civil-militar dos anos de 1970 ocasionou um impacto opressor na sociedade brasileira, com efeitos negativos que ainda se fazem sentir até

hoje. As violações dos direitos humanos, a repressão da liberdade de expressão e a concentração de poder nas mãos dos militares deixaram marcas profundas na memória da nação.

A década de 1970 foi um período de grandes transformações para o estado de São Paulo, marcado por um acelerado crescimento econômico, intensa urbanização, repressão política e mobilizações sociais. Para nível de informação, os governadores do estado de São Paulo na década de 70 do século XX foram os seguintes: Roberto Abreu Sodré (1967-1971); Laudo Natel (1971-1975); Paulo Egydio Martins (1975-1979); Paulo Maluf (1979 - 1982) (São Paulo, 2024).

Esses governadores influenciaram a economia, a política e a sociedade em seus períodos de atuação frente ao poder executivo. Neste aspecto, influenciaram direta e indiretamente nos acontecimentos históricos da década 1970 e posteriormente das ações dos outros governadores nas décadas que estavam por vir em relação ao estado de São Paulo, sua capital e as cidades que dele fazem parte, como Iguape-SP, berço de uma das mais relevantes comunidades caiçaras do Brasil.

Durante esse período de acontecimentos, a classe trabalhadora do cinturão industrial de São Paulo começou a se incomodar com os acontecimentos político-sociais advindos da ditadura. Isso aconteceu porque a “pequena burguesia intelectualizada passou a organizar a oposição à ditadura nas diversas instâncias profissionais, o proletariado percebeu que era também a sua vez de postar as suas reivindicações e demandar o fim da ditadura militar burguesa” (Del Roio, 2014, p.35).

Na década de 1970, a capital paulista vivenciou um período de intensa expansão em suas regiões periféricas, esse momento foi impulsionado principalmente pelas iniciativas do governo municipal em estimular a ocupação por parte de migrantes provenientes tanto do Nordeste brasileiro, quanto do interior do estado de São Paulo (zona rural). Esse processo de urbanização acelerada deu origem aos primeiros movimentos sociais desses trabalhadores, que passaram a se organizar em torno de demandas relacionadas às condições de vida nas periferias, como a falta de infraestrutura e serviços básicos (Barone, 2013).

O deslocamento de pessoas de outras regiões do Brasil e do interior do Estado trouxe para a capital uma proliferação de loteamentos irregulares e a autoconstrução tornou-se uma forma dominante de ocupação do espaço urbano para as camadas de renda baixa, fundamentais para a acumulação do capital urbano e

a reprodução da força de trabalho durante os anos 70, tendo em vista, sobretudo, os salários irrisórios que recebiam as pessoas pertencentes a massa de trabalhadores (Barone, 2013).

No município de Iguape-SP, durante a segunda metade do século XX, entre os anos de 1960 e o início da década de 1970, as atividades pesqueiras e agrícolas se destacavam como as principais fontes de renda da população local. A produção de arroz, feijão e mandioca era predominante nas lavouras, garantindo o sustento das famílias (Diegues, 2007; Martins, Cavalcanti e Mazzilli, 1977).

Cabe mencionar que a temporada de pesca se limitava a apenas seis meses do ano, caracterizando um período de fartura e geração de empregos. Além disso, uma parte significativa das mulheres pertencentes às comunidades urbanas ou rurais trabalhavam como diarista, os homens como caseiros, atividades de pesca, nas indústrias de conservas de peixe (Martins, Cavalcanti e Mazzilli, 1977).

Os autores supracitados esclarecem a forte dependência da pesca e da agricultura. Outro detalhe importante remete à sazonalidade da pesca que influenciava diretamente a vida das pessoas residentes na cidade e no campo, concentrando a geração de renda em um curto período do ano. Essa realidade moldava as relações sociais, o ritmo de trabalho e a cultura local. Diegues (2007, p.14) informa que no início da década de 1970, Iguape continuava se valendo da pesca da manjuba como a atividade principal de sobrevivência dos pescadores que era composta por “cerca de 1.500 pescadores no período da safra de outubro a abril de cada ano”.

No século XX, diversas unidades de conservação foram decretadas na região, restringindo o acesso às atividades tradicionalmente praticadas, principalmente a agricultura de subsistência e caça. Com a criação dessas áreas protegidas, as comunidades tradicionais como as caiçaras voltaram-se ainda mais para a pesca e o extrativismo, que passaram a ser as principais atividades econômicas da região, deixando a questão do plantio e olheira sustentável quase impraticável, diante das proibições das roças no território (Henrique, 2000).

Sobre as unidades de conservação, Nunes (2003) explica que muitos ambientalistas e administradores de unidades de conservação mudaram o seu discurso inicial logo depois da criação da EEJI, insistiam em dizer que as comunidades tradicionais, como as caiçaras, as quilombolas e as indígenas incorporam técnicas e

tecnologias modernas de plantio, descaracterizando a agricultura ancestral, ou seja, perderam aquilo que as diferenciava das comunidades urbana-industriais, e que, portanto, não devem ser tratadas como tradicionais .

A perversidade dos pseudoambientalistas no movimento contrário ao direito das comunidades tradicionais e camponesas de morarem no território onde nasceram é conhecida na sociedade iguapense e paulista. Contudo, a verdade é que são as comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas entre outras que possuem nas suas ancestralidades as maneiras sustentáveis de utilizar os recursos disponibilizados na Mata Atlântica. Sobre isso, Paes (1998, p. 27) salienta

[...] uma das características dos caiçaras é a maneira não predatória de se relacionarem com a natureza, um complexo conhecimento do mar, da mata, do rio, do mangue. Isto envolve um longo aprendizado, e um processo de socialização desde a infância. Verificamos que ainda existem em alguns jovens caiçaras a persistência das tradições dos mais velhos, como estes vivenciavam esses espaços.

Assim sendo, a vida cotidiana das pessoas pertencentes à comunidade neste período era marcada pela conexão com a floresta e seus animais. A pesca, a agricultura e o artesanato eram atividades importantes no sustento das famílias. Viviam à mercê de subempregos e da exploração infantil:

[...] surgiram também, na década de 70, grandes empresas de pesca, como a Companhia Nacional de Frigorífico (CONFRIIO), as salgas que empregavam moradores locais, mulheres e crianças, para descascarem camarões, etc. Eram camarões congelados que chegavam a enrugam os dedos dos que os manuseavam. Pagava-se uma ínfima quantia pelo trabalho realizado. (Paes, 1998, p. 25)

Possuir emprego nesse período era crucial para a sobrevivência dos homens e mulheres tanto da zona urbana, quanto da zona rural, era mais que exercer uma atividade remunerada, era vender sua produção de bens ou serviços para o sustento da sua família, era demonstrar para a sociedade que não se era vagabundo ou preguiçoso. Isso fazia com que as pessoas das comunidades e povos tradicionais resistissem ainda mais à exploração por parte das empresas e instituições.

Ainda sobre a exploração dos homens e mulheres que residem no campo, Basso e Bezerra Neto (2012) esclarecem que historicamente, a classe dos trabalhadores foi envolta pelo capital a aceitar sua situação de exploração como algo natural, e um dos meios de condicionamento foi o conjunto de mecanismos, incluindo leis trabalhistas e outras manobras políticas que visavam o rebaixamento dos salários, servindo, na prática, aos interesses dos burgueses e que afetavam direta ou

indiretamente as comunidades residentes no campo.

Cabe informar ainda que muitos dos caiçaras que eram explorados entre 1960 a 1979 não possuíam conhecimentos educacionais, trabalhistas e políticos para agirem em prol dos seus territórios. Cabe salientar que, nesse período, a grande massa da população brasileira ainda não tinha acesso à escolarização. Paes (1998) fundamenta nos relatos dos anciões, argumenta que estas décadas passaram por grandes transformações econômicas, sociais e culturais para as pessoas abastadas da sociedade paulista, contudo, as comunidades tradicionais pouco se beneficiavam dessas transformações.

Essas transformações não valorizavam ou traziam benefícios para as comunidades tradicionais, elas levavam à alienação, descontinuidade das atividades culturais e exploração trabalhista, camuflada de benfeitorias dos ricos da época que posteriormente desapropriaram os caiçaras de suas casas e sítios comprando suas propriedades por um preço irrisório ou simplesmente ecoando o subdiscurso de preservação da fauna e flora da Mata Atlântica para toda sociedade.

Ademais, Paes (1998) relata que essa época foi constituída de um grande processo de desencantamento do mundo e mudança no *habitus* nas vidas dos homens e mulheres caiçaras, uma vez que a alienação era tão grande que se apropriaram das terras dessas pessoas, conhecidas como “sítios”, de forma desumana e covarde, uma vez que essas terras eram passadas por seus ancestrais (Paes, 1998).

## 2.1 - OS INDÍCIOS PARA O SURGIMENTO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA JURÉIA-ITATINS/SP (EEJI) NA DÉCADA DE 1970: O OLHAR SOB A DESAPROPRIAÇÃO DE PARTE DO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE CAIÇARA DA CIDADE DE IGUAPE-SP.

Nas últimas décadas do século XX, a luta pela terra se intensificou no Brasil, quando falamos mais particularmente do município de Iguape-SP, a partir de 1970, essa luta foi impulsionada pelo avanço implacável da especulação imobiliária e posteriormente a criação de uma estação ecológica dentro do território caiçara que gerou conflitos e tensões na cidade litorânea (região da Juréia) que despojava as comunidades tradicionais e os submetia à crescente precarização social. Assim, muitos dos iguapenses residentes no campo foram morar na capital do Estado ou

saíram da área campesina para viver em submoradias na área urbana cidade. Dessa forma, Sanches (2004) esclarece:

A década de 70 se traduziu em uma fase de intensa especulação imobiliária motivada pelo turismo em todo litoral paulista e as terras da região da Juréia-Itatins não fugiram à regra. Para praia do rio verde estava projetado um condomínio para 70.000 turistas, da construtora Gomes de Almeida, mas a vila da Barra do Uma, devido à facilidade de acesso, foi a principal área afetada pelo turismo imobiliário. (Sanches, 2004, p. 79).

Esse município é o berço de várias comunidades tradicionais, compostas por caiçaras, quilombolas e povos indígenas que viram na década 1970 o seu modo de vida e território serem ameaçados inicialmente pela especulação imobiliária e posteriormente pela criação de uma estação ecológica. Assim, o empobrecimento e o movimento da desaculturação se tornaram realidades cada vez mais presentes, obrigando os membros das comunidades tradicionais a deixarem de plantar de forma itinerante e assim forçadamente abdicar da utilização da coivara.

Os proprietários das empresas imobiliárias resolveram transformar essa área verde e arborizada do litoral sul paulista em um grande empreendimento imobiliário com condomínio de casas, rede de hotéis e marinas modernas para barcos e lanchas, tudo isso no intuito de empreender e vender essa parte do litoral para turistas (Santos, 2013). Com o início das construções junto ao lugar conhecido como “cama de Anchieta”<sup>9</sup>, no ano de 1967, a sociedade civil local e alguns políticos encaminharam à Secretaria de Estado de Cultura um abaixo-assinado contrário ao início das obras.

É notório que os primeiros passos para a criação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins/SP (EEJI) acontece ainda no século XX, mais especificamente na década de 70. Esse momento histórico veio carregado de conflitos sociais e políticos que incluíam o surgimento dos debates sobre a especulação imobiliária, retirada ou permanência das comunidades tradicionais dos seus territórios e problema da radiação que seria emitida pelas futuras instalações de uma usina nuclear que contaminaria a água e solo da região.

Contudo, a história da EEJI não se inicia em um ou dois eventos isolados, mas, nos vários embates conflitantes que foram se interligando no decorrer dos anos até formarem uma gama de fatores que levaram à expulsão das famílias caiçaras de Iguape-SP de seu território. Alguns momentos foram benéficos e outros que se

<sup>9</sup> A Cama do Anchieta é lugar de formação rochosa, com o mar e arvores ao seu redor. Encontra-se localizada no município Itanhaém-SP. Vários turistas e visitantes das mais diversas regiões do Brasil e do mundo são atraídos por sua história e lindas paisagens naturais.

mascaravam de boas intenções de favorecimento aos iguapenses pertencentes às comunidades tradicionais. A década de 1970 transformou-se no período temporal onde EEJI foi gerada, tal gestação teve como alvo sua criação efetiva no ano de 1986. Para que a Estação Ecológica da Juréia-Itatins/SP fosse criada, observamos que eixos geradores tiveram que emergir naquele contexto social, discorridos, a seguir: (a) Pseudodiscurso da proteção ambiental na sociedade brasileira; (b) Criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA); (c) Especulação imobiliária no litoral sul do estado de São Paulo e (d) Eminência da criação de uma usina nuclear pela Empresa Nuclear Brasileira S/A (NUCLEBRAS) (Diegues, 2007; Nunes, 2003; Oliveira, 2004; Santos, 2013; Sanches, 2004; Franco, Lima e Prado, 2020). Assim, criticamente, esses pontos são desvendados a partir do olhar contraditório e totalitário da dialética.

(a) O pseudodiscurso da proteção ambiental na sociedade brasileira na década de 1970 ficou conhecido como uma fala de proteção dos políticos e ambientalistas ao meio ambiente como questão pública, foi nesta década que se iniciou uma propagação de “argumentos sobre a necessidade de políticas ambientais” e conseqüentemente os surgimentos dos parques ambientais e estações ecológicas que estavam na moda (Silveira, 2015, p. 02).

O discurso inicial foi dito que ao se criar uma estação ecológica o município e seus cidadãos combateriam a especulação imobiliária discriminada na construção de casas de veraneio e grandes hotéis em áreas verdes (ou apropriação dos conhecidos sítios dos caiçaras), dando assim uma alternativa para combater o desmatamento. Outro detalhe tratava da questão inerente de cuidar da fauna e da flora, afinal de contas se continuarmos desse jeito, como as novas gerações no futuro poderão respirar ar puro, beber água potável e conhecer espécies ameaçadas de extinção? Existe ainda mais um ponto desse discurso, aquele que trazia em sua fala ludibriosa um *status* de defesa das comunidades tradicionais como as comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras.

Assim sendo, quando se perpassava entre as pessoas a balela sobre a criação do esplendoroso santuário ecológico que beneficiaria as comunidades tradicionais caiçaras da Juréia, omitiam a verdadeira intenção que era proibir a agricultura ancestral, a caça e posteriormente efetivar a desapropriação do território. Essa fala teve início nos anos de 1970, mas continua viva e forte até os dias atuais,

como podemos observar na explanação de Hayama, Diegues, Marés e Cunha. (2021):

Trágica aos caiçaras, a Estação Ecológica significou a criminalização de atividades tradicionais sustentáveis, fundamentais à sua subsistência, como a pesca artesanal, a coleta e a prática de roça itinerante. Também foi responsável pela desestruturação de políticas sociais, gerando o fechamento de escolas, postos de saúde e abandono das vias de acesso.[...] a história se repete na postura negacionista da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal) [...] a história como engano, quando a Fundação Florestal argumenta que as **novas gerações de caiçaras** praticam ilegalidades ao exercerem direito de moradia. (Hayama, Diegues, Marés e Cunha, 2021, p.01) (grifo nosso)

Em relação às comunidades caiçaras, os políticos e pseudoambientalistas traziam em suas falas falaciosas e alienantes que o território seria preservado com a comunidade dentro da área. Isto é, seria dado aos membros da comunidade o direito de viver dentro da EEJI, continuar trabalhando com terra, com o mar e com as atividades culturais oriundas de seus ancestrais, principalmente no uso das terras para agricultura sustentável e sobrevivência. Contudo, no decorrer dos anos a mentira se transforma em outra mentira, com o jargão “floresta segura é floresta sem comunidade tradicional”. Sobre a alienação, o Dicionário do Pensamento Marxista (2013) esclarece:

[...] alienação no sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade, e/ou à natureza na qual vivem, e/ou a outros seres humanos, e além de, e através de, também a si mesmos. Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou autoalienação, isto é, alienação do homem em relação a si mesmo, através dele próprio. E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica. (Bottomore, 2013, p. 18-19).

O pseudodiscurso de proteção ambiental é alienante e mentiroso, trazendo consigo um aspecto de proteção da fauna e da flora. Assim, enganosamente se incluiu as comunidades caiçaras, para posteriormente, com toda sutileza possível, excluir, isso aconteceu nas décadas de 70 e 80 do século XX, como instrumento de ludibriação das comunidades tradicionais caiçaras, os pseudoambientalistas falavam que a estação ecológica da Juréia traria para aquele coletivo a continuidade das suas tradições de manejo da roça e da pesca. E ao se depararem com a falsa promessa, muitos cederam crendo em uma construção coletiva e sustentável de um “santuário ecológico que protegeria, ao mesmo tempo, a natureza e os modos de vida tradicionais” (Hayama, Diegues, Marés e Cunha, 2021, p.01), para depois da concretização efetiva da EEJI, muitos perderem suas terras e o direito ao plantio, lutando até hoje para recuperá-las. Evidenciamos a alienação como um fenômeno

presente na história da humanidade, não foi diferente com as comunidades tradicionais caiçaras, pois é na sociedade capitalista que o fenômeno atinge o seu auge (Fromm, 1970).

Desta feita, mais expressivamente na década de 1970, os técnicos, os cientistas e as instituições compartilhavam o ideário de pseudoproteção ambiental que ludibriavam o povo por meio de uma alienação internalizada, ou seja, aquela que vêm de dentro para fora do proletário alienado, os pseudoambientalistas utilizaram-se de conteúdos midiáticos da época para falar de uma proteção ambiental que nas entrelinhas se excluía as pessoas residentes no campo. Atualmente, fazem questão de dispensar as comunidades tradicionais e técnicos, cientistas e instituições que criticamente apoiam os coletivos tradicionais, contudo esquecem que o território não sobrevive sem seus protetores ancestrais. Sobre isso, Viana (2004, p. 24) salienta que qualquer ação que pretenda ter coerência com o ideário da sustentabilidade deve estar baseada no saber das comunidades tradicionais. Apesar disso, esclarece que na maior parte dos casos, a comunidade técnica e científica simplesmente os desconhece e/ou ignora esse fato.

Para Bottomore (2013, p. 23), a alienação é aplicável primeiramente “aos indivíduos, o desajustamento do homem à sociedade na qual vive é indício de sua alienação”. A história ilusória, usando a justificativa de preservar o meio ambiente, fez com que os caiçaras aceitassem a transformação de seu território numa Estação Ecológica. E depois, com esse mesmo discurso alienante, trouxe a toda a comunidade um desajustamento, desembocado nos aspectos psicológicos, corporais, sociais e políticos que traumatizariam todo o coletivo. Afinal, o discurso foi difundido nos anos 1970 e a EEJI consolidada em 1986. Logo após a consolidação, a paz para viver em seu próprio território se dissipou, e até hoje não foi recuperada.

Assim, Nunes (2003) esclarece que as consequências da concepção de uma unidade de conservação de proteção integral numa área habitada iniciaram-se na década de 1970 e que constantemente teve como norte principal para seu surgimento a preservação do meio ambiente da Mata Atlântica. Contudo, “Um dos entraves à implantação do conceito de desenvolvimento sustentável é distância dos tomadores de decisão em relação à realidade” (Viana, 2004, p. 23). Ou seja, o processo convencional de tomada de decisão que se perpetua a décadas não envolve as populações tradicionais de forma efetiva, uma vez que as decisões sobre políticas e

estratégias de conservação das nossas florestas não respeitam, nem incorporam as comunidades "[...] tradicionais como atores-chaves para tomada de decisões coerentes com o ideário de sustentabilidade" (Viana, 2004, p.24).

É lógico que as contradições desse discurso se apresentam ao nos depararmos com a falácia da proteção da fauna e da flora da Mata Atlântica sem as comunidades tradicionais como os caiçaras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e tantos outros. Não estamos afirmando que *Mata Atlântica* enquanto um dos biomas e sua biodiversidade não estão sendo ameaçados pelos seres humanos, isso seria um erro. Uma vez que preservar o meio ambiente é dever de todos os cidadãos, os que assim não fazem devem ser passivos de punição.

#### (b) Criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA)

Durante a década de 1970, o Brasil estava à mercê da crise geopolítica impulsionada pelo primeiro choque do Petróleo vinda do Oriente Médio que influenciou as dinâmicas econômicas, sobretudo, ocidentais. O contexto político-econômico brasileiro estava sendo influenciado por acontecimentos advindos de outras nações, percorridos: além da crise do petróleo (oriente médio), a Guerra Fria (União Soviética e os Estados Unidos) e emergência do movimento ambientalista (países europeus e mundo) (Silveira, 2015). Tais acontecimentos fizeram com que a Organização das Nações Unidas por meio de seus países confederados realizasse a I Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano em Estocolmo – Suécia em 1972.

Essa conferência apresentou à nação brasileira a perspectiva que o mundo, principalmente os países europeus, tinham em relação ao meio ambiente. Os países industrializados culpabilizavam as nações em desenvolvimento, outrora conhecidas como países subdesenvolvidos, pela degradação ambiental. Assim, logo após a conferência, o Brasil criou a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). Nos parágrafos a seguir, esclareceremos como a SEMA foi criada e quais foram suas ações que beneficiaram a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins, localizada no litoral sul do Estado de São Paulo.

O Brasil enviou para essa conferência uma delegação. Por sua vez, os países europeus trouxeram observações relevantes para discussão no evento, sendo os principais pontos, a seguir: a poluição do meio ambiente e o esgotamento dos recursos naturais, no entanto culpabilizou os países subdesenvolvidos por tais problemas

(Silveira, 2015). Vejamos o que afirma a Declaração da Conferência da ONU no Ambiente Humano, Estocolmo (1972), a seguir:

Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais estão motivados pelo subdesenvolvimento. Milhões de pessoas seguem vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana digna, privada de alimentação e vestuário, de habitação e educação, de condições de saúde e de higiene adequadas. Assim, os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo presente suas prioridades e a necessidade de salvaguardar e melhorar o meio ambiente (ONU, 1972, p. 01).

A ausência da contradição não passa despercebida, afinal, os países europeus não podem se autoexcluir ou se ausentar da responsabilidade e dos cuidados com o meio ambiente a nível mundial. Sabe-se que ao longo da história, os países desenvolvidos exploraram os recursos naturais dos países em desenvolvimento de forma predatória, egoísta e perversa, matando, apoderando-se dos recursos e destruindo tudo que viram pela frente. Já os países em desenvolvimento (subdesenvolvidos) possuíam ilusoriamente a soberania e responsabilidade dos seus territórios, contudo eram dominados pelos países mais fortes que eram industrializados e tinham na década de 1970 as tecnologias necessárias para o enriquecimento predatório. Por conseguinte, Marx (2007), explica:

[...] as ideias dominantes não são nada mais do que a expressão das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Os líderes dos países desenvolvidos nesta época já estavam empoderados das ideias dominantes para mais uma vez sobrepujar os mais pobres, culpabilizando os países subdesenvolvidos como o Brasil das degradações ambientais no mundo, pareceu na época da conferência da ONU em 1972 que o mais inteligente seria se ausentar da culpa, isso é posto quando o documento menciona que “as deficiências do meio ambiente são originárias das condições de subdesenvolvimento [...]” (ONU, 1972, p.03). Ao explicar a perspectiva dos dominadores, Engels (1982) a caracteriza como a “classe dos grandes capitalistas”, ou seja, dos países desenvolvidos, “estão quase exclusivamente na posse de todos os meios de existência e das matérias-primas e dos instrumentos (máquinas, fábricas) necessários para a produção dos meios de existência (Engels, 1982, p.03).

Cabe salientar que a classe dos grandes capitalistas ocupa uma posição de falsa solidariedade quando aconselha o desenvolvimento acelerado dos países em

desenvolvimento “mediante a transferência de quantidades consideráveis de assistência financeira e tecnológica que complementem os esforços internos dos países em desenvolvimento e a ajuda oportuna que possam requerer” (ONU, 1972, p. 3-4). Até que ponto seria benéfico para as nações em desenvolvimento pedir ajuda aos países industrializados da época e a qual preço isso seria concebido? Sabe-se que essa ajuda viria com opressão e exploração aos meios de produção.

É notório que a burguesia,<sup>10</sup> enquanto classe economicamente dominante controla o aparelho de Estado e a produção cultural, colocando-se contra a classe operária, e em conflito essas estão diariamente, porém “entre essas duas grandes classes da sociedade moderna, há camadas intermediárias e de transição, que Marx também chamou de classe média” (Bottomore, 2013, p. 70).

No Brasil, segundo Bottomore (2013), a classe média é caracterizada como “burguesia nacional”, tal terminologia é usada exclusivamente no contexto de países atrasados ou subdesenvolvidos. O principal marcador conhecido da burguesia nacional é o atraso que se encontra imbricado nas relações sociais pré-capitalistas que coexistem com, e, em certos casos, predominam sobre as relações capitalistas de produção. Assim,

[...] enquanto nos países capitalistas adiantados a luta de classe pode ser analisada em termos do conflito entre proletariado e burguesia, nos países atrasados é preciso considerar as relações entre pelo menos quatro classes sociais: o proletariado emergente, a classe capitalista, a classe exploradora pré-capitalista e os produtores diretos do modo de produção pré-capitalista. (Bottomore, 2013, p. 71).

Todavia, deve existir na classe trabalhadora o desejo de uma educação crítica que luta contra alienação e dessa revolução advinda das condições materiais de sua vida definidas pelo modo de produção. No contexto do neoliberalismo, os países desenvolvidos pretendiam imputar culpa às nações subdesenvolvidas tendo como intenção de mantê-las no lugar de opressão para assim encarregá-las de “trabalhos especializados e rígidos, pois a lógica de trabalho alienado é a exploração dos recursos naturais dos países subdesenvolvidos” (Bottomore, 2013, p. 71).

É neste processo dialético de contradição que não podemos esquecer da responsabilidade do Brasil em relação ao meio ambiente, principalmente aos territórios das comunidades e povos tradicionais. Uma vez que a participação da sociedade civil na formulação e implementação dos dispositivos legais ambientais é

<sup>10</sup> Segundo Bottomore (2013, p. 70), a burguesia aqui é tratada como classe economicamente dominante ou países em desenvolvidos (industrializados).

inerente para garantir que os interesses das comunidades sejam considerados, além disso é preciso legitimar as políticas públicas. Ou seja, convocar toda a sociedade civil para uma atuação política concreta que forneça legitimidade às políticas que tragam em suas concepções, implementações e gerenciamento dos frutos do envolvimento ativo da população brasileira (Ferreira, 1998).

Cabe ressaltar que o Brasil e mais especificamente o Estado de São Paulo começou a pensar e elaborar políticas de proteção ao meio ambiente com mais efetividade a partir dos anos 1970 (Ferreira, 1998).

É explícita a importância do século XX, mais especificamente nos anos 1970 para o meio ambiente. O discurso de proteção da fauna e da flora mundial, brasileira e estadual foi bem-vindo e necessário. A ONU (1972) trouxe reflexões importantes para alcançarmos meios de preservação e cuidados aos ataques simultâneos e não lineares ao bioma da Mata Atlântica, pensados até hoje.

De acordo com Silveira (2015), embora a posição do Brasil na Conferência de Estocolmo<sup>11</sup> fosse contrária aos interesses defendidos pelos países europeus, a resposta do governo brasileiro à Conferência foi criar a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) em 1973, com o objetivo de formular e implementar políticas públicas de proteção ambiental. A SEMA foi o primeiro órgão do governo federal que apresentou em seu título a nomenclatura: meio ambiente. Essa secretaria propôs uma gestão ampla e centralizada dos recursos naturais brasileiros e como “órgão técnico foi designada a realizar estudos sobre os ecossistemas brasileiros, bem como elaborar parâmetros para uso racional dos recursos naturais” (Silveira, 2015, p.04).

### (c) Especulação imobiliária no litoral sul do Estado de São Paulo

[...] Muitas famílias caiçaras venderam seu direito de posse da terra ou foram expulsas, **eles diziam**: ou você me vende a casa, ou vai perder ela. Os verdadeiros donos das terras sem título, os caiçaras, firmaram a venda de direitos de direitos possessórios em documentos em documentos sem nunca saberem seu conteúdo. Os novos donos registravam esses documentos em cartório, de forma a obter o título legal de propriedade. Essa fase de conflitos prosseguiu até final da década de 1970 (Sanches, 2004, p.68).

Os empresários ou oportunistas usaram da coação para constranger os

<sup>11</sup> Existiu uma hostilidade de vários países de terceiro mundo contra a agenda de Estocolmo, sendo o Brasil um dos líderes dessa perspectiva durante a conferência. Os representantes brasileiros defenderam que o crescimento econômico não deveria ser sacrificado em nome de um ambiente mais puro, um outro detalhe o Brasil não compartilhava o postulado de uma relação direta entre crescimento populacional e exaustão de recursos naturais (como vociferado pelos países industrializados), ademais, alegaram não poder desistir de sua soberania nacional (FERREIRA, 1998: 81).

caiçaras, assédio moral e muitas vezes violência ou manipulação psicológica para comprar a todo custo as casas e sítios dos caiçaras em Iguape-SP. “Em função do medo, os povos do sítio entregavam suas terras “a preço de banana” e passavam a trabalhar como empregados para os grileiros” (Franco, Lima e Prado, 2020, p. 53).

Em 1979, nas cidades localizadas na região sul do Estado de São Paulo, mais especificamente as cidades que faziam parte da EEJI, como Iguape, houve um crescente interesse de vários setores econômicos, voltados principalmente ao eixo imobiliário e turístico, os órgãos governamentais “representados pela Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA - governo federal) e o Conselho do Meio Ambiente de São Paulo (SMA) iniciaram a implementação de unidades de conservação mais efetivas para a proteção ambiental” (Oliveira, 2004, p. 17). O pesquisador caiçara Prof. Dr. Paulo Cesar Franco e mais dois significativos líderes caiçaras, a seguir: Adriana Lima e Dauro Marcos Prado (2020) da região da Juréia, mencionam

Os especuladores intitulados empresários ficaram conhecidos na Juréia como grileiros que, vindos de várias partes do Brasil, introduziram “jaguços” nas comunidades tradicionais, os quais usavam cavalos para se locomover pela região, intimidando as pessoas e demarcando terras para seus mandatários (Franco, Lima e Prado, 2020, p.53).

A grilagem e a especulação imobiliária na cidade de Iguape-SP e região da Juréia levaram ao aumento dos processos que levam à apropriação ilegal de terras que pertencem às comunidades caiçaras. Uma parte significativa das comunidades foram expulsas de suas terras e alguns dos seus modos de vida tradicionais podem ser perdidos, exemplificando nas atividades culturais e identidade. Já as Unidades de Conservação, por sua vez, restringiram o acesso às terras e aos recursos naturais da Mata Atlântica do litoral sul do estado de São Paulo, o que dificultou a prática da agricultura de subsistência e aumentou a dependência das comunidades tradicionais caiçaras da pesca e do extrativismo.

Por meio da coesão, os senhores da especulação imobiliária intimidaram e se apropriaram das heranças dos homens e mulheres caiçaras, terras essas habitadas por seus antepassados a várias gerações. Assim, a especulação imobiliária trouxe sofrimento aos caiçaras que agora estavam desprovidos de suas casas e sítios caiçaras ainda na década de 1970, muitos morreram sem voltar para os seus lares como proprietários efetivos. Essa perda de terra em função da falta de moradia devido à expulsão trouxe um fenômeno migratório dos sítios para as grandes cidades ou periferia do município de Iguape.

Na dualidade entre os opressores e oprimidos no meio campestre,

É preciso compreender que a expansão das relações sociais capitalistas age sobre os territórios tradicionais, impondo regras e, com isso, trazendo novas necessidades e novas estratégias de resistência” (Souza, Loureiro, 2018, p.55).

Essas resistências devem ser compreendidas na contradição e totalidade das práticas sociais dos seres humanos com o mundo, sua história, seu contexto e sua prática social.

Devido à especulação imobiliária houve também neste século um forte surgimento de imigrantes caiçaras que saíram do campo ou das terras alocadas na Mata Atlântica para as cidades, esse deslocado historicamente do campo para as periferias das cidades trouxe desaprovação pela identidade caiçara que teve que ser reaprendida por meio do empoderamento.

Sobre essas migrações das populações do campo para a cidade, Vendramini (2022) salienta que as migrações se tornaram cada vez mais corriqueiras, levando os caiçaras pertencentes ao campo, para as áreas urbanas, sendo assim o meio de produção decorrente do trabalho humano foi construído e posteriormente consumido na industrialização da capital e grandes cidades do Estado. Existe também um fenômeno identificado como retorno rápido onde os cidadãos iguapeenses não se acostumaram com o trabalho urbano e maneira de viver na cidade, voltaram um pouco tempo depois para a periferia ou povoados do município de Iguape-SP (Vendramini, 2022).

(d) Eminência da criação de uma usina nuclear pela Empresa Nuclear Brasileira S/A (NUCLEBRAS) na Cidade de Iguape-SP.

A criação de uma usina nuclear<sup>12</sup> na cidade de Iguape-SP não foi um evento aleatório, mas, sim, o resultado de um processo histórico que se intensificou na década de 1970. Nesse contexto, a modernização tecnológica do Brasil, exemplificada pela necessidade de energia nuclear, era uma aspiração compartilhada por diversos políticos da época, tendo como principal líder o presidente e general Emílio Garrastazu Médici. Inicialmente, dois Estados brasileiros se destacaram como potenciais locais para as instalações desses empreendimentos nucleares: Rio de Janeiro e São Paulo.

<sup>12</sup> Cabe salientar que a ideia de construção de usinas nucleares em nossa nação já era alvo do Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek para seus anos presidenciais de 1956 a 1961. (BRASIL, 1958).

Ainda neste cenário político-social um fator relevante se manifesta potencializando a criação da usina nuclear em terras brasileiras por meio de uma futura parceria, que nasce a partir de um problema comum para o Brasil e a Alemanha, a necessidade de urânio (Cabral, 2011). Assim,

[...] o problema da Alemanha consistia na falta de urânio. [...] Restava à Alemanha estabelecer negociações externas de modo a restabelecer a importação de urânio enriquecido e intensificar a exportação de produtos e serviços nucleares. Para o Brasil, a suspensão do fornecimento de urânio pelos Estados Unidos revelou a fragilidade do programa nuclear, baseado em reatores à água pressurizada totalmente dependente dos Estados Unidos. Criaram-se as condições que resultaram na cooperação entre Brasil e Alemanha, que culminaram no Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. Para o governo brasileiro ficava claro que o sucesso da indústria nucleoeletrica brasileira dependia do desenvolvimento de todas as etapas do ciclo do combustível em território nacional. (Cabral, 2011, p. 62-63).

A Alemanha precisava do urânio enriquecido e as dificuldades enfrentadas para garantir esse metal radiativo eram muitas. Isso porque, ainda eram intensas as pressões geopolíticas da época derivadas da Segunda Guerra Mundial, assim, apesar da tecnologia, a impossibilidade de extrair urânio em seu próprio território fez com que essa nação germânica, buscasse alternativas em outras nações, como o Brasil.

Já o Brasil precisava de tecnologia para ir avante com os seus planos de energia nucleoeletrica, uma vez que o programa nuclear brasileiro da época era carente de tecnologias para extração de recursos que possibilitariam a geração de energia nuclear, um outro detalhe importante era sua dependência dos Estados Unidos da América (EUA). Desta feita, era crucial naquele momento procurar medidas para reduzir essa dependência dos EUA, como a busca por novas tecnologias e parcerias internacionais. Desta feita,

[...] o acordo de cooperação no campo dos usos pacíficos da energia nuclear, assinado pelos ministérios de Relações Exteriores dos dois países, constituiu a base diplomática para o estabelecimento de negociações entre Brasil e Alemanha no âmbito internacional; o Protocolo de Instrumentos sobre a Implantação do acordo de cooperação no campo dos usos pacíficos da energia nuclear permitiu o estabelecimento de contratos entre a Nuclebrás e as indústrias alemãs de tecnologia nuclear para a formação de sete subsidiárias da Nuclebrás, sob forma de *joint-ventures*: a Nuclam (Nuclebrás Auxiliar de Mineração S.A.), entre a Nuclebrás (51%) e a Urangesellschaft (49%), para a prospecção, pesquisa, desenvolvimento, mineração e exploração de depósitos de urânio no Brasil [...] (Cabral, 2011, p. 63)

Na dualidade desde jogo de interesses, as duas nações e suas propostas para geração de energia nuclear no Brasil traziam com elas os efeitos positivos de cooperação internacional, por um lado, o arcabouço em termos tecnológicos que a

nação germânica traria para o Brasil e do outro lado o aparatoso suprimento de urânio para a Alemanha. Assim, as duas nações ganhavam socioeconomicamente. Além de gerar para os dois países o desenvolvimento de novas tecnologias no percurso da implementação do empreendimento nuclear, a criação de empregos, a geração de energia e a diversificação da matriz energética (Cabral, 2011).

Em contraposição, Sanches (2004) explica que presença da Nuclebrás e sua ideia para criação de duas usinas nucleares na região sul do Estado de São Paulo que, planejadamente seriam denominadas “Iguape I e Iguape II”, alarmaram as pessoas da região, mas também todo o Estado paulista.

Vários foram os motivos para as pessoas ficarem contra a construção de usinas no município, a seguir: gerenciamento de dejetos: uma vez que o lixo nuclear é altamente radioativo e exige um armazenamento seguro por milhares de anos e o transporte de combustível nuclear e do próprio lixo radioativo apresentam riscos de acidentes e terrorismo. Porém o principal foi a ameaça à integridade física e ambiental da região, movimento dos ambientalistas que se opuseram a instalação das usinas, cobrança da sociedade aos políticos da época para que esses se manifestassem contra a criação destas duas usinas na região da Juréia. (Sanches, 2004).

No ano de 1974, a Lei Nº 6.189 de 16 de dezembro de 1974, modifica a nomenclatura da Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN) que passou a ser denominada Empresas Nucleares Brasileiras (Nuclebrás), diretamente vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

[...] as comunidades caiçaras da Juréia passaram a viver sob a tensão das políticas nucleares, mais especificamente do acordo firmado pelo general Figueiredo com a Alemanha com objetivo de instalar duas usinas nucleares. (Franco, Lima e Prado, 2020, p. 54)

Essa tensão na qual as comunidades tradicionais, incluindo a caiçara, viveram neste processo de lutas por seus territórios, teve início na década de 1970 com a eminente criação das usinas nucleares pela Nuclebrás no município de Iguape-SP. Contudo, essa luta foi travada e vencida<sup>13</sup> contra as empresas nucleares brasileiras na década de 1980. Isso aconteceu devido aos cidadãos da região da Juréia e do Estado de São Paulo realizarem uma oposição feroz contra essa implantação das

<sup>13</sup> Cabe salientar que o termo “luta vencida” diz respeito ao ato de vitória conquistado pela sociedade liderada pelos ambientalistas, ao ter conseguido barrar as implementações das usinas Iguape I e Iguape II. Essa conquista, porém, desencadeará a criação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins que contraditoriamente expulsaria uma parte significativa das comunidades caiçaras de alguns territórios dentro da estação.

usinas. Contudo, cabe dizer que entre as pessoas que viviam no Vale do Ribeira existiam dois discursos sendo conclamados.

O primeiro discurso trazia em suas estranhas opressoras um olhar futurista que pregava o desenvolvimento do eixo econômico e social de toda região do Vale do Ribeira, incluindo todas as cidades do sul do Estado. Afinal de contas, no final da década de 1970, a promessa de uma tecnologia avançada de geração de energia nucleoeletrica sendo implantada no Estado de São Paulo traria, além do aspecto de modernidade e supremacia tecnológica do Estado paulista em relação aos outros estados do Brasil. Entraria também nesta fala o discurso nacionalista, uma vez que Argentina era o único país na época detentor de usinas nucleares na América do Sul, assim a nação brasileira não poderia ficar para trás em relação ao maior rival político da América do Sul.

Contudo, por outro lado, os ambientalistas traziam em seu bojo político-social um conflito acalorado sobre a conservação da fauna e flora da região, afinal se atingiria ao patrimônio imaterial e material dos cidadãos da região e conseqüentemente o patrimônio brasileiro (Sanches, 2004). Santos (2013) revela que a iminência da implantação do projeto faz com que a comunidade de ecologia de Itanhaém-SP<sup>14</sup>, representada pelo ambientalista Ernesto Zwarg Jr, oficializasse uma solicitação a Casa Civil do Estado de São Paulo no ano de 1973, no sentido de que fossem

Elaborados estudos pela Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, visando ao tombamento de pequenas praias ao longo do litoral, destacando as do Rio Verde, em Iguape, a do Arpoador, desde a Cachoeira do Guaraú, a ilha e praia do Boquete e a do Caramborê, no município de Peruíbe (Santos, 2013, p. 20).

É notório que essa solicitação tem início no município de Itanhaém-SP e posteriormente se expande para outras cidades paulistas como Iguape e Peruíbe. Cabe salientar que toda região da Juréia foi beneficiada com esse posicionamento do Ernesto Zwarg Jr.

Essa solicitação de tombamento de áreas de pequenas praias influenciou aquilo que no futuro seria conhecida como Estação Ecológica da Juréia-Itatins, ou seja, apesar de o acontecimento ter ocorrido na Cidade de Itanhaém-SP, vai influenciar a criação da estação em todas as cidades que futuramente fariam parte da

<sup>14</sup> Essa cidade pertence a região da Juréia, automaticamente seria afetada pela criação de uma usina nuclear na região. Por esse motivo os movimentos contrários de personalidades como o senhor Ernesto Zwarg Jr.

EJJI e logicamente atingido significativamente os territórios das comunidades e povos tradicionais do campo, principalmente da comunidade caiçara da cidade de Iguape-SP.

Nas contradições trazidas pelos dois discursos majoritários, tendo de um lado os que acreditavam nas usinas como geração de emprego e renda, e do outro a destruição da fauna, flora e risco para a saúde de todos os cidadãos da região da Juréia. Nunes (2003, p. 59) esclarece que o movimento ambientalista foi “fortalecido pelas lutas contra a instalação das usinas nucleares se apressou para criar uma Unidade de Conservação que fosse capaz de controlar uma nova investida do setor imobiliário”.

Oficialmente, a Estação Ecológica da Juréia-Itatins/SP foi criada por meio do Decreto N. 24.646, de 20 de janeiro de 1986.

É criada a Estação Ecológica de Juréia-Itatins em terras dos Municípios de Iguape, Peruíbe, Miracatu e Irariri, com a finalidade de assegurar a integridade dos ecossistemas existentes e de proteger sua flora e fauna, bem como sua utilização com objetivos educacionais e científicos (São Paulo, 1986, p.01)

Entender como começou esse processo de lutas por territórios caiçaras, na região da Juréia do Estado de São Paulo, e mais especificamente no Município de Iguape a partir da década de 1970, é compreender os modos de opressão que determinados pseudoambientalistas e o poder executivo agiram para conseguir expulsar muitas famílias do território tradicional.

Os acontecimentos da década de 1970, explanados criticamente por meio de cada eixo gerador deste capítulo, serviram de alavanca para compreender a expulsão de muitas famílias caiçaras da área que seria conhecida futuramente como EEJI. Além disso, esses episódios foram usados como arma hegemônica de dominação. Ademais, foram essenciais para surgimento do Decreto n. 24.646, de 20 de janeiro de 1986 que criou a Estação Ecológica da Juréia-Itatins.

E por sua vez, a EEJI nos anos seguintes ao seu surgimento, mais especificamente para a década de 1990, a expulsão de algumas famílias da comunidade caiçara. Naquela época que alguns jovens expulsos da Juréia que foram morar na comunidade de pescadores da Barra do Ribeira, situada na foz do Rio Ribeira de Iguape, decidiram criar uma Associação dos Jovens da Juréia, “[...] para se organizar juridicamente e resistir às ações coercitivas das políticas ambientais do governo do estado de São Paulo que estavam destruindo suas tradições” (Franco,

Lima e Prado, 2020, p. 56).

O surgimento da Associação de Jovens da Juréia, iniciou-se em pequenas reuniões que aconteciam nas casas das famílias pertencentes à comunidade caiçara, tocando e dançando o fandango caiçara, os jovens criaram a AJJ que tinha por objetivo o resgate da cultura caiçara a partir da criação de um espaço de educação popular e da geração de renda para as comunidades tradicionais por meio da confecção de artesanatos da caxeta. (Franco, Lima e Prado, 2020).

Esse espaço também serviu e serve como ambiente de formação não escolar (educação popular/informal) criado para que as comunidades tradicionais caiçaras de toda região da Juréia e seus visitantes se encontrassem e pudessem debater a respeito da situação de despejo em que viviam, ao mesmo tempo para que se organizassem para lutar pelo território (Franco, Lima e Prado, 2020).

Conscientes dos determinantes políticos, sociais, econômicos e principalmente ambientais que engendraram a criação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins (EEJI) sobretudo, no município de Iguape e região da Juréia, por meio dos eixos geradores, são eles: (a) Pseudodiscurso da proteção ambiental na sociedade brasileira; (b) Criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA); (c) Especulação imobiliária no litoral sul do estado de São Paulo e d) Eminência da criação de uma usina nuclear pela Empresa Nuclear Brasileira S/A (NUCLEBRAS), podemos concluir aqui o segundo capítulo, para, no próximo, lançarmos luzes à categorização fundamentada do materialismo histórico-dialético e as leituras dos textos acadêmicos da área das ciências humanas para refletirmos sobre a comunidade caiçara de Iguape-SP.

### 3 CATEGORIZAÇÃO PARA PENSARMOS NA COMUNIDADE CAIÇARA DE IGUAPE-SP: LEITURAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao começar as leituras dos textos acadêmicos que versam sobre a perspectiva do materialismo histórico-dialético, os estudantes e pesquisadores se deparam com as categorias de análise que fundamentam as reflexões científicas daqueles que bebem na literatura de Karl Marx. Desta forma, as categorias explicitam as relações político-sociais entre os seres humanos, uma vez que colaboram para compreensão da educação no campo, na demanda da comunidade caiçara de Iguape-SP.

Karl Marx (2008), no livro “A contribuição à crítica da economia política”, o filósofo alemão salienta que as categorias são de natureza simples e concretas. Ele ainda esclarece:

Embora a categoria mais simples tenha podido existir historicamente antes que a mais concreta, não pode precisamente pertencer em seu pleno desenvolvimento, interno e externo, senão a formações sociais complexas, enquanto que a categoria mais concreta se achava plenamente desenvolvida em uma forma de sociedade menos avançada (Marx 2008, p. 262)

O filósofo alemão distingue entre categorias simples que são mais abstratas e representam relações sociais mais básicas e categorias concretas que são mais conflitantes e compreendem uma maior variedade de relações sociopolíticas dos seres humanos.

Octávio Ianni (2012, p. 397) explica que a construção de uma categoria é caracterizada como a síntese da proposta de Marx para um desfecho científico ou social de determinado objeto, “isto é, como se explica cientificamente um acontecimento, como se constrói a explicação”. Desta feita,

A medida em que a explicação se sintetiza na categoria que poderíamos traduzir em “conceito”, numa lei, então a construção da categoria é por assim dizer, o núcleo, o desfecho da reflexão dialética; explicar dialeticamente e construir a categoria ou as categorias que resultam da reflexão sobre o acontecimento que está sendo pesquisado (Ianni, 2012, p.397).

Ao refletir sobre esta caracterização da construção de uma categoria podemos dizer que a análise social e científica do objeto deverá vir acompanhada de uma problematização coerente. Não existe, porém, uma resposta coerente para essa problematização em cima do objeto, se essa reflexão não for de cunho dialético. Em uma perspectiva marxista, situações conflitantes devem ser postas no núcleo da análise, para finalmente acontecer o desfecho.

Desta maneira, Ianni (2012) aponta que o pesquisador deve se colocar diante do fato, buscando interrogar todos os aspectos, sobre todas as perspectivas. Deve-se na utilização das categorias na perspectiva marxista partir do “reconhecimento, não de uma presunção, *a priori*,” contudo deve-se entender que reconhecimento do fato não se dá a conhecer de imediato, mas de inúmeras reflexões sobre o objeto que se deseja pesquisar por meio das categorias (Ianni 2012, 397).

A realidade é complexa, é heterogênea, é contraditória; apresenta diversas facetas, diversas peculiaridades. Se revela sobre diferentes partes. A reflexão deve observar, deve examinar essa realidade, o fato, o acontecimento que está em questão e tratar de basear a compreensão global, que implica em compreender o fato como um todo que seja vivo, não como um todo que está dissecado numa anatomia, numa fotografia, numa sincronia. Mas um todo que se apresenta tanto quanto possível vivo. Não está em questão construir um conceito ou uma definição (Ianni 2012, 397).

A utilização de uma categoria de análise na perspectiva do materialismo histórico-dialético traz em seu bojo a necessidade de olhar os macroaspectos do objeto pesquisado para encontrar os microaspectos. Tal necessidade é lógica e seria impossível para um estudioso seja ele das ciências humanas como o caso deste pesquisador que vos escreve, como em qualquer outra ciência, se desvincular do olhar apurado sobre os detalhes do objeto pesquisado. É, porém, impossível compreender todos os aspectos dentro de um único estudo ou pesquisa, mas o panorama geral do objeto (macro) deve ser contemplado, sem ela, não se pode chegar nas nuances que encontramos no contexto local (micro) da comunidade que desejamos estudar.

Neste texto vamos trabalhar com quatro categorias na perspectiva do materialismo histórico-dialético que irão nos ajudar na análise científica da atuação das lideranças caiçaras pertencentes a comunidade de Iguape-SP, são elas: Contradição, totalidade, práxis e trabalho.

A categoria contradição segundo Kohan (2023) remete a um conceito fundamental da lógica dialética de Marx.<sup>15</sup> Ela representa a oposição revolucionária entre elementos ou ideias. Para uma perspectiva crítica não se pode ter uma contradição se ela não passar pela história da humanidade e resultar em uma transformação. Assim, Kohan (2023) continua, em contraposição à contradição, temos a identidade. É evidente que algo é idêntico a si mesmo quando não apresenta

<sup>15</sup> Existem outros conceitos de contradição, como o cunhado por Proudhon (2020), porém totalmente rejeitado por Marx (2017) no seu livro a miséria da filosofia. Para saber mais, ir para caminho metodológico ou beber do próprio livro.

diferenças em relação a um determinado aspecto e, sendo assim, não gera conflitos, discussões ou debates. Bottomore (2013) explica:

[...] conceito de contradição é empregado para designar, entre outras coisas: (a) inconsistências lógicas ou anomalias teóricas intradiscursivas; (b) oposições extradiscursivas como, por exemplo, a oferta e a procura que envolvem forças ou tendências de origens (relativamente) independentes as quais interagem de tal modo que seus efeitos tendem a se anular mutuamente, em momentâneo ou semipermanente equilíbrio; (c) contradições dialéticas históricas (ou temporais); e (d) contradições dialéticas estruturais (ou sistêmicas). (Bottomore, 2013, p.239)

A respeito da categoria totalidade é caracterizado como um complexo geral estruturado e historicamente determinado. Acontece nas mediações e transições múltiplas pelas quais suas partes específicas ou complexas, ou seja,

[...] as “totalidades parciais” estão relacionadas entre si, numa série de inter-relações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam. A significação e os limites de uma ação, medida, realização, lei, etc. não podem, portanto, ser avaliados, exceto em relação à apreensão dialética da estrutura da totalidade. Isso, por sua vez, implica necessariamente a compreensão dialética das mediações concretas múltiplas que constituem a estrutura de determinada totalidade social (Bottomore, 2013, p.596-597)

Olhar para a totalidade é refletir a partir de um todo ligado, olhando para as informações expostas no início, mas também em última instância, isto é, contemplar a infraestrutura da sociedade e às relações materiais de vida.

Sobre a categoria práxis Kohan (2023) explica que essa categoria fundamental da filosofia marxista, uma vez que caracteriza a junção indissociável (na concepção crítica) entre teoria e prática na sociedade humana. Ademais, é uma “atividade humana que transforma a sociedade e a natureza transformando, ao mesmo tempo, o sujeito que a exerce. Seja na política, na arte, na ciência ou no trabalho produtivo” (Kohan, 2023, p. 11).

Sobre a categoria trabalho, Kohan (2023) explica que esta remete ao processo de intercâmbio e mediação entre o ser humano e a natureza, incorporado nas relações sociais. Ele continua informando que o capitalismo dos dias atuais nos condiciona enquanto classe trabalhadora a deteriorar nossas vidas trabalhando, o dobro ou triplo, e sentencia o restante do proletariado ao desemprego, “[...] em lugar de repartir o trabalho entre todos, o que possibilitaria reduzir o trabalho necessário à reprodução da vida e aumentar o tempo livre para o ócio e o prazer”. (Kohan, 2023, p. 15).

### 3.1 TRABALHO E TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA CRÍTICA: LIDERANDO AS COMUNIDADES TRADICIONAIS CAIÇARAS EM BUSCA DE MAIS CIDADANIA.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Marx, 2017, p. 326-327)

O trabalho somente é concebido pela humanidade, pois estão na condição de seres pensantes (racionais), parte-se do individualismo do homem iniciado na prática social e conseqüentemente por viver em sociedade desembocado no coletivo social. Desta feita, a “centralidade do trabalho no processo de produção da vida humano-societária é uma das premissas ontológicas” inerentes ao MHD.” (Vieira; Biondini, 2023, p. 319).

As formações sociais tumultuam o sentido da autocriação do homem dado pelo trabalho, na acepção de produzir bens inerentes à sua sobrevivência (Amboni, 2019). É nesse processo social e político que os seres humanos edificam suas relações conflitantes, “que separam o sujeito do trabalho em classes sociais e, conseqüentemente, traz o trabalho subordinado à determinada formação social e às relações sociais de produção. (Amboni, 2019, p. 252).

O próprio Marx (2013) esclarece que as pessoas que compõem o proletariado se manifestam no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho não se desprende de sua forma instintiva. Sobre isso, Amboni, (2019) explica que na existência material humana, a habilidade para o trabalho concebeu ao homem um salto ontológico, que é a capacidade de pensar e refletir sobre suas ações do trabalho, desta feita

[...] pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. (Marx, 2017, p. 327)

O trabalho humano representa uma categoria central para a compreensão do ser social e dos processos econômicos que moldam a existência humana. Essa categoria encontra-se imbricada em todas as esferas da vida, desde as relações socioculturais até as estruturas econômicas. Frigotto (2006, p. 247) aponta para a dimensão mais crucial, como sendo a “atividade que responde à produção dos elementos necessários e imperativos à vida biológica dos seres humanos como seres ou animais evoluídos da natureza”. Assim, responde às necessidades de sua vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva. Trata-se de necessidades que, por serem históricas, assumem especificidades no tempo e no espaço (Frigotto, 2006).

Ferretti (1992) conceitua o trabalho como uma atividade social, salientando que nas sociedades atuais, mesmo as pessoas que realizam uma atividade cultural como artesanato, aparentemente parece isolada, dentro deste contexto podemos citar várias comunidades tradicionais, a seguir: quilombolas, caiçaras, ribeirinhas, contudo, dependem de outros para executar seu trabalho.

Essas comunidades dependem, por exemplo, dos comerciantes que lhe vendem o tecido e a linha, dos que anteriormente produziram esses bens, dos que os transportaram etc. “O trabalho engendra a vida social e, ao mesmo tempo, é por ela determinado. Assim, querendo ou não, os homens, para transformar a natureza em seu benefício, constituíram, ao mesmo tempo” formas de relacionamento com outros seres humanos (Ferretti, 1992, p. 84).

Neste viés, o trabalho engendra um princípio formativo ou educativo até mesmo para aqueles que são em sua essência professores, como o trabalho dos líderes comunitários. Esse princípio educativo deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de se alimentar, de se proteger das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência e outras esferas da vida pelo trabalho é comum a todos os seres humanos, evitando-se, dessa forma, criar indivíduos ou grupos que exploram e vivem do trabalho de outros e se constituem, na expressão gramsciana, em “mamíferos de luxo”. (Frigotto, 2006).

Saviani (2007, p.152) explica que o trabalho e a educação “são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa”. Essas relações se entrelaçam na vida das pessoas por meio de suas práticas sociais, elas não são apenas daqueles que trabalham ou

pertencem à comunidade escolar, essas atividades pertencem e são construídas pelos homens, devendo ser realizadas na caminhada do proletariado em busca da sua autonomia e consciência crítica (Saviani, 2007).

Saviani (2007) salienta que o trabalho e a educação são considerados atributos essenciais dos homens e mulheres. Neste sentido, é que a natureza intrínseca do ser humano reside no trabalho. A essência humana, portanto, não lhe é inata; não se trata de uma dádiva alegórica, nem de algo que precede sua própria existência. Pelo contrário, a essência humana é forjada pelos próprios indivíduos. Homens e mulheres se definem pelo trabalho. Trata-se de um trabalho que se desenvolve, se enraíza e se torna mais enigmático ao longo do tempo: um processo histórico (Saviani, 2007).

O ser humano necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência (Saviani, 2007). Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. Nesta perspectiva, o

[...] ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem (Saviani, 2007, p. 153)

Desta feita os indivíduos aprendem e transmitem os conteúdos advindos dos seus processos educativos aos outros sujeitos ao perpassar dos anos. Contudo, entende-se então que o poder do capital, isto é a classe dominante se estende para além da esfera econômica, influenciando diversos aspectos da vida social das pessoas. Cabe dizer que por meio da publicidade, da mídia e da educação, o capital propaga seus valores e molda a cultura da sociedade.

No entanto, para além de uma educação crítica que visa preparar as pessoas para usufruir de um trabalho de uma forma digna, encontramos perspectivas educacionais<sup>16</sup> que influenciam e contribuem para a manutenção do *status quo* e da hegemonia do capital.

Contudo, Saviani (2007) alerta que a relação trabalho-educação tende a sofrer uma nova determinação com o surgimento do modo de produção capitalista cada vez mais estabelecido pelos governos de direita. É evidente que a sociedade capitalista

<sup>16</sup> Podemos citar alguns exemplos dessas teorias que influenciam para uma visão de mundo alienante, não crítica, são elas: teorias tradicionais da educação e teoria escolanovista.

ou burguesa, ao constituir a economia de mercado, ou seja, a produção para a troca de mercadorias inverteu os termos próprios da sociedade feudal.

Com essa mudança de eixo do feudal para o capitalismo, isto é, a sociedade se tornou urbana e industrial, substituindo o campo e a agricultura como pilares centrais para desenvolvimento de determinada região ou país. Essa mudança de eixo produtivo representou uma ruptura com a ordem feudal (Saviani, 2007). A consolidação da sociedade capitalista se intensifica com a Revolução Industrial, impulsionando a indústria moderna e aprofundando as transformações sociais, econômicas e culturais já em curso (Saviani, 2007).

Sabe-se que a inerência da educação para as comunidades tradicionais como tantas outras coisas essenciais na comunidade caíçara e encontra-se vinculada ao trabalho.

[...] os processos educacionais e processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Conseqüentemente, uma reforma significativa da educação é inconcebível sem correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança (Mészáros, 2008, p.25).

O trabalho do líder comunitário caíçara não se constrói do acaso, mas encontra-se intrinsecamente ligado aos processos sociais, políticos, econômicos, intelectuais e culturais. Todos esses pontos ocorrem das dimensões humanas que nos remetem enquanto indivíduos a diferentes domínios da história das trajetórias de vida dos seres humanos.

É pertinente dizer que os líderes das comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caíçaras ou qualquer outro profissional que se encontra à mercê do capital, precisa estar atento para distinguir o trabalho prazeroso que beneficia a si próprio, à família e à sociedade, em detrimento do viés de trabalho exploratório do capital. Ferretti (1992) explica que o capitalismo realmente nasceu como modo de produção específico, quando o investidor reuniu no mesmo local, sob suas ordens, um certo número de trabalhadores que deveriam atuar simultaneamente para produzir a mesma espécie de mercadoria.

Na educação, o domínio do capital se concentra em assegurar que cada pessoa adote como suas as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema, no sentido amplo do termo, educação trata-se de uma questão de internalização pelos sujeitos, dando com isso legitimidade da posição que lhe foi atribuída na hierarquia

social, juntamente com suas formas de conduta estipuladas no terreno das ciências educacionais. (Mészáros, 2008). Deste modo, as

Instituições formais de educação certamente são uma parte importante do sistema global de internalização. Mas apenas uma parte. Quer os indivíduos participem ou não por mais ou por menos tempo, mas sempre em um número de anos bastante limitado - das instituições formais de educação, eles devem ser induzidos a uma aceitação ativa (ou mais ou menos resignada) dos princípios orientadores dominantes na própria sociedade, adequados a sua posição na ordem social e de acordo com as tarefas reprodutivas que lhe foram atribuídas (Mészáros, 2008, p.44)

Os agentes do capitalismo trazem consigo o bojo da dominação que para além de doutrinação trazem princípios de aceitação, legitimação e racionalização da ideologia do capital. Esses princípios utilizam-se da interferência do aparelhamento ideológico do estado para auxiliar os seres humanos nesse processo de alienação.

### 3.2 A PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA QUE OS HOMENS E MULHERES CAIÇARAS PRECISAM TER PARA LUTAR POLITICAMENTE POR SEUS DIREITOS.

A práxis é uma categoria fundamental do Materialismo Histórico-Dialético. Conhecida como uma “Atividade humana que transforma a sociedade e a natureza modificando, ao mesmo tempo, o sujeito que a exerce”. Seja na política, na arte, na ciência ou no trabalho produtivo” (Kohan, 2023, p.11). Ao pensarmos na práxis para as demandas das comunidades tradicionais, inclusive para as comunidades caiçaras, refletimos que os homens e as mulheres das comunidades precisam, enquanto cidadãos, apoderarem-se do conhecimento teórico para exercer sem alienação sua prática social.

[...] a práxis é considerada como a forma especificamente humana do ser do homem, como atividade livre e criadora e autocriadora. [...] Práxis opunha-se, portanto, não à *poiesis* ou à *theoria*, mas à práxis “má”, alienada. A distinção entre boa e má práxis não se dava em um sentido ético, mas como uma distinção ontológica e antropológica fundamental, ou, ainda, como uma distinção no pensamento metafilosófico revolucionário. Em vez de falar de boa e má práxis, estes autores preferiram falar de práxis autêntica e práxis alienada, ou de forma mais simples, de práxis e alienação (Bottomore, 2013, p. 465)

Essa distinção também esclarece uma práxis sem criticidade na vida do homem, caracterizada como uma alienação humana. Os homens e mulheres das comunidades tradicionais do Brasil como todo e qualquer ser humano, necessitam se libertar da alienação, isso só poderá acontecer por meio da práxis revolucionária (crítica/reflexiva) que trará as armas que a comunidade caiçara necessita para lutar

contra as expulsões de suas famílias do seu território, resistência essa que começou a acontecer na década de 1970 e se perpetuam até os dias atuais.

Dermeval Saviani (2017) esclarece que práxis é um conceito que, embora seja frequentemente considerado como sinônimo de prática, sua característica principal se encontra imbricada na dialética como um viés de superação discorrido nos embates de dois elementos contrários representados pela teoria e pela prática. Assim, a práxis pode ser definida como atividade humana prática fundamentada teoricamente (Saviani, 2017, p. 10).

Por conseguinte, filosofia da práxis no marxismo efetuou “[...] o exame crítico-histórico da sociedade capitalista evidenciando suas contradições internas, cujo desenvolvimento cria as condições de sua superação” (Saviani, 2017, p. 10). Tal exame crítico concedeu a identificação das espalhafatosas, porém abafadas crises caracterizadas como sinais de esgotamento do capitalismo abrindo um percurso para “[...] processos revolucionários que, sobre a base das forças produtivas desenvolvidas pela própria sociedade burguesa, propiciariam o advento de uma nova sociedade”. (Saviani, 2017, p.10)

Marx e Engels (2007, p. 535) salientam que “[...] os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”. Percebemos aqui a necessidade da transformação, não se resolve nada apenas com uma teoria filosófica bem escrita e articulada ou com o conhecimento vazio (acrítico), ou ainda que ele não seja vazio, possuindo uma crítica e pescaria argumentativa, se não levar a transformação não levará a nada. No texto denominado as Teses sobre Feuerbach de Marx (1999), a importância da transformação é explanada para o professor e seu aluno:

[...] os homens são produtos das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes [...] as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. Leva, pois, forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais se sobrepõe à sociedade. A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora (Marx, 1999, p. 05).

A revolução marxista advém da práxis, e sua essencialidade acontece na contradição e na totalidade encontrada na luta de classes. Luta essa que se manifesta nos conflitos entre opressores e oprimidos (Marx; Engels, 2007; Marx; Engels, 2015). Não podemos esquecer que as comunidades caiçaras como parte da classe

trabalhadora por meio da história da humanidade (macro) e sua própria história (micro) remete ao conhecimento adquirido de forma crítica, se estiverem dispostos a refletirem e beberem desses dois aspectos político-sociais. É evidente que olhando histórico-criticamente para as pessoas e situações adversas, podemos identificar a fragilidade de classe que poderá vir se tornar revolucionária, como dizem Marx e Engels (2007)

[...] **existe** uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens e que, expulsada da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as outras classes; uma classe que configura a maioria dos membros da sociedade e da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista, que também pode se formar, naturalmente, entre as outras classes, graças à percepção da situação dessa classe (Marx; Engels, 2007, p.41-42). (grifo nosso)

A classe trabalhadora sempre foi marginalizada carregando o fardo de sustentar a sociedade por meio da exploração do seu trabalho sem colher seus frutos. Negligenciada e oprimida, essa classe é convocada por Marx e Engels (2007) para uma revolução que busca transformar a realidade e construir uma sociedade justa por meio da práxis. Os homens e as mulheres desenvolvem sua consciência livre da alienação por meio do conhecimento, esse conhecimento livre da alienação resulta numa práxis revolucionária. Sobre isso Saviani (2017, p. 19) salienta que a promoção da educação crítica<sup>17</sup> por meio da escolarização se configura, pois, como um processo de mediação que permite a passagem dos alunos “[...] de uma inserção acrítica e inintencional no âmbito da sociedade a uma inserção crítica e intencional”.

Temos aqui um ponto importante, sabemos que a educação ofertada nas escolas públicas não é crítica. Logo, cabe-nos uma reflexão, ainda que a escolarização ofertada nas escolas públicas brasileiras não seja crítica ou não se priorize por meio dela formar um ser humano politicamente humanizado, em um determinado momento essa escola, mesmo que de forma acrítica, transmitirá conhecimentos básicos que são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, motor e socioafetivo dos estudantes. Essa inserção na escola é benéfica e pode em determinado momento transforma-se em uma escolarização crítica trazendo aos alunos aportes para uma efetiva transformação revolucionária através de sua prática social. Ou seja, na escola ou na sociedade encontramos pessoas acríticas e críticas, ruins e boas literaturas (livros), acintosas e benfazejas atividades culturais (música,

<sup>17</sup> Essa educação crítica e revolucionária é denominada Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) (Saviani, 2017).

teatro, desenhos e pinturas), isso porque convivemos com várias pessoas com pensamentos diferentes.

E é nesta convivência que a contradição é encontrada, ela pode ser por um determinado tempo, evitada, escondida e excluída, postergada, contudo, historicamente sempre achará um caminho científico por meio da prática social dos homens e mulheres para combater a alienação social advinda da luta de classes.

Sustenta-se a tese de que a escolarização contribui na luta pela terra por parte das comunidades tradicionais pertencentes ao campo, uma vez que a educação escolar é a trajetória mais eficiente para alcançar a formação política das lideranças caiçaras que munidas de conhecimento são capazes de articular as demandas da comunidade e construir projetos de desenvolvimento sustentável para o uso do território. A educação escolar, ao proporcionar conhecimentos sobre história, filosofia, atualidades, política e legislação, fornece aos líderes e membros das comunidades tradicionais do campo recursos materiais e imateriais para defender seus direitos e construir um futuro no qual possam ter seu direito à moradia no território preservado e/ou quiçá restituído.

Assim, os homens e mulheres que residem no campo, incluindo os caiçaras, lutam historicamente pelo acesso à escola. As famílias aspiram que seus filhos frequentem a escola campestre e aí aprendam conhecimentos que lhes possibilitem melhorar suas condições de vida, tendo assim uma profissão que ajude a comunidade a superar suas barreiras socioeconômicas. O processo educativo deve ser produzido e conduzido de maneira histórica e coletiva pelo conjunto dos homens (Saviani, 2013). Contudo, a escola pública é enviesada por dois meios, são eles: formativo acrítico ou formativo crítico, contudo, só o segundo é revolucionário e transformador uma vez que é realizado na perspectiva da filosofia da práxis.

A práxis como atividade humana revolucionária modifica a sociedade e os homens. Dela fazem parte diversos fatores como arte, trabalho produtivo, ciência e política (Kohan, 2023). Desse modo, Bottomore (2013), Vázquez (2011) e Silva (2017) classificam a práxis política como um dos mais relevantes exemplos de atividade humana.

De acordo com Silva (2017, p.73) “A práxis política também é uma forma de ação humana, porém uma forma reflexiva, no sentido de que na política o homem atua sobre si mesmo, sobre suas próprias condições de existência”. Tal exemplo de práxis

é produto direto da realidade concreta na qual os seres humanos se relacionam e vivem em sociedade. Em um viés marxista esta ação também é uma ação social, pois advém dos homens, no entanto somente gerará frutos se for guiada, coordenada e consciente por pessoas com conhecimentos teóricos e práticos críticos revolucionários (Silva, 2017).

Evidenciamos a inerência da conservação e criação de partidos políticos que apesar de serem muitos, em suas lutas refletem a luta das duas grandes classes que encontramos na sociedade (Silva, 2017). “Pode ser travada em qualquer arena política, seja parcialmente democrática ou despótica. Esta luta não é desinteressada e está marcada pela conquista ou transformação do poder encarnado no Estado” (Silva, 2017, p. 73).

### 3.3 PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA UMA TEORIA REVOLUCIONÁRIA PARA AS COMUNIDADES RESIDENTES NO CAMPO: DEMANDA CAIÇARA

Pensar na educação é planejar o futuro do município, do estado e da nação. É pensar sobre a escolarização das crianças, adolescentes e adultos. Refletir sobre educação é falar da formação superior para as pessoas e nunca deixar de estudar, ainda que seja um professor do campo ou da cidade, um líder do campo ou da cidade, um líder caiçara ou de qualquer outra comunidade tradicional. A partir da prática social dos seres humanos, a educação básica e superior se entrelaçam formando uma gama de conhecimento, e é com essa gama que encontramos a libertação da alienação imposta pela perversidade fascista do capital, somente ao ser preenchido da sapiência do saber e ajudando os outros a conquistarem a criticidade, é que os indivíduos estarão aptos para lutarem suas lutas educacionais, políticas, econômicas, ambientais, sociais e territoriais.

“Sabe-se que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana”. (Saviani, 2013a, p.11). É evidente que ao analisarmos a partir da compreensão da natureza humana, podemos identificar que as pessoas enquanto seres vivos se diferenciam dos outros seres vivos devido ao seu poder de intelecto, assim, diferente “dos outros animais, que se adaptam a realidade natural tendo a sua existência garantida naturalmente o homem necessita produzir continuamente sua própria existência”. (Saviani, 2013a, p.11).

Assim, o ser humano “em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que se adaptar a natureza em si, isto é, transformá-la. E isso é feito pelo trabalho” (Saviani, 2013 a, p.11). Assim, os professores, por meio de sua perspectiva de educação e seu trabalho, devem ajudar na construção do conhecimento crítico para si e para os outros. Isto é, refletir e estimular o pensamento crítico, apontando caminhos para si, seus alunos e para sociedade.

É lógico que nesse sentido de trazer para seus alunos e comunidade escolar uma maneira pedagógica diferenciada de agir, exige que se privilegiem a contradição, a dúvida e o questionamento (Gasparin, 2015). Isto é, um trabalho didático que valorize a diversidade e a divergência ao refletir sobre os mais diversos tipos de conteúdos expostos na escola e na vida, afinal de contas uma educação crítica é uma educação para a vida. Os professores e alunos devem sair de determinada unidade escolar levando para sua vivência prática os conteúdos por eles absorvidos, não se trata de decorar conteúdos, trata-se de internalizá-los para sempre que for necessário, utilizá-los na vida. “Assim, cada conteúdo deve ser analisado, compreendido e apreendido dentro de uma totalidade dinâmica, faz-se necessário instituir uma nova forma de trabalho pedagógico que dê conta deste novo desafio para a escola” (Gasparin, 2015, p.3).

Saviani (2013b) salienta que a educação deve ser compreendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada pessoa singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelos seres humanos. Em outras palavras, isso significa que educação “[...] é entendida como mediação no seio da prática social global”. (Saviani, 2013b, p.422).

Nesta perspectiva crítica, a educação se centra na contradição de que a crescente divisão do trabalho levou à organização de instituições que preparam as futuras gerações para as demandas de um sistema produtivo cada vez mais dependente de ciência e tecnologia sem se esquecer da historicidade dos seres humanos ao longo dos séculos. (Neves, Frigotto, 2024). Ao mesmo tempo, a educação precisa regular esse conhecimento para que os trabalhadores compreendam os mecanismos de dominação e exploração a que estão submetidos. Sobre isso o professor Roberto Leher (2021) explica:

**No Brasil** a mercantilização da educação não está restrita às práticas gerenciais e ao *ethos* formativo, pois inserida nas entranhas dos circuitos do capital e, especialmente, de produção de mais-valia. Neste prisma, tem de ser compreendida com base no que Marx conceitua como “forma-

mercadoria”: a educação, outrora fora dos circuitos da extração direta da mais-valia, torna-se, crescentemente, uma atividade subsumida pela forma-mercadoria. (Leher, 2021, p. 12). (grifo nosso).

Evidenciamos que educação básica e superior no Brasil se encontram mergulhadas em um processo direto de geração de lucro, se tornando cada vez mais um produto a ser vendido e consumido. Tal processo é incentivado pela sociedade burguesa, que causa danos materiais e imateriais à classe trabalhadora, ao vender um produto sem qualidade para estudantes, às custas dos trabalhos obrigatoriamente aligeirados dos professores, e, esses, para ganhar um pouco melhor, correm diariamente de um emprego para o outro, no intuito de pagar suas contas vindouras.

Os instrumentos capitalistas são usados pela burguesia brasileira através das corporações do próprio Estado manejando o deslocamento de parte da educação básica e superior, outrora assumida constitucionalmente como

[...] dever do Estado, para a esfera da realização da reprodução ampliada do capital, porém não como um contexto de *laissez-faire* completo, pois imbricado ao Estado e indissociável da correlação de forças vigente nas lutas de classes (Leher, 2021, p. 12).

Existe aí uma contradição entre o dever do Estado Brasileiro posto na legislação brasileira em relação à educação *versus* a vontade iminente de agradar as instituições que exploram esse bem precioso à sociedade. Leher (2021, p.12) enfatiza “a mercadoria é uma construção social e não um fato econômico coisificado e fetichizado, posto que sempre perpassado pelas lutas e conflitos sociais”. Embora a Constituição Federal de (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de (1996) estabeleçam a educação como um direito e um bem público, na prática, ela tem sido tratada como um negócio, onde o lucro é a principal motivação.

Tafarel e Molina (2012) advertem que os rumos da educação em nossa nação vêm considerando o modo de produção capitalista, edificado na propriedade privada, na superexploração dos assalariados e dos trabalhadores em geral. Ainda segundo as autoras, o Brasil é estado burguês que concentra o poder a seu favor e nos valores da família burguesa em detrimento ao proletariado intelectualizado, porém a mercê da opressão perversa da burguesia. Ademais,

[...] para entender as interconexões da mercantilização da educação com o Estado é imprescindível investigar os fundos de investimentos, a composição acionária e a carteira de negócios dos mesmos, o movimento de aquisições, o comportamento das ações na bolsa de valores, os conflitos magisteriais, a caracterização dos capitalistas que operam nesse mercado, a distribuição geográfica dos negócios, nichos de mercado buscados pelos grupos, modalidades de ensino priorizadas,

estoque de matrículas, estratégias de marketing, valor das mensalidades, custo de pessoal etc (Leher, 2021, p. 12).

É nítido que o processo de transformar algo, como a educação, em uma mercadoria a ser comprada e vendida no mercado, traz consigo implicações, essas estão caracterizadas pelos lucros obtidos pela classe opressora dominante a partir da exploração do trabalho do proletariado, ou seja, a diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e o valor que ele recebe em salário (Marx, 2013). Para combater as ações perversas da burguesia em relação à classe trabalhadora, Saviani (2019) enfatiza:

[...] a educação escolar é o meio mais adequado para a apropriação, pelos trabalhadores, das conquistas históricas da humanidade que lhes aguçarão a consciência da necessidade de intervir praticamente para dar continuidade ao processo histórico conduzindo-o a um novo patamar. Mas essa formação histórica deve ser articulada com as ações coletivas sistematicamente organizadas como, aliás, preconiza a pedagogia histórico-crítica ao considerar a educação como mediação no interior da prática social tendo, pois, a própria prática social, ao mesmo tempo, como ponto de partida e ponto de chegada. (Saviani 2019, p. 05)

O professor Dermeval Saviani (2019) reflete como deve ser a escolarização na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) na educação básica, seguir a seguinte estrutura: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Assim sendo, a partir do seu olhar conversaremos com outros autores que são adeptos e construtores coletivos da PHC.

Em consonância com a perspectiva de educação do pesquisador e quiçá com a intenção de incentivar a visão reflexiva de mundo advinda dessa teoria educacional para toda comunidade tradicional caiçara de Iguape-SP. Iremos olhar para as etapas da educação básica e ensino superior sobre a ótica da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC).

A Educação Infantil deve trazer para essas crianças expressão criativa trazidas nos atos de brincar, vivenciar e produzir artes, escutar histórias infantis construindo o imaginário e desenvolvendo o cognitivo. Ou seja, essa iniciação deve ter “familiarização com as produções artísticas mais desenvolvidas da humanidade”. (Saviani, 2019, p. 09).

Ao se trabalhar com educação infantil, deve-se ter em mente que o planejamento deve ser elaborado a partir de uma criticidade, deve haver uma razão plausível e justificativa dos conteúdos explanados neste planejamento. Assim, evitamos que aconteça o esvaziamento do conhecimento sobre as demandas que são

necessárias para se alcançar o desenvolvimento infantil e conseqüentemente o papel da escola na educação infantil de alcançar a promoção humana deste pequeno ser humano. (Martins e Marsiglia, 2015, p.17).

Ainda sobre isso, as autoras supracitadas salientam que tal trabalho implica na

[...] compreensão da dinâmica criança/entorno social, das características que pautam cada período do desenvolvimento, das implicações que a qualidade da relação que o adulto estabelece com ela possui, dentre outros aspectos. (Martins e Marsiglia, 2015, p.17).

A Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) (1996, p.11) determina que “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade”. Sabe-se que como primeira etapa da educação básica, essa modalidade é o início e o fundamento basilar do processo educacional brasileiro. A entrada na creche ou na pré-escola é onde acontece o primeiro contato social das crianças pequenas com a sociedade, a quebra dos vínculos afetivos desses pequenos seres humanos com seus familiares traz ruptura momentânea, porém indispensável ao crescimento cognitivo e motor da criança que internaliza conhecimentos ao vivenciar essa nova socialização com outras pessoas que outrora não faziam parte de sua convivência.

Marsiglia e Saccoman (2019, p. 308) em uma perspectiva histórico-crítica explicam que educação escolar infantil “[...] desenvolve a criatividade quando cumpre sua função por excelência de socializar os conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos em suas máximas expressões”. Desta maneira, esse tipo de escolarização faz surgir o conhecimento crítico em cada indivíduo singular. Logo, o trabalho do professor é extremamente criativo, pois, à medida que se objetiva na criança, cria algo novo na individualidade desse aluno.

Na educação infantil ou em qualquer outra modalidade da educação básica, o professor deve transmitir o conhecimento de modo direto e intencional, isto é, afirmar seu papel diretivo como profissional da educação por meio “[...] da sua autonomia intelectual para pensar sua prática pedagógica não é uma contradição à afirmação que a criança deve ser ativa no processo de aprendizagem” (Marsiglia e Saccoman (2019, p.308). O ato de direcionar o processo de ensino e aprendizagem não é sinônimo de tornar o estudante da educação infantil passivo, ao contrário, significa permitir a ampliação de sua visão de mundo, da realidade da qual ainda desconhece.

Já no ensino fundamental, tem-se como base o princípio educativo imanente do trabalho. O estudo das ciências naturais inspirado na concepção gramsciana e conseqüentemente da Pedagogia Histórico-Crítica, “[...] visa introduzir as crianças na “*societas rerum*” e pelas ciências sociais elas são introduzidas na “*societas hominum*” fornecendo, assim, o ponto de partida para o desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo”. (Saviani, 2019, p. 09)

Desta forma, Brasil (1996, p.11) aponta que

[...] o ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade[...]

Malanchen e Oliveira (2022) discorrem sobre a efetividade de se trabalhar os conteúdos dos anos iniciais do Ensino Fundamental a partir da perspectiva histórico-crítica num contexto de currículo orientado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018). Assim, ao se escolher determinado conteúdo a partir de uma proposição de prática deve-se olhar para tal conteúdo criticamente, olhando as abordagens do conteúdo, mas que concebemos como uma possibilidade em torno da proposta histórico-crítica.

Assim, busca-se desenvolver o conteúdo no planejamento de forma que supere a perspectiva do desenvolvimento de habilidades e competências explícitas no documento da BNCC<sup>18</sup>, pois entendemos que a proposta para o ensino articulada pela pedagogia histórico-crítica aborda uma escolarização que tenha em sua essência a criticidade (Malanchen e Oliveira, 2022). Essa maneira lapidada pelas pesquisadoras não é regra, isto é, deve-se sempre olhar o contexto em que a escolarização está acontecendo, as vezes determinada escola tem uma essência didática tão acrítica, que os aspectos críticos devem ser incluídos aos poucos no plano de aula, para que esses estudantes entendam a importância de refletir sobre determinados conteúdos ou temas. Desse modo, deve-se observar a partir de um olhar crítico para determinado conteúdo e seguindo os apontamentos da BNCC como meio norteador, através da PHC superar as expectativas para determinado conteúdo

<sup>18</sup> A finalidade educativa pela perspectiva empresarial assume uma postura que aquece as implicações tecnicistas, gerando uma instabilidade na preservação dos direitos da classe trabalhadora. Essa manifestação está explícita na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), (2018) (Malanchen, Trindade, Johann, 2021, p. 23)

a ser ministrado no ensino fundamental.

As crianças do ensino fundamental devem aprender criticamente os conteúdos e esses conteúdos devem ser selecionados criteriosamente pelo professor adepto à PHC, assim esses seres humanos pequenos poderão processar e reter o conhecimento beneficiando a si próprio, mas também à sociedade no futuro, contribuindo com ela por meio da escolarização e formação. Ainda no ensino fundamental devemos olhar para a leitura e para a escrita como meio de empoderamento dos conhecimentos da humanidade e conseqüentemente essas crianças captarão melhor as informações com experiências sensoriais.

Já o ensino médio vai além de dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento que resultam e ao mesmo tempo contribuem para o processo de trabalho na sociedade (Saviani, 2019, p.09). Trata-se, agora, de explicitar como o conhecimento (objeto específico do processo de ensino), isto é, como a ciência, potência espiritual, converte-se em potência material no processo de produção (Saviani, 2019, p. 09).

Trindade (2022) defende uma escolarização para o ensino médio em conjunto com a Pedagogia Histórico-Crítica, que traga em seu bojo a articulação entre o mundo do trabalho, da cultura e da ciência enquanto direito social e subjetivo de todos os estudantes brasileiros.

Ao colocar o conhecimento como propriedade de apenas uma classe e/ou segregá-lo, temos a negação do próprio desenvolvimento universal do ser humano e, portanto, da tomada de consciência necessária e a transformação da sociedade (Trindade, 2022, p.111).

Sobre o ensino médio no Brasil (1996) afirma:

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. [...]

A LDB determina elementos inerentes para um ensino médio que traga seus estudantes à emancipação. Talvez mais relevantes são aqueles que direcionam essa escolarização no intuito de se alcançar autonomia intelectual e pensamento crítico, ora esses dois pontos são elementos fundamentais para o ser humano, emancipar-

se.

Deve-se pensar que Pedagogia Histórico-Crítica deve ao ensino médio uma gama de conhecimentos científicos, clássicos e filosóficos, para que o aluno encontre sua emancipação, e essa emancipação trará o trabalho que precisa para seu sustento nascido das suas reflexões. Por conseguinte, a transmissão dos conhecimentos garantirá a inclusão do jovem na sociedade, o desenvolvimento de sua autonomia e, por conseguinte, a formação humana e do coletivo social.

Trata-se de pensar os conteúdos indispensáveis ao desenvolvimento humano, dentre as diversas disciplinas e faixa etária, organizando os tempos escolares para direcionar o melhor aproveitamento e evolução intelectual nos níveis mais altos (Malanchen, Trindade, Johann, 2021, p. 28).

### O Ensino superior

Na perspectiva da pedagogia histórico-crítica a especificidade da formação em nível superior consiste na preparação dos profissionais voltados para o trabalho intelectual, ou seja, que se destinam às profissões de caráter tecnológico. Mas esse é o aspecto do Ensino Superior. Além desse aspecto a Educação Superior deveria abarcar também programas de cultura superior sendo abertos à sociedade em geral, de modo que mesmo aqueles que não têm acesso ao ensino superior porque não exercem profissões que implicam uma formação de nível superior, deveriam ter acesso a eles. (Saviani, 2015, p. 616).

A Educação Superior deve disponibilizar por meios científicos, filosóficos e políticos, os conceitos, modelos, enfoques e métodos quantitativos e qualitativos de interpretação e análise de determinado objeto, isto é, ofertar aos jovens a sapiência para que esses possam suprir suas necessidades humanas enquanto intelectuais.

A função social e política da educação superior em nossa nação visa garantir a formação das pessoas na formação inicial (graduação, licenciatura, bacharelado e tecnólogo) e continuada (*lato sensu e stricto sensu*) fundamentada no tripé: ensino, pesquisa e extensão. Assim, tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), quanto a Resolução nº 7 (2018) que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 garantem que por meio do conhecimento gerado por esse tripé, os acadêmicos acessarão os conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos que lhes possibilite uma intervenção qualificada no mundo, como profissionais e cidadãos. Desta feita, a universidade tem a responsabilidade de pesquisar, divulgar e socializar a sapiência advinda do saber por meio de práticas de pesquisa e extensão. Ela também deve ensinar aos seus discentes que adentram ao seu espaço o que já foi produzido coletiva e historicamente.

A Pedagogia histórico-Crítica se firma como uma teoria educacional crítica no cenário brasileiro e internacional. Neste sentido:

[...] as bases teóricas da pedagogia histórico-crítica, é óbvio que a contribuição de Marx é fundamental. Quando se pensam os fundamentos teóricos, observa-se que, de um lado, está a questão da dialética, essa relação do movimento e das transformações; e, de outro, que não se trata de uma dialética idealista, uma dialética entre os conceitos, mas de uma dialética do movimento real. Portanto, trata-se de uma dialética histórica expressa no materialismo histórico, que é justamente a concepção que procura compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência até a inserção da educação nesse processo (Saviani, 2013a, p. 119-120)

Dentro disso, a PHC oferece um processo de transmissão e assimilação de saberes que é constituído por meio dos seguintes momentos intermediários (pontos): prática social; problematização; catarse; instrumentalização; e prática social (Saviani, 2013a; Saviani, 2013b; Gasparin, 2015).

Em relação à prática social caracterizada como ponto de partida que “possibilita que as novas gerações incorporem os elementos herdados de modo que se tornem agentes ativos no processo de desenvolvimento e transformação das relações sociais” (Saviani, 2013a, p. 121; Saviani, 2013b).

Posteriormente temos a problematização é “um elemento-chave na transição entre a prática e a teoria, isto é, entre o fazer cotidiano e a cultura elaborada”. (Gasparin, 2015, p.33). Assim, ela faz com que o aluno a partir de um problema trazido por meio do conteúdo escolar (desafio) busque uma ação e conseqüentemente busque o conhecimento crítico (Gasparin, 2015).

Em seguida, a catarse que possibilita inclusão dos elementos integrantes da própria vida dos estudantes (Saviani, 2013b). Dessa maneira, os conteúdos, ao serem incluídos de forma provisória na perspectiva educacional do estudante, faz com que este se aproxime da resolução dos problemas anteriormente levantados sobre o conteúdo ministrado em sala de aula, assim o estudante sistematiza e manifesta o que assimilou (Gasparin, 2015).

Ademais, temos a instrumentalização que traz para o professor instrumentos teóricos e práticos para compreender problemas científicos a partir dos conteúdos ministrados em sala de aula (Saviani, 2013b), assim, os indivíduos que constituem uma sala de aula são sujeitos aprendentes, nessa aprendizagem coletiva são postos em recíproca relação por meio da mediação do profissional em educação (Gasparin, 2015). “É sempre uma relação triádica, marcada pelas determinações sociais e

individuais que caracterizam os alunos, o professor e o conteúdo” (Gasparin, 2015, p.50).

E por último, retornamos à prática social final, caracterizada por Saviani (2013 b) como ponto de chegada. Neste ponto, o profissional da educação e seus estudantes modificaram-se

[...] intelectual e qualitativamente em relação a suas concepções sobre o conteúdo que reconstruíram, passando de um estágio de menor compreensão científica a uma fase de maior clareza e compreensão dessa mesma concepção dentro da totalidade (Gasparin, 2015, p.140).

Ou seja, aqui o conteúdo foi adquirido de forma eficaz. É importante lembrar que no processo de gerar educação básica ou superior, alunos e professores desta grande área são essenciais para o crescimento da nação. Assim, o professor Demerval Saviani (2019) aconselha a todos que compõem a educação a seguinte orientação:

Se tanto os estudantes como os professores estiverem imbuídos da perspectiva histórico-crítica que estamos procurando sistematizar e difundir, estarão sendo preenchidas as condições necessárias para a emergência de intelectuais orgânicos aptos a atuar nas escolas e nos movimentos sociais, engajando-se resolutamente na luta da classe trabalhadora por uma educação adequada às suas necessidades. Por fim, exorto-os a não desanimar jamais diante das enormes dificuldades que temos de enfrentar em consequência da ascensão ao governo do país de adeptos do obscurantismo beligerante. Ao contrário, essa situação extrema, ao agudizar as contradições, nos desafia a uma atuação ainda mais orgânica e aguerrida à medida que avançamos na consciência de que é exatamente o aguçamento das contradições desta forma social que nos impulsiona às ações necessárias para derrocar a (des)ordem atual e instaurar a nova ordem social de caráter socialista. (Saviani, 2019, p. 12).

A PHC é uma teoria pedagógica fundamentada no materialismo histórico dialético e na psicologia histórico-social. Ela defende a educação básica e superior como um processo de formação integral do ser humano, que deve levar à emancipação, a partir da sua prática social. Desta maneira, tem ajudado professores e estudantes da educação básica e do ensino superior lutarem por emancipação educacional, social e política, a fim de combater os ideais impostos pelo capital que exploraram o trabalho das pessoas, inclusive aqueles que labutam no campo da educação. Desta maneira, a PHC adquire um caráter coletivo reivindicativo e propositivo na luta por condições de trabalho dignas e por salários justos e, a nosso ver, aparece enquanto alternativa viável que poderia ser empregada nas políticas públicas educacionais brasileiras, tanto na educação básica, quanto no ensino superior, nas áreas rurais e urbanas, que contribuiria para a formação crítica e

consequente práxis revolucionária.

### 3.4 O CAMINHO METODOLÓGICO

O nosso entendimento sobre o método de Karl Marx, advém das leituras das seguintes obras: Miséria da Filosofia (2017), O capital, volume 1 (2013) e A Ideologia Alemã (2007). José Paulo Neto (2011, p 11) salienta que

Marx nunca foi um obediente servidor da ordem burguesa: foi um pensador que colocou, na sua vida e na sua obra, a pesquisa da verdade a serviço dos trabalhadores e da revolução socialista [...].

O Materialismo Histórico-Dialético (MHD) é um método científico, mas, também uma perspectiva revolucionária de pensar, compreender e viver o mundo. A partir da prática social humana, esse método busca desvendar o mundo usando a contradição e totalidade na análise profunda do objeto do estudo. Ademais, fundamenta-se em três pilares incutidos na sua própria nomenclatura: materialismo, historicidade e dialética.

Uma das obras mais elucidativas para entender o método de Marx conhecida como Miséria da filosofia (2017). O autor parte da crítica e da ironia sobre a inversão de Proudhon em relação as suas ideias supérfluas sobre sua produção econômico-política. Ademais, é evidente que o materialismo histórico-dialético, elaborado por Karl Marx em parceria com Friedrich Engels, surge da reflexão crítica das três principais correntes de pensamento do século XIX: a filosofia alemã, a teoria econômica inglesa e o socialismo francês.

A investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori. Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. [...] A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. [...] É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico (Marx, 2013, p.129)

Compreende-se que este método surge a partir do olhar diferenciado de Marx sobre o objeto e sobre os sujeitos ou dados que fazem parte da pesquisa. O místico

e religioso não se misturam com os dados científicos. Dessa forma, a estruturação desse método implica uma concepção de mundo, de homem e de conhecimento que se contrapõe à concepção tradicional. Essa concepção é crítica e transformadora ela acontece no desenvolvimento da pesquisa a partir do contato do pesquisador com o seu objeto e com os sujeitos que dela fazem parte estudo, pois busca compreender o mundo de forma a transformá-lo. Ligia Márcia Martins (2010) ressalta

[...] que a lógica dialética própria à epistemologia marxiana não é excludente, uma vez que incorpora a lógica formal indo além, isto é, incorpora por superação. Disso resulta a necessidade de uma profunda compreensão acerca do que seja oposição e contradição. Em conformidade com este princípio falamos então, na unidade indissolúvel dos opostos, o que determina saber o objetivo como subjetivo, o externo como interno, o individual como social, o qualitativo como quantitativo etc. Este é o mais absoluto significado da contraposição marxiana aos dualismos dicotômicos asseverados nos princípios de identidade e exclusão próprios à lógica formal. (Martins, 2010, p. 9).

Embasada no princípio da contradição que advém da lógica dialética, sabe-se que numa pesquisa materialista histórico-dialética encontramos os aspectos da compreensão humana qualitativa e humana quantitativa (parte-se do macro para compreender o micro)<sup>19</sup> ao se debruçar sobre a apreciação dos dados coletados pelo pesquisador enxergamos o dever de explorar os elementos conflitantes advindos da história, política, sociedade e coletas de dados em pequena ou grande escala, coletas que são guiadas segundo a necessidade do pesquisador no desenvolvimento da pesquisa. Assim deverá existir uma inter-relação entre o objeto e os sujeitos da pesquisa supervisionado pelo pesquisador na produção, desta feita, o concreto é colocado como algo que tem início, desenvolvimento e conclusão, contudo nesta teia da vida e concretude sempre existira outro objeto, ademais a realidade como totalidade é permeada de contradições que geram situações conflitantes onde emergem a dialética.

Karl Marx (2013) salienta que o ato de conceber o conhecimento como produto do trabalho dos indivíduos está historicamente situado e decodificado abstratamente sobre a realidade humana composta daquilo que conhecemos como a junção de três pilares, a seguir: Materialismo, história e dialética. Assim, encontra-se as formulações teórico-metodológicas nos pilares do método, os quais são apontados em sua própria nomenclatura: Materialismo Histórico-Dialético (MHD), refletiremos

<sup>19</sup> Não se trata aqui de pesquisa qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa (perspectiva positivista). Trata-se da compreensão das palavras humanizadas e utilizadas à luz da contradição dialética e mais do isso se os dados recolhidos.

sobre eles a seguir:

O pilar materialista é reconhecido por não conceber o mundo por pressupostos arbitrários e nem dogmáticos, mas sim por ideias lógicas concretas, ou seja, argumentos econômicos, históricos, sociais e políticos. Isto é,

No materialismo, portanto, a compreensão do real se efetiva ao atingir, pelo pensamento, um conjunto amplo de relações, particularidades, detalhes que são captados numa totalidade. Se um objeto do pensamento é mantido isolado, ele se imobiliza no pensamento, é apenas uma abstração metafísica. Porém, a abstração é uma etapa intermediária que permite chegar ao concreto; dessa maneira, aquele que procura captar o real sem ter passado pela abstração não é capaz de captar o essencial, o concreto, mantém-se no superficial, no aparente. A aparência é um reflexo da essência, da realidade concreta; o reflexo é, pois, transitório, fugaz e pode ser facilmente negado, superado pela essência (Masson, 2007, p. 10)

O pilar histórico remete a um dever do pesquisador em termos de rigorosidade na elaboração e desenvolvimento do eixo histórico, que não deve ser fantasioso e concebido de forma irresponsável e voluntarista. Marx (2016) explica a necessidade de considerar os limites estruturais, temporais e contraditórios, uma vez, que “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” (Marx, 2016, p. 190).

Assim, Marx (2017, p. 139) explica “[...] a ciência produzida pelo movimento histórico, e associando-se a ele com pleno conhecimento de causa, deixa de ser doutrinária e se torna revolucionária”.

O pilar dialético vai além da maneira de refletir sob vida humana no aspecto político-social e considera a emergência de transformações constantes da sociedade de classes.

Sabe-se que no método materialista histórico-dialético, aspectos qualitativos e quantitativos se entrelaçam numa rede de análise que se revela em eixos temáticos. Nesse aspecto, encontra-se um emaranhado de situações conflitantes que se apresentam em forma de problemas. Estes não acontecem apenas devido às razões de natureza teórica e filosófica, mas devem-se igualmente a razões ideológicas e políticas, na medida em que a teoria social de Marx se vincula a um projeto revolucionário de análise (Netto, 2011).

Comumente, vê-se método e metodologia serem tratados como sinônimos, e não o são, pois metodologia é o conjunto de técnicas empregadas, assim como destaca Jose Paulo Netto (2011, p. 25-26):

Os instrumentos e as técnicas de pesquisa são os mais variados, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, recolha de dados, quantificação etc. Esses instrumentos e técnicas são meios de que se vale o pesquisador para “apoderar-se da matéria”, mas não devem ser identificados com o método: instrumentos e técnicas similares podem servir (e de fato servem) em escala variada, a concepções metodológicas diferentes.

Deste modo, usa-se como técnicas de pesquisa a revisão bibliográfica e a pesquisa documental. Severino (2011, p. 122) define a pesquisa bibliográfica da seguinte maneira:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2011, p.122).

Acredita-se que a revisão bibliográfica é tarefa básica do pesquisador que, ao lançar mão de fontes já referendadas cientificamente, afasta seu trabalho do senso comum. Cabe salientar que ainda no viés da pesquisa bibliográfica utilizamos a revisão bibliográfica sistemática que se caracteriza como um ramo da pesquisa bibliográfica mais sistemática e direcionada ao catálogo de produtos e textos de uma determinada plataforma de informações acadêmicas.

Desta feita, ressaltamos que o uso da revisão sistemática caracteriza uma estratégia metodológica de revisão da literatura especializada em uma área ou tema. Ela também é caracterizada por ser uma estratégia eficiente de busca das produções científicas seja em plataformas de teses e dissertações ou em plataformas de artigos científicos nacionais e internacionais, para realizá-la é necessário que o estudioso analise e sintetize criticamente o que foi encontrado. Assim, o limite temporal e justificativa do mesmo deverá ser exposto no texto, juntamente com os critérios de elegibilidade, inclusão e exclusão (Galvão, Ricarte, 2019)

Nesta tese, além de usarmos artigos e textos com autores que pesquisam educação no/do campo, uma vez que as comunidades caiçaras pertencem a essa modalidade da educação, além disso, a produção científica que trata das comunidades caiçaras brasileiras. Ademais, para pesquisa de revisão sistemática bibliográfica, utilizamos a plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (2023) e por meio dos descritores versavam com as questões pertinentes aos territórios caiçaras na perspectiva dos líderes e suas comunidades,

são eles: “líder”, “líderes”, “líderes comunitários”, “território”, “caiçaras”, “educação”, “educação básica”, educação superior” “ensino fundamental” e “ensino médio”.

Já a pesquisa documental “é um procedimento que faz uso de técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos” (Montão; Cruz, 2021, p.730). Sabe-se que um estudioso utiliza documentos com o intuito de captar dele informações, ele o faz investigando, examinando, utilizando técnicas pertinentes “para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores” (Silva; Almeida; Guindani, 2009, p.04). Os documentos estudados foram políticas públicas que versavam sobre a educação do campo e os direitos das comunidades tradicionais no Brasil.

Deste modo, logo após essa pesquisa de apanhado bibliográfico e documental, posteriormente foi realizada a pesquisa de campo por meio das entrevistas semiestruturadas.

### **3.4.1 Entrevista semiestruturada**

Os participantes receberam, no momento do aceite de participação, informações sobre o objetivo da pesquisa e os procedimentos de coleta, assim como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concedendo e autorizando a participação e utilização dos dados. Ademais, os dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas estão em posse do pesquisador e em hipótese alguma será identificado os nomes reais dos sujeitos da pesquisa.

Os procedimentos de coletas de dados foram realizados por meio das entrevistas semiestruturadas utilizando plataformas de videoconferência *Google Meet* e termo de consentimento livre e esclarecido que foi encaminhado por e-mail e elaborado no *Google Forms*. Cabe dizer que foram realizadas 07 entrevistas no total. Destas, 05 foram com líderes caiçaras e 02 com membros da comunidade caiçara de Iguape-SP. Esses líderes fazem parte de duas instituições, a primeira conhecida como Associação dos Jovens da Juréia (AJJ) e segunda o Projeto Espaço Caiçara (PECa).

### **3.4.2 Análise de dados**

Nossa análise de dados trouxe uma perspectiva crítica sobre o objeto e os dados encontrados sobre ele, elencados e emergidos das entrevistas semiestruturadas. Desta maneira, para a obtenção dos dados foi realizada uma análise de conteúdo do tipo temática. Segundo (Bardin, 2011, p. 135), esse tipo de análise “Consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência de aparição, pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. Além disso, a autora menciona que nessa etapa, o leitor terá o embasamento para criações das categorias a serem apresentadas que, de modo particular, tende a valorizar o material a ser analisado. Para aplicá-la, foi feita uma leitura exaustiva dos materiais recolhidos, a fim de catalogar um delineamento dos temas importantes para o estudo.

A análise desse estudo se construirá em dois momentos. No primeiro, foram analisados os depoimentos dos líderes caiçaras sobre a escolarização e ensino superior, seus olhares apurados sobre a terra, o mar e sobre os movimentos sociais. No segundo momento, focamos nas falas dos membros e seus olhares sobre a liderança de seus líderes, procurando saber seus entendimentos sobre como a educação básica e superior fez e faz a diferença na gestão da comunidade. Por meio dos depoimentos pudemos perceber que escolarização e formação dos líderes trazem apoderamento à comunidade caiçara de Iguape-SP, contudo acompanhada de muita luta pelo território que necessariamente está vinculada à criação de novas políticas públicas que reconheçam o direito de permanecem no território e no caso de Iguape-SP, de voltarem para o território.

Foram obtidos os resultados a partir da análise das entrevistas semiestruturadas, que foram fundamentais na legalidade e fundamentação teórica, levando à triangulação dos dados para a obtenção das evidências.

As categorias de análise que embasam as reflexões científicas foram fundamentas no materialismo histórico dialético. Desta maneira, as categorias explicitam as relações político-sociais entre os seres humanos, uma vez que colaboram para compreensão da educação no campo, na demanda da comunidade caiçara de Iguape-SP.

### 3.4.3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA DAS TESES E DISSERTAÇÕES, DISPONÍVEIS NA BDTD

3.4.3.1 Levantamento dos textos científicos sobre educação (escolarização e formação superiores dos líderes caiçaras) e os territórios das comunidades caiçaras no Brasil.

A revisão bibliográfica sistemática se constituiu por meio de um processo rigoroso de coleta de textos científicos, avaliação minuciosa destes produtos e posteriormente elaboração das sínteses dos resultados de múltiplos estudos, possibilitando inclusive a otimização da busca por informações, com a identificação do maior número possível de resultados de forma organizada (Galvão, Ricarte, 2019). Além disso, seguem protocolos específicos, que “[...] buscam entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental” encontrado em determinada plataforma de dados, “[...] especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto”. (Galvão, Ricarte, 2019, p. 58).

Essa revisão da produção do conhecimento tem o intuito de conhecer o contexto nacional sobre a escolarização e formação superior dos líderes caiçaras na luta pelo território, pelo pequeno quantitativo de textos que trouxessem a perspectiva educacional desses líderes caiçaras, tivemos um olhar especial sobre as questões que envolvem as lutas pelo território realizadas pelas comunidades caiçaras que compõem os três estados do Brasil onde elas estão alocadas. Levou-se em consideração que nas lutas travadas pelas comunidades tradicionais caiçaras, os líderes sempre agem direta e indiretamente nestes movimentos sociais de resistência.

O levantamento das produções acadêmicas brasileiras (teses e dissertações) voltadas para demanda das comunidades caiçaras foi realizado por meio da consulta à base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (2024). Utilizaram-se os descritores como parâmetros de busca para identificar trabalhos relevantes nessa temática, são eles: “líder”, “líderes”, “líderes comunitários”, “território”, “caiçaras”, “educação”, “educação básica”, educação superior” “ensino fundamental” e “ensino médio”. Contudo cabe salientar que os descritores “líder caiçara” ou “caiçara” estavam em todas as buscas.

Foram realizadas combinações dos descritores com o auxílio do indicador

booleano AND. Assim, os descritores foram permutados em expressões de um a dois termos para a busca na base de dados citada, obtendo-se desta feita: “caiçara” “líderes caiçaras AND territórios”, “líderes caiçaras e educação” “líderes comunitários AND caiçaras”, “caiçaras AND território” e “líder AND caiçara”, “líderes caiçaras AND formação superior”, “líderes caiçaras AND “educação básica”, “líderes caiçaras AND ensino fundamental” e “líderes caiçaras AND ensino médio”. Esses descritores foram termos compilados dos termos mais representativos da literatura científica educacional atual.

Entre os descritores buscados na BDTD (2024) inicialmente foram encontrados 657 resultados no dia 01.10.2023 e revisados, sendo novamente encontrados em 27.01.2024. Foram descartados textos que não tratassem dos líderes caiçaras e suas atuações na liderança das comunidades tradicionais ou que não houvesse conexão com as caiçaras enquanto comunidade tradicional. Foram descartados textos que não tivessem descritos suas metodologias e estratégias científicas de análises no corpo da pesquisa. Ademais, o processo de afinamento e seleção criteriosa do número total de teses e dissertações encontradas aconteceu primeiramente por meio do título e das palavras-chave posteriormente, e se houvesse necessidade, resumo e introdução do texto.

A partir desta busca foram encontrados 28 trabalhos que tratavam das lutas territoriais nas comunidades caiçaras no contexto do litoral brasileiro. Contudo, um trabalho de Marinho (2014), apesar da importância científica, tratou de questões relacionadas às lideranças caiçaras de modo superficial, explorando as questões relacionadas à governança, não abordando questões pertinentes à influência da escolarização ou formação superior nas trajetórias de trabalho e vida dos líderes.

Outro estudo de Souza (2017) remeteu a questões pertinentes à escolarização e formação superior dos caiçaras, contudo, não na perspectiva dos líderes comunitários.

Não se encontrou textos que tivessem como objetivo a análise da escolarização e formação superior dos líderes caiçaras sobre as lutas pelo território ou como a comunidade olhava para essa educação na vida dos líderes. Assim, podemos enxergar neste levantamento, o ineditismo desta pesquisa no que se trata dos objetivos e objetos pesquisados.

Desta feita, tivemos a curiosidade de realizar um levantamento para

compreender o território caiçara no Brasil, dentre os trabalhos mais significativos, foram achados os seguintes: Abirached (2011), Arakaki (2011), Barros (2017), Bepalec (2011), Camargo (2013), Castro (2017), Coelho (2014), Duarte (2018), Fernandes (2021), Fonseca (2016), Gonzalez (2016), Lima (2015), Marcondes (2018), Marinho (2014), Martins (2016), Martins (2020), Mendonça (2010), Monteiro (2017), Morelli (2010), Nabhan (2021), Nascimento (2021), Nemeth (2016), Nunes (2003), Pereira (2017), Silva (2004), Souza (2017), Stori (2010) e Yamaoka (2019)<sup>20</sup>.

Quadro 1.<sup>21</sup> Informações sobre as lutas territoriais das comunidades caiçaras no contexto brasileiro

Nº	Autor (a)	Instituição	Programa	Título	Objetivo geral	Processos metodológicos	Principais Resultados
01	Abirached (2011)	UNB	Desenvolvimento Sustentável (Dissertação)	Ordenamento territorial e áreas protegidas conflitos entre instituições e direitos de populações tradicionais de Ubatuba-Paraty	O objetivo foi analisar os conflitos e as complementaridades entre os instrumentos de ordenamento do território limítrofe de Ubatuba-Paraty.	Instrumentos de ordenamento territorial, cruzamento matricial e análise de mapas.	Os resultados revelam que os instrumentos de ordenamento territorial teoricamente guardam sintonia entre si e são aparentemente complementares. Contudo, esses instrumentos são contraditórios e revelam os conflitos territoriais por conta de interesses imobiliários sobre áreas naturais protegidas ou com presença de populações tradicionais
02	Arakaki (2011)	UEL	Geografia (dissertação).	O território caiçara da comunidade Enseada da Baleia, Parque Estadual da Ilha do Cardoso-SP.	o registra a identificação, comparação de transformações e a relação identitária ocorridas no território de uma comunidade de moradores tradicionais localizada no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, a Enseada da Baleia, no período dos anos de 2001 e 2010.	Pesquisa qualitativa, documental e estudos de casos.	Mostram que os habitantes dessas comunidades lutam contra o poder político pelo direito da permanência no território, e pela manutenção dos hábitos e costumes de seus antepassados.

<sup>20</sup> Desta seleção de textos, encontramos pouquíssimos que tratavam da escolarização e formação superior dos líderes caiçaras na luta pelo território, pelo pequeno quantitativo de teses ou quase ausência de teses e dissertações que trouxessem a perspectiva educacional das comunidades caiçaras, tivemos um olhar especial sobre as questões que envolvem as lutas no território realizadas pelas comunidades caiçaras. Essa pesquisa de revisão bibliográfica sistemática aconteceu em cima do seguinte limite temporal: 2001 a 2021.

<sup>21</sup> Quadro inspirado no modelo apresentado na dissertação de mestrado do pesquisador (Melo Júnior, 2019). Porém o conteúdo dentro do quadro é inédito, sendo analisado e elaborado especificamente para essa pesquisa.

03	Barros (2017)	UFRRJ	Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (dissertação)	A interface entre a educação escolar diferenciada e o turismo de base comunitária nas comunidades caiçaras do Pouso da Cajaíba e da Praia do Sono, Rio de Janeiro	Analisar o processo de construção e consolidação do Programa de Formação Continuada da Educação Escolar Diferenciada Caiçara nas Comunidades do Sono e do Pouso da Cajaíba, localizadas na península da Juatinga, e sua interface com o desenvolvimento do turismo de base comunitária.	Pesquisa qualitativa, entrevistas estruturadas e semiestruturadas.	É resultado deste histórico poderá servir como um modelo para comunidades caiçaras de Educação que estimule as iniciativas e valorize o potencial ambiental, histórico e cultural dos seus territórios tais como o turismo de base comunitária.
04	Bespalec (2011)	UNICA MP	Geografia (dissertação)	A territorialidade de caiçara e os conflitos na vila de Picinguaba (parque estadual da Serra do Mar-SP)	Analisar o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar de 2005/2006 com a compreensão dos diversos atores envolvidos nessa problemática (moradores da Vila de Picinguaba, participantes do poder público e agentes que influenciam diretamente no local, como os turistas proprietários de casas de veraneio) acerca, principalmente, da legislação e das mudanças ocorrentes no uso do território.	Pesquisa qualitativa, e análise documental.	Os resultados trouxeram sugestões de ações alternativas para a melhoria das políticas públicas urbanas referentes à Vila de Picinguaba.
05	Camargo (2013)	UNICA MP	Geografia (dissertação)	Territorialidades das caiçaras do tempo de antigamente ao tempo de hoje em dia em Paraty, RJ	Entender as territorialidades das caiçaras se transformaram em função do contato com as sociedades, identificando os agentes sociais envolvidos, com os seus respectivos interesses, para assim refletir sobre as implicações dessas transformações na vida do caiçara.	Pesquisa qualitativa com entrevistas, fotografias e anotações em diário de campo.	Os resultados demonstram uma tendência de sobreposição da racionalidade moderna em detrimento de uma cultura tradicional, ao invés do ajustamento entre os distintos "valores". Essa tendência evidencia urgentes respostas e ações políticas no sentido de viabilizar a convivência da diversidade, da pluralidade cultural, das heterogêneas expressões espaciais.
06	Castro (2017)	UNICA MP	Antropologia social (dissertação)	Expulsão por cansaço e resistências: etnografia das relações de poder no conflito territorial da Juréia (SP).	O objetivo do trabalho está em etnografar as relações de poder desenvolvidas no conflito territorial.	Pesquisa etnográfica, Bibliográfica e métodos da cartografia social.	o processo de territorialização, desenvolvido por meio da criação de normas ambientais e repressão local sobre as atividades tradicionais, engendrou a necessidade de alguns moradores da Juréia, como Dauro e Adriana, formarem associações comunitárias e discutir seus direitos de permanência diretamente com agentes influentes do ambientalismo.

07	Coelho (2014)	UFPR	Antropologia (dissertação)	Entre ilhas e comunidades: articulações políticas e conflitos socioambientais no Parque Nacional do Superagui.	Discutir os processos de apropriação e atualização das leis ambientais pelos moradores das vilas localizadas dentro e no entorno do Parque Nacional do Superagui (Guaraqueçaba/PR), a partir da pesquisa de campo na vila de Barbados e de alguns momentos políticos relevantes para os moradores durante o ano de 2013.	Pesquisa etnográfica	foi possível perceber que em ambos os contextos os moradores articulam denominações específicas sobre o território: internamente, o território é constituído de ilhas ou, no contexto das relações com agentes externos, de comunidades
08	Duarte (2018)	UFPR	Geografia (tese)	Resistir e retomar, nossa terra e nosso mar <sup>2</sup> : os comuns como planejamento e gestão territorial subversivos em Guaraqueçaba.	Identificar as ações coletivas feitas por um Movimento social, no caso, o MOPEAR, para poder pensar na construção de uma proposta de subversão do planejamento territorial vigente, capaz de enfrentar os conflitos territoriais desencadeados pela lógica preservacionista.	Pesquisa-ação e o método etnográfico	Aponta para possibilidades de subverter o processo de ambientalização em voga na região a partir da instrumentalização de um planejamento territorial baseado na gestão dos comuns, onde a participação popular adquire um novo sentido para efetivar o controle do território.
09	Fernandes (2021)	USP	Antropologia social (dissertação)	Tapera Viva: Territorialidade e movimento caiçara na Juréia	Descrever qualidades de movimentos que compõem a Juréia e a refletir com os caiçaras acerca de suas transformações.	pesquisa etnográfica	Os resultados demonstram a atuação abusiva dos órgãos ambientais e suas formas exteriores de entendimento são traduzidas pelos caiçaras em mudanças ecológicas, na maneira acelerada com que os caminhos e os sítios se transformaram em mato e taperas. Ao lado dos efeitos danosos aos corpos e à comunidade caiçara, essa política ambiental anti-caiçara se coloca como uma ameaça às formas de vida da comunidade.
10	Fonseca (2016)	UNIFESP	História (dissertação)	Concreto sobre areia e sal: A (re)invenção da Comunidade de Camaroeiro em Caraguatatu ba/SP (1950/2010) Territórios e Identidades, Transformações e Permanências	Analisar a trajetória desta comunidade através de diferentes narrativas e temporalidades.	Análise interdisciplinar	As temporalidades são marcadas por intensos processos de desterritorialização e reterritorialização da Comunidade de Camaroeiro, assim como mudanças de perspectiva em relação ao seu papel e centralidade em políticas de turismo, cultura e patrimônio

11	Gonzalez (2016)	USP	Ciência ambiental (dissertação)	Os caiçaras da Ilha do Cardoso e 'a coisa fora do lugar'	investigar a recorrência de resíduos sólidos nas comunidades humanas, nas praias, nos costões rochosos, nas restingas e nos mangues da Ilha do Cardoso enquanto indício de transformações sociais, culturais, econômicas e ambientais ocorridas em duas comunidades tradicionais caiçaras da Ilha do Cardoso (Vila do Marujá e Vila do Cambriú) desde a implantação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) em 1962.	Pesquisa etnográfica com entrevistas e revisão bibliográfica.	Dentre os resultados, a proibição das atividades de agricultura e de extrativismo vegetal, o conhecimento sobre plantas medicinais, bem como as técnicas de agricultura de coivara está sendo progressivamente perdido.
12	Lima (2015)	UNICAMP	Geografia (dissertação)	Turismo e poder em lugares tradicionalmente habitados por caiçaras: o caso do Bonete, Ilhabela, SP.	Contribuir para o conhecimento da realidade de lugares habitados por populações tradicionais, mais especificamente por caiçaras, buscando compreender as reconfigurações que vêm ocorrendo no balanço do poder de decidir sobre esses lugares e as consequências desse processo para as lógicas locais/globais	Revisão bibliográfica, Pesquisa qualitativa com entrevistas.	Verificamos de análises hipotéticas os moradores ainda exercem primordialmente o poder sobre o lugar foi verificada, apesar das transformações que vêm ocorrendo desde a década de 1990 e da iminência de possíveis mudanças no futuro próximo.
13	Marcondes (2018)	USP	Ciências (Dissertação)	Os conflitos decorrentes do veraneio e do turismo sobre o território tradicional caiçara na Praia de Castelhanos a partir da década de 1950	Analisar as transformações territoriais e os conflitos decorrentes dos diferentes usos efetuados pelos setores imobiliários (veraneio) e turísticos do território tradicional na praia de Castelhanos a partir da década de 1950.	Pesquisa qualitativa e pesquisa-ação	Demonstram que o turismo praticado beneficia a propriedade individual por meio do uso dos recursos naturais na Praia de Castelhanos, controverso aos objetivos da função social dos bens comuns, e que têm levado a descaracterização da paisagem cultural do local. Ademais, verifica a possibilidade de desenvolvimento de caráter endógeno, pautado na valorização do saber-fazer com o Turismo de Base Comunitária (TBC)
14	Marinho (2014)	USP	Geografia Física (Tese)	Territorialidade e governança em áreas protegidas: o caso da comunidade	Analisar os processos de governança entre grupos culturalmente diferenciados e as áreas protegidas, e como esses	Pesquisa qualitativa, estudo de caso, histórias de vida, observação participante e	demonstra a viabilidade de comunidades tradicionais planejarem seus próprios futuros, o que inclui o ordenamento ecológico e territorial. Propõe-se a adoção do termo

				do Marujá, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, SP)	processos interferem na definição de novos territórios e territorialidades, envolvendo unidades de conservação (proteção integral e uso sustentável) e espaços de uso comum.	análise documental.	“comunidade de referência” para designar o Marujá e outras comunidades que desempenham protagonismo e constituem locus de aprendizagem de práticas sustentáveis.
15	Martins (2016)	USP	Arquitetura e urbanismo /dissertação	Habitação nas comunidades tradicionais caiçaras da Baía dos Castelhanos, Ilhabela, SP	Analisar as condições de habitação nas comunidades caiçaras da Baía dos Castelhanos; registrar as tipologias habitacionais predominantes; os respectivos processos de construção e suas resultantes. São utilizados referenciais teóricos para conceituar as comunidades tradicionais caiçaras e seu território.	Pesquisa qualitativa, bibliográfica e entrevistas semidirigidas.	Foram identificados alguns pontos relevantes a serem considerados em planejamentos territoriais e habitacionais, tais como: necessidade de aprimoramento das técnicas construtivas com utilização de recursos ambientalmente, economicamente e socialmente viáveis; de implementação de programas de saneamento ambiental com uso de tecnologias apropriadas; e de regularização fundiária nas comunidades, a fim de viabilizar seu acesso a programas habitacionais.
16	Martins (2020)	UNESP	Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. (Dissertação)	A defesa do território das comunidades tradicionais nos municípios de Ubatuba (SP) e Paraty (RJ): uma análise do Turismo de Base Comunitária da Rede Nhandereko.	Avaliar a dinâmica do Turismo de Base Comunitária a partir da percepção dos comunitários que fazem parte da Rede Nhandereko de TBC, considerando o território e a territorialidade relevantes para a pesquisa.	Abordagem metodológica de Meios de Vida Sustentáveis, pesquisa participante e análise de conteúdo.	As três comunidades comunicaram que não possuem titulação de terra; assim, foi correlacionado esses dados com a relação do território pautada no indicador político, pois é uma relação que possibilita a autonomia do território, e, ao não ter autonomia no território, a comunidade acaba tendo restrições de uso.
17	Mendonça (2010)	USP	Ciência ambiental (Dissertação)	Territórios, deslocamentos, permanências e transformações: o caso dos caiçaras da Praia Grande de Cajaíba, RJ	Analisar quais atividades de pesca, de roça, de extração, de trabalhos manuais e as relações de sociabilidade permanecem, e quais se romperam e/ou se transformaram.	Pesquisa qualitativa, entrevistas semiestruturadas, com a observação direta.	Constatou-se que há diferentes graus de apropriação do novo espaço, que variam de acordo com a causa do deslocamento de cada família e com a decisão por determinado destino. O ponto comum que caracteriza um padrão nas novas localidades é o papel preponderante do elemento família como fator agregador.
18	Monteiro (2017)	UFRRJ	Geografia (Dissertação)	Ação política e resistência territorial: turismo de base comunitária entre os caiçaras de São Gonçalo - Paraty, Rio de Janeiro.	O objetivo de evidenciar os saberes locais e a troca de saberes se relaciona com o que propõe o intelectual português Boaventura de Sousa Santos, defendendo intervenções que denunciem a dominação epistemológica do colonialismo, pois	Pesquisa Bibliográfica, entrevistas, e referencial teórico-metodológico pós-colonial.	Os resultados trazem as configurações das ações políticas de luta pelo território e de valorização dos saberes e da cultura local.

					este suprimiu inúmeras formas de conhecimento dos povos colonizados.		
19	Morelli (2010)	UFU	Geografia (dissertação)	Cotidiano e Territorialidades de uma comunidade caiçara: Puruba, Ubatuba, SP.	Compreender como o modo de vida tradicional caiçara inscreve-se na paisagem modificada após a perda de território imposta por grandes obras e a legislação ambiental, identificando as estratégias e arranjos sociais na comunidade caiçara do Puruba.	Pesquisa participante, entrevistas e revisão bibliográfica.	Os resultados demonstram que mesmo passando pelos processos de perda do território, os caiçaras conseguiram encontrar outras territorialidades. Esse processo foi possível porque são caiçaras em seus saberes, conhecimentos e práticas sociais. Portanto, sua essência é que faz com que suportem vários desencontros, contradições e dificuldades na defesa de seu território.
20	Nabhan (2021)	UFSCar	Geografia (Dissertação)	Dois mares que se juntam e a coletividade que aflora: meio ambiente e identidade caiçara na comunidade da Nova Enseada, Parque Estadual da Ilha do Cardoso-SP.	Refletir sobre história da comunidade da Nova Enseada, antiga comunidade Enseada da Baleia, que vem passando por diversas modificações após sua reterritorialização, causada pelo avanço do mar onde se localizavam anteriormente	Pesquisa qualitativa, a partir de observações e entrevista coletiva.	Os resultados demonstraram que a comunidade em sua nova área, conservou seus simbolismos ancestrais, mas que também está em diálogo com as tecnologias.
21	Nascimento (2021)	USP	Ciências Dissertação	O uso público sustentável em áreas protegidas: uma análise do turismo de base comunitária do território tradicional caiçara de Picinguaba.	Analisar a gestão e ordenamento comunitário do turismo como estratégia para o manejo dos conflitos socioambientais ocasionados pela atividade em territórios que abrangem áreas protegidas.	Pesquisa qualitativa, pesquisa documental, estudo de caso.	Os resultados demonstram que a gestão participativa promove parcerias que envolvem concretamente as comunidades. Salientam também o bem-estar dos habitantes locais e estímulo ao engajamento público direcionado ao alcance do planejamento e manejo comunitário dos territórios.
22	Nemeth (2016)	USP	Ciência ambiental (Dissertação)	A tradição pesqueira caiçara dos mares da Ilha Anchieta: a interdição dos territórios pesqueiros ancestrais e a reprodução sociocultural local	Analisar os saberes e técnicas patrimoniais utilizadas pela população dos pescadores caiçaras que atuam na região da Ilha Anchieta e Enseada do Flamengo, em Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo.	Pesquisa qualitativa não dirigida e abordagem etnográfica em nosso trabalho de campo.	Constatou-se o risco de perda de algumas características inerentes ao universo sociocultural e simbólico dessas comunidades caiçaras, tais como: a sua liberdade e autonomia, ou seja, a capacidade de governarem a si próprios.
23	Nunes (2003)	USP	Geografia Física (Dissertação)	Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP.	Analisar as transformações na ocupação do espaço, nas relações sociais, produtivas e culturais decorrentes da transformação da Juréia em estação ecológica. Quando	Pesquisa qualitativa	Ouvimos o que os moradores tradicionais das Unidades de Conservação têm a nos dizer e nos ensinar, ou nos resignamos a assistir seu desaparecimento enquanto grupo social possuidor de riquíssima cultura e saberes

					delimitamos áreas para conservação estamos criando novas fronteiras sob territórios já existentes.		acumulados durante muitas gerações, na relação com o meio natural.
24	Pereira (2017)	UFRRJ	Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Dissertação)	A luta pelo território caiçara no contexto da mudança de categoria da Reserva Ecológica da Juatinga.	Estudar a mudança de categoria da Reserva Ecológica da Juatinga (REJ), no município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro. A REJ foi criada em 1992 pelo Decreto Estadual 17.981 com o objetivo de preservar o ecossistema local e fomentar a cultura caiçara local, compatibilizando a utilização dos recursos naturais com os preceitos conservacionistas.	Pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com visitas e entrevistas da graduação reutilizadas no trabalho de dissertação deste autor.	Os resultados demonstram que a identidade caiçara, a partir do que os moradores disseram, remete a seu modo de vida e a relação com natureza local. A relação com o mar, a terra e a mata são essenciais para sua reprodução social e cultural. Assim, pode-se afirmar que essa identidade caiçara é uma identidade territorial.
25	Silva (2004)	USP	Geografia Dissertação	Camburi, território de brancos, negros e índios no limite de consenso caiçara.	Discutir os problemas vividos pela comunidade de Camburi/Ubatuba-SP, uma população tradicional camponesa em cujo território foi instalada uma Unidade de Conservação Ambiental, iniciando um processo de expropriação prática e simbólica de suas terras/território, modo de vida e cultura. A população de Camburi se autodenomina caiçara e nesta pesquisa foi considerada população tradicional camponesa.	Pesquisa qualitativa e entrevistas	Os resultados demonstram a maior parte de seus moradores rejeita assumir a identidade quilombola em detrimento da caiçara por eles constituída ao longo desses quase 200 anos. Portanto, mesmo diante das dificuldades existentes esta população persiste, reinventando a cada dia seu modo de vida lutando para permanecerem em seus territórios e continuarem a ser caiçaras
26	Souza (2017)	UFRJ	Psicossociologia (Tese)	Educação para permanecer no território: a luta dos povos tradicionais caiçaras da Península da Juatinga frente à expansão do capital em Paraty-RJ.	Analisar a relação entre a luta pelo território tradicional dos povos caiçaras da Península da Juatinga e o acesso à educação formal, explicitando os conflitos territoriais que os expropriam dos seus meios de produção e a disputa em torno do projeto de educação pela conquista da hegemonia frente à expansão do capital em Paraty.	Pesquisa qualitativa e entrevista semiestruturada.	Os resultados demonstram dificuldades de continuarem exercendo suas práticas tradicionais, a negação de direitos sociais e a precarização dos seus modos de vida, que apoiados em uma malha discursiva, reproduzida pela educação escolar, difunde uma ideologia favorável à vida urbano-industrial como única opção, levando-os a deixar seus territórios em busca de acesso a políticas públicas e direitos, na certeza de melhores condições de vida na cidade.
27	Stori (2010)	UFSCar	Ecologia e Recursos Naturais (tese)	Adaptatividade e resiliência no sistema	Identificar de maneira qualitativa os aspectos da cultura caiçara, dos	abordagem etnoecológica e Estudo de caso	Os resultados mostram que a promoção de resiliência no sistema socioecológico estudado

				socioecológico da comunidade caiçara da Ilha Diana, município de Santos-SP	mecanismos sociais e práticas tradicionais de manejo dos recursos pesqueiros e suas transformações;		dependerá da capacidade adaptativa da comunidade, a partir de práticas socioeconômicas sustentáveis, como aquelas baseadas na valorização de sua cultura.
28	Yamaoka (2019)	UFPR	Desenvolvimento Territorial Sustentável (Dissertação)	Resistência pela permanência no território: o caso da comunidade caiçara da enseada da baleia, Cananéia-SP	Compreender como a organização das atividades socioprodutivas femininas contribuíram para uma realocação a um lugar escolhido pelas famílias envolvidas dentro do Parque Estadual da Ilha do Cardoso.	Pesquisa qualitativa, estudo de caso e entrevistas.	Como resultados, tem-se: (i) uma descrição histórica da Ilha do Cardoso e da comunidade da Enseada da Baleia até seu processo de realocação a um novo local, chamado de Nova Enseada; (ii) o detalhamento das atividades socioprodutivas realizadas pelo Grupo de Mulheres Artesãs da Enseada da Baleia (MAE).

Fonte: o próprio autor

Cabe salientar que em todo território brasileiro, apenas 3 estados de nossa nação possuem efetivamente comunidades tradicionais caiçaras, são eles: Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

Neste levantamento, no estado do Rio de Janeiro encontramos 07 dissertações, a seguir: Abirached (2011), Barros (2017), Camargo (2013), Martins (2020), Mendonça (2010), Monteiro (2017), Pereira (2017) e uma tese da autora Souza (2017). Todos esses textos buscavam compreender as comunidades por meio das lutas sociais travadas no território e pelo território.

No estado de São Paulo encontramos o maior quantitativo de textos que tratavam dos territórios caiçaras. Aspectos de conservação deste território estavam explanadas em todas as pesquisas, são elas: Arakaki (2011), Bespalec (2011), Castro (2017), Fernandes (2021), Fonseca (2016), Gonzalez (2016), Lima (2015), Marcondes (2018), Martins (2016), Martins (2020), Morelli (2010), Nabhan (2021), Nascimento (2021), Nemeth (2016), Nunes (2003), Silva (2004) e Yamaoka (2019). As teses foram: Marinho (2014) e Stori (2010).

Já no estado do Paraná encontramos 02 textos, a seguir: Coelho (2014) e Duarte (2018). Coelho (2014) fala que sua pesquisa se concentrou na vila de Barbados, localizada na Ilha do Superagui, em Guaraqueçaba-PR, “Último município do litoral norte paranaense que faz fronteira com Cananéia, no litoral paulista” (Coelho, 2014, p.122). A autora, em seu desfecho, revela a necessidade de mais pesquisas que tenham como objeto a vida dos moradores e suas lutas pelo território nesta região, uma vez que o cotidiano da comunidade foi afetado pela presença de Unidades de Conservação. “É necessário realizar mais estudos etnográficos para dar conta da

complexidade que permeia a vida da população da Ilha do Superagui e da Baía de Pinheiros” (Coelho, 2014, p. 156).

Cabe dizer que a dissertação de Martins (2020) discorreu sobre o território na perspectiva de duas comunidades caiçaras diferentes: Rio de Janeiro e São Paulo. Ao analisar essas comunidades alocadas na região do sudeste brasileiro, Martins (2020) menciona que os povos e as comunidades tradicionais do litoral norte paulista e sul fluminense vivenciam conflitos pela disputa do território.

O principal marco que intensificou os conflitos na região litorânea brasileira foi a construção da rodovia BR-101 no trecho Rio de Janeiro-Ubatuba”. Como consequência, os territórios dos povos e comunidades tradicionais sofreram transformações mediante a especulação imobiliária, a urbanização turística e a implantação de Unidades de Conservação. A partir desse contexto, o movimento do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra/Paraty/Ubatuba (FCT), que integra as comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP), desenvolve atividades que promovem a defesa dos seus territórios (Martins, 2020, p. 09)

O trabalho detalhado da autora traz um viés revelador no que diz respeito que nem mesmo a união das comunidades tradicionais trazem livramento de exploração. Não é apenas uma comunidade tradicional, mas vários povos (indígenas) e comunidades que estão lutando. Entende-se com isso que o descaso ultrapassou barreiras interestaduais e perversamente continua a minar os territórios tradicionais no intuito de destruir as atividades culturais, as roças tradicionais e pesca artesanal.

O trabalho de Stori (2010, p.13) aponta aspectos importantes de um território caiçara localizado na cidade de Santos-SP, pesquisando com afinco a “[...] organização social interligada à pesca e o autorreconhecimento” cultural da comunidade. Elenca algumas das sete práticas de manejo pesqueiro baseadas no conhecimento ecológico local, quatro mecanismos sociais atrelados às tais práticas, três processos de inovação tecnológica e a extinção de uma prática de pesca tradicional seletiva. No entanto, essas práticas estão ameaçadas pela pressão das lógicas de ações comerciais e industriais que interferem negativamente na vida da comunidade (Stori, 2010).

Os trabalhos de Bepalec (2011) e Martins (2020) falam sobre a especulação imobiliária em suas comunidades, trazendo em seus textos relatos e observações dos sofrimentos causados nas comunidades caiçaras atingidas, principalmente no que remete à mudança dos aspectos de vida, da exploração da mão de obra na comunidade para serviços domésticos.

As leituras das teses e dissertações sobre as comunidades caiçaras

brasileiras esclarecem para essa pesquisa aquilo que ainda não foi pesquisado em relação as lideranças caiçaras. A visão pedagógica da Pedagogia Histórico-Crítica remete a perspectiva do pesquisador deste trabalho, trazendo um panorama geral de uma educação revolucionária. Já as categorias de análise fundamentam essas reflexões científicas. Assim, as categorias explicitam as relações político-sociais entre as pessoas da comunidade, uma vez que colaboram para compreensão da educação no campo, na demanda da comunidade caiçara.

Dessa forma, trataremos no capítulo, a seguir, o conceito de líder crítico inspirado na perspectiva gramsciana e em seguida, o *lócus* da pesquisa e apresentação dos resultados da análise das falas entrevistados líderes e membros da comunidade caiçara de Iguape-SP.

## 4.0 ESCOLARIZAÇÃO E FORMAÇÃO SUPERIOR DOS LÍDERES CAIÇARAS NA LUTA PELO TERRITÓRIO: PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE CAIÇARA DE IGUAPE-SP

### 4.1 O PAPEL DO LÍDER EM UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

No intuito de compreender o papel do líder nos dias atuais, começamos esse eixo a partir da reflexão sobre a liderança em uma perspectiva crítica, a partir de um recorte do texto Gramsci (2023), a seguir:

A classe operária é como um grande exército que foi subitamente privado de todos os **líderes**; em tal exército seria impossível manter a disciplina, o companheirismo, o espírito de luta e a unidade programática somente com a existência de um Estado-maior (Gramsci, 2023, p.162). (grifo nosso).

Ao analisar a sociedade Italiana por meio da classe operária elencada por meio dos dirigentes e dirigidos (líderes e liderados), o revolucionário rompe as barreiras invisíveis do território-nação do próprio país<sup>22</sup> e se expande aos demais Estados, chegando ao Brasil. Gramsci (2023) esclarece que as pessoas dirigentes, ou seja os líderes pertencentes ao sindicatos estão distantes das massas, muitas vezes envolvidos em pensamentos e práticas que burocratizaram a luta de classe dos trabalhadores, colaborando ainda mais para que os liderados permaneçam na posição de alienados.

Existe assim a necessidade da ressignificação dos líderes ou substituição dos que já existem. Afinal de contas, os dirigentes não são líderes por nascerem líderes, tornaram-se líderes, por escolha, colocação ou imposição da classe a qual pertence. Gramsci (2023) esclarece que todos aqueles que participam do partido (expande-se para sociedade) devem ter condições teóricas para se tornarem líderes, transformando-se assim, em um dirigente revolucionário.

Gramsci (2022) conceitua um líder crítico como intelectual orgânico caracterizado como uma pessoa que exerce uma função organizativa e diretiva no universo político-socio-cultural no tempo atual de sua existência de vida na terra. Isto é, um líder ou dirigente é toda pessoa que exerce o papel social de orientação, instrução e também convencimento agindo assim como um intelectual orgânico. Cabe

<sup>22</sup> Gramsci (2022) nasceu e cresceu na Itália, seus estudos emergem de suas vivências na sociedade a partir de seu engajamento com o movimento socialista, operário (comunista) e posteriormente aprofunda seus conhecimentos no cárcere.

dizer que essa função de orientação, instrução e convencimento emerge das necessidades da classe trabalhadora devem ser postas dialeticamente quando usadas para comandar seus liderados, afinal de contas, o dirigente parte da sua prática social para buscar uma maior preparação histórica, política e social das coisas concretas do mundo.

Logo, os líderes que não se preocupam com a opinião advinda das práticas sociais dos seus liderados, podem ser considerados apenas gestores que estão ansiosos em continuar exercendo poder sobre os outros, seu domínio é pela força. Ele não se ocupa em saber as opiniões e anseios dos seus liderados, deseja apenas em garantir seus próprios objetivos egoístas de permanecer no poder. Para isso, esse tipo de líder tradicional copia a doutrina da classe opressora para garantir, através da opressão, a obediência da comunidade que comanda, suas ordens não podem ser contestadas, não existe em sua perspectiva a ideia da unidade coletiva.

Existe para Gramsci (2022) vários tipos de intelectuais, e todos podem ser líderes, porém, nem todos têm na sociedade a função de intelectuais e conseqüentemente não possuem a incumbência de ser um dirigente de pessoas. Ainda, explica “[...] o ponto central da questão continua a ser a distinção entre intelectuais como categoria orgânica de cada grupo social fundamental e intelectuais como categoria tradicional” (Gramsci, 2022, p. 24). Assim, o autor traz dois grandes grupos que mais influenciam nas lutas de classes, são eles: intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais.

O intelectual orgânico é uma pessoa que orienta seus liderados e se adapta a sua época achando no seu tempo atual uma ligação intrinsecamente com sua prática social (Gramsci, 2022). Duriguetto (2014) informa que os intelectuais orgânicos das classes subalternas constroem uma sociedade regulada pelos interesses e necessidades do trabalho gerando aquilo que o marxismo denomina de emancipação humana.

O intelectual tradicional pode pertencer aos grupos dos administradores, cientistas, teóricos, filósofos ligados à opressão do mundo clássico por meio do absolutismo e também aqueles denominados eclesiásticos (clero), apesar de serem especialistas em determinadas áreas dos conhecimentos sociológicos, científicos e filosóficos, não consideram a liberdade de pensamento ao usarem os conhecimentos importantes oriundos da escola, justiça, filosofia e religião para liderar seus

subordinados. Eles se apropriam de alguma ideologia ou visão de mundo da classe dominante para justificar suas ações opressivas aos seus liderados. Esses são intelectuais tradicionais estão “vinculados aos grupos sociais dominantes nos contextos socioeconômicos específicos do desenvolvimento histórico” eles não se preocupam com a classe trabalhadora e, sim, com os benefícios que o seu conhecimento trará para si próprio (Duriguetto, 2014, p. 282).

O líder com base na sua intelectualidade orgânica tem um olhar apuradamente crítico em relação ao seu trabalho, desenvolvendo suas atividades teórico-práticas no intuito de favorecer sua família e os seres humanos por ele liderados. Cria assim os primeiros elementos de uma intuição do mundo que liberta das alienações do capitalismo, alienações que se utilizam das credences folclóricas da sociedade e do senso comum, para tornar os seres humanos em pessoas indiferentes as tão importantes contradições de ideias que levam a outras ideias, pensamentos e opiniões (Gramsci, 2022). É notório que um líder crítico que se prepara para exercer sua função, proporciona um ponto de partida para seus liderados buscarem

[...] o desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética do mundo, para compreensão do movimento e do devir, para a avaliação da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro” (Gramsci, 2022, p.44).

O líder orgânico que deseja estar bem-preparado deverá buscar sempre refletir sobre o passado para compreender e avançar para o futuro. Em vista disso, um líder de uma comunidade tradicional pode exercer o seu papel enquanto liderança quando transmite para os outros os conhecimentos deixados por sua ancestralidade. Esse líder é um intelectual, mesmo que em alguns momentos essa pessoa, possivelmente possa se apresentar como um líder com pouco ou quase nenhum estudo acadêmico, se sobressai ao transmitir os conhecimentos tradicionais para seu coletivo, buscando além de orientar essa comunidade liderá-la para sua emancipação humana e conquista pelo território. Gramsci (2022), ao tratar desse processo histórico e de formação para se reconhecer um intelectual orgânico como um líder orgânico, salienta que esse ser humano em seu grupo desenvolve uma função essencial na produção econômica do trabalho juntamente com os campos sociais, culturais e políticos.

A liderança de qualquer comunidade tradicional brasileira pertencente à educação do campo que possua vínculo empregatício, cooperativo ou voluntário, esse

último exemplificado na comunidade caiçara da AJJ e da PECA, deve favorecer a sociedade civil por inteiro, isso porque ao se resguardar os conhecimentos das comunidades que eles pertencem, preserva-se as atividades culturais, a Mata Atlântica e saberes ancestrais do povo brasileiro.

Os desafios humanos apresentados pela liderança em relação ao seu território ancestral, não somente podem, mas, devem ser também objeto de preocupação e enfrentamento por parte dos demais membros das comunidades tradicionais incluído os caiçaras. Deve-se considerar os aspectos ético e morais, como já mencionava Plutarco (2022), uma vez que o componente ético traz com ele o imperativo de agir em busca do melhor resultado do trabalho.

As lideranças das comunidades tradicionais emergem como uma gama de conhecimentos advindos das experiências, saberes e lutas por eles absorvidos. (Costa, Medeiros, 2021). Assim, estão entrelaçados pelas histórias de vida e pelas práticas ancestrais de seus membros. Sejam homens ou mulheres esses líderes são guardiões de memórias e conhecimentos transmitidos de geração em geração, tecem um elo inquebrável com a terra, a água e a floresta, pilares da sua identidade e subsistência (Costa, Medeiros, 2021). Os seres humanos relacionam-se de formas diferentes nos diferentes coletivos sociais, eles se transformam ao longo do tempo, variando e oscilando em seus comportamentos, interesses e expectativas por diferentes fatores pessoais, profissionais, relacionais, ambientais, entre muitos outros aspectos. Contudo, existem aspectos recorrentes,

[...] liderança significa para nós uma construção do sujeito pelos encontros e desencontros entre aquilo que se acredita ser direito [...]. Trata-se da formação de uma identidade construída na luta pela vida, na busca por justiça e direitos estruturados na história da **comunidade** e na trama da vida cotidiana. (Costa, Medeiros, 2021, p. 58).

Sempre identificar o contexto e local que a comunidade pertence, um líder deverá trazer os aspectos sociais importantes para que através de suas ações políticas pautadas no bem-estar das comunidades, mudanças concretas aconteçam, principalmente quando se trata da permanência e também reivindicação de território perdido.

As vidas dos povos e as comunidades tradicionais brasileiras remetem a uma dialética constante, para além de uma vida que pode ser tranquila em território cujo contato com fauna e flora é corriqueiro, esses coletivos se deparam e confrontam com a dura realidade dos conflitos por poder dados na luta das classes. Assim, os líderes

devem lutar incansavelmente pela preservação de seus territórios, Costa, Medeiros (2021, p.63) salientam que a “[...] ideia de lugar se torna mais forte na educação dessas lideranças que nascem e constroem-se a partir das experiências com os espaços físico/sociais” desses coletivos.

O líder caiçara é um agente fundamental para a preservação das atividades culturais e do modo de vida caiçara. Para exercer esse papel de forma eficaz, essa pessoa precisa estar presente no dia a dia da comunidade, estar à disposição dos membros, sendo exemplo de trabalho e dedicação. Ademais, esse homem ou mulher precisam valorizar os ensinamentos ancestrais, as habilidades e os conhecimentos tradicionais dos caiçaras principalmente aqueles concernentes ao manejo da terra e do mar, bem como estar ciente de seus direitos/deveres e também incentivar seus liderados para também estarem participando dos movimentos sociais em prol da comunidade.

#### 4.2 LÓCUS DA PESQUISA E APRESENTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS LÍDERES E MEMBROS.

A pesquisa empírica foi desenvolvida na cidade de Iguape-SP<sup>23</sup>, localizada no litoral sul do Estado de São Paulo. Segundo o IBGE (2022), o município possui uma população composta por 29.115 pessoas. Seu *lócus* se encontrou centrado mais especificamente na comunidade caiçara da cidade de Iguape-SP. Tal comunidade possui poucos remanescentes que ainda residem no território hoje conhecido como Estação Ecológica de Juréia-Itatins.

Esse trabalho empírico teve por base entrevistas com 05 líderes e 02 membros desta comunidade, essas pessoas fazem parte de duas entidades lideradas por eles, a seguir: A Associação dos Jovens da Juréia (AJJ) e o Projeto Espaço Caiçara (PECa). AJJ é uma organização não governamental sem fins lucrativos criada no ano de 1993 e inscrita como pessoa jurídica no dia 26 de abril de 1998. Seu atual presidente é o Sr. Cleiton do Prado Carneiro, essa instituição tem como objetivos principais a geração de renda, resgate e manutenção das atividades culturais caiçaras e a permanência das comunidades no seu território localizado dentro da EEJI também conhecido como Juréia (Associação de Jovens da Juréia, 2024, p. 01).

<sup>23</sup> Para mais informações sobre o significado da palavra que nomeia a cidade e outras informações consultar a página 30.

O Projeto Espaço Caiçara (PECa) foi criado na Escola Estadual Sebastiana Muniz Paiva, na Cidade de Iguape-SP, idealizado e inicialmente coordenado pelo Professor Dr. Paulo Cesar Franco, com o apoio da coordenação e direção pedagógica, o projeto tem como objetivo principal levar a toda comunidade escolar a valorização das atividades culturais caiçaras, sua culinária, manifestações artísticas e identidade. Atualmente, o Prof. Especialista Fábio Silva assumiu a coordenação do projeto.

Quadro 2: Características dos líderes caiçaras da cidade de Iguape-SP

Identificação	Idade	Gênero	Formação Inicial	Formação continuada	Atuação como líder
Líder_1	49	Masculino	Professor	Mestrado	AJJ e PECa
Líder_2	38	Masculino	Engenheiro	Especialista	AJJ
Líder_3	44	Masculino	Graduando em EC	N realizada	AJJ
Líder_4	22	Masculino	Graduando em EC	N realizada	AJJ
Líder_5	41	Masculino	Professor	Especialista	PECa

Fonte: Próprio autor

Nota-se na análise do quadro 2 que todos os 05 líderes caiçaras são do sexo masculino, podemos constatar isso tanto na Associação de Jovens da Juréia (AJJ), fundada em 1993 com quantitativo de 03 Líderes. Lembrado que o líder\_4 é o responsável atual pela AJJ. No Projeto Escola Caiçara (PECa) temos 2 líderes do sexo masculino. A prevalência do sexo masculino da comunidade caiçara entre os líderes. Lembrando que o líder\_1 fez parte do PECa e atualmente faz parte da diretoria da AJJ.

É interessante aqui uma reflexão com o fato de as mulheres caiçaras não aparecerem como líderes tanto na AJJ e na PECa, contudo sabe-se que elas são os braços direitos de seus maridos líderes e são muito respeitadas pela comunidade caiçara local. Vale ressaltar que apesar das mulheres serem relevantes nas comunidades tradicionais, o cenário brasileiro foi historicamente construído pela desigualdade de gênero na liderança e isso pode afetar o surgimento de futuras lideranças femininas nas comunidades tradicionais. Desta feita, as mulheres das comunidades tradicionais devem ser ouvidas e incentivadas aos cargos de liderança no meio campestre.

Em relação à formação dos líderes caiçaras da AJJ, todos possuem ensino superior. O Líder\_1, professor formado em filosofia por uma instituição filantrópica (católica), com especialização em filosofia (pública) e mestre em educação e

doutorando em Educação por uma universidade pública federal.

O Líder\_2, formado em Engenharia Florestal (Universidade Filantrópica – PUC). Com especialização em segurança do trabalho.

O Líder\_3, em processo de Formação em Licenciatura em ciências naturais/educação do campo em universidade pública federal.

O Líder\_4, em processo de formação em licenciatura em Ciências/Educação do Campo em universidade pública federal.

O Líder\_5, formado em biologia licenciatura em instituição privada, com especialização em meio ambiente.

### Quadro 3: Características dos membros da comunidade caiçara de Iguape-SP

Identificação	Idade	Gênero	Formação inicial	Formação continuada	Atuação como membro
Membro_1	60	Masculino	Professor	Doutorado	PECa
Membro_2	18	Masculino	Educação básica	N realizada	AJJ

Fonte: Próprio autor

Os membros da comunidade são 2 e ambos são do sexo masculino. O Primeiro membro entrevistado é professor de filosofia formado pela Universidade Estadual de São Paulo, com mestrado e doutorado na mesma área do conhecimento uma universidade pública do Paraguai.

O segundo membro concluiu somente a educação básica (ensino médio), pretende fazer faculdade no futuro.

### 4.3 OS LÍDERES CAIÇARAS DE IGUAPE–SP E SUAS ATUAÇÕES NO TERRITÓRIO.

Pensar no trabalho do líder caiçara é reconhecer a importância de preservar e valorizar a terra e o mar, esse trabalho se entrelaça com o seu dever enquanto liderança na preservação da natureza tanto dentro, quanto fora de sua comunidade. Isso porque o ideário de conservação e sustentabilidade para os caiçaras vai além de uma perspectiva micro de sociedade localizada em seu território, mais se estende para a perspectiva macro, por meio da conservação da Mata Atlântica, ou seja, uma vez que a Mata Atlântica é preservada outras pessoas são beneficiadas. Historicamente, esses cidadãos brasileiros possuem fortes afinidades com o artesanato, dança, musicalidade, pequena agricultura, pesca artesanal, extrativismo

vegetal, tradição ancestral e meio ambiente.

O significado da palavra líder é descrito como “chefe, guia, condutor. Aquele que representa um grupo” (Klein, 2015, p.321). O líder pertencente às comunidades caiçaras como guia emerge de sua forte ligação com a tradição ancestral na lida com a terra e com o mar, sua prática social é identitária. O líder caiçara é, pois, uma extensão de sua comunidade, um não existe sem o outro, pois estão conectados com sua história ancestral que se encontra imbricada com história da humanidade. Santos (1999b) explica o território usado (material e imaterial) é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence (Santos, 1999b).

Logo, o lugar onde as comunidades caiçaras habitam é um território onde as atividades culturais são valorizadas e perpetuadas para as novas gerações, a natureza é contemplada e respeitada, esse território é lugar onde homens e mulheres caiçaras vivem e tiram seu sustento familiar, seja plantando, pescando, extraindo ervas medicinais, liderando uma comunidade, trabalhando como professor ou em qualquer outro segmento trabalhista e econômico, e por isso, esse local deve ser respeitado pelos concidadãos brasileiros que não se consideram pertencentes a essa comunidade. Desta feita, quando perguntados se exercem e como acontecem suas atuações como líderes comunitários caiçaras, Líder\_3 e Líder\_2 salientam:

Sim, estou como presidente hoje em dia, né? [...] Esse trabalho sempre foi minha prioridade, mesmo que a gente não queira ser liderança, a gente acaba sendo, ser liderança não é da vontade da gente, é o anseio da comunidade, pelas coisas que a gente faz, pelas batalhas que podemos lutar que podemos travar. A gente tem uma luta muito ferrenha com a questão do acesso ao território. Da volta ao território, e isso e isso torna a gente liderança (Líder\_3, 2023).

Na verdade, o tempo todo estou na luta pela permanência no território, [...] a associação foi apenas um dos instrumentos para que a gente consiga abrigar nossos direitos dentro do território. Então em todos os momentos nós tínhamos algum tipo de violação de direitos, a gente usava associação, a gente usava o conhecimento para escrever um ofício, para cobrar alguma coisa, para tentar participar de alguma coisa que alguma entidade ou instituição não estava deixando a gente participar, então a gente sempre usou a AJJ como um instrumento de luta pelos nossos direitos. Eu entrei na associação, não tive apenas uma briga pontual, o tempo todo estávamos na luta (Líder\_2, 2023).

Observa-se que as gestões dos dois líderes acima estão principalmente voltadas para a manutenção e reconquista do território, voltar ao território, outrora tomado, território esse que agora é chamado de Estação Ecológica de Juréia-Itatins. Para construir essas lutas eles usam a Associação dos Jovens da Juréia como um instrumento de reivindicação de direitos para a comunidade caiçara de Iguape-SP e

também das outras cidades que compõem a Juréia.

Outros pontos interessantes nas falas remetem a uma liderança de luta pela comunidade caiçara, para que esta tenha acesso aos direitos à educação, trabalho, mas principalmente ao seu território. Esse território caiçara é localizado em sua grande parte na estação ecológica da Juréia-Itatins e em outras áreas que foram incluídas durante os anos de luta da desocupação.

Os planos dos opressores desejavam e desejam expulsar atualmente os caiçaras do seu território e teve início na década de 1970. Identificados nos eixos geradores<sup>24</sup> para a criação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, a seguir: (a) Pseudodiscurso da proteção ambiental na sociedade brasileira; (b) Criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA); (c) Especulação imobiliária no litoral sul do estado de São Paulo e (d) Eminência da criação de uma usina nuclear pela Empresa Nuclear Brasileira S/A (NUCLEBRAS).

Franco (2021) esclarece que a implantação da Estação Ecológica da Juréia, em 1986, fez com que o território caiçara da Juréia fosse sobreposto por um modelo de unidade de conservação que expulsou centenas de famílias tradicionais para as periferias das cidades do Vale do Ribeira e Baixada Santista, incluído a cidade de nossa pesquisa, Iguape-SP. E fazendo isso causou uma significativa “[...] perda da identidade dos mestres artesãos fandangueiros que herdaram saberes de experiências de seus ancestrais” (Franco, 2021, p. 07).

Usou-se na década de 1970, um discurso falacioso e enganador ao informarem para os líderes e integrantes das comunidades caiçaras de Iguape-SP e das outras cidades que fariam parte da EEJI de um grande santuário ecológico, como podemos observar na fala do Líder\_1:

[...] os ambientalistas **chegaram** com sua mentira **sobre** aquilo que era melhor para nossa gente, [...] vocês vão permanecer no território e com ele **sendo** criado haverá mais benefícios, educação, saúde... mentiras... Só mentiras (Líder\_1, 2023) (grifo nosso).

Essa narrativa falaciosa de que os caiçaras viveriam num santuário ecológico, onde seus modos de vida coexistiriam em harmonia com a Mata Atlântica, favoreceu uma narrativa persuasiva e enganosa dos opressores para mascarar as diversas tentativas de apreensão territorial e/ou expulsão dessas comunidades tradicionais. (Franco, 2021; Hayama, Diegues, Marés e Cunha, 2021). Todos esses

<sup>24</sup> Explanados no capítulo 2 deste texto.

acontecimentos desembocaram na mais recente tragédia vivida pelos caiçaras de Iguape-SP, conhecida a tragédia da desocupação e demolição das casas caiçaras em 2019.

Esse recente acontecimento travou uma luta altissonante pelo território, de um lado os caiçaras pertencentes à AJJ e da União de Moradores da Juréia em frente às casas das 3 famílias na Estação Ecológica da Juréia e do lado oposto, os representantes da Fundação Florestal é vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Sobre isso, Hayama, Diegues, Marés e Cunha (2021) discorrem:

A história se repete na postura negacionista da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal) que afirma que o Rio Verde (**área dentro da EEJI**) é área intocada, e que não existem famílias caiçaras no local. Repete-se a farsa, agora como embuste. A Fundação Florestal nega, a partir de critérios unilaterais de heteroidentificação, fundados numa visão ambientalmente racista, a condição caiçara e o vínculo territorial de famílias cujos parentes diretos continuam, com ciência do próprio órgão ambiental, a morar no Rio Verde/Grajaúna (**área dentro da EEI**). (Hayama, Diegues, Marés e Cunha. 2021, p.01). (grifo nosso).

Nessa época, os componentes da comunidade protestaram contra a maneira como a ação da Fundação Florestal<sup>25</sup>, com apoio da polícia ambiental, foi executada, sem ordem judicial e direito de defesa das famílias, derrubaram as casas. Uma terceira casa estava na mira dos executores da ordem, mas o fato de uma das moradoras estar grávida no momento da ação contribuiu para que fosse poupada (Instituto socioambiental, 2019).

Naquele momento, a Fundação Florestal conversou com pessoas que estavam na tragédia de 2019, defendendo o território caiçara (ambientalistas sérios, antropólogos, pesquisadores, simpatizantes e pessoas da comunidade caiçaras) justificaram que tudo aconteceu porque as famílias encabeçadas por Heber do Prado Carneiro e Marcos Venicius de Souza Prado, dentre outras pessoas, invadiram terrenos e construíram casas em 2013 na área da Estação Ecológica da Juréia-Itatins que outrora não eram ocupados pelos caiçaras (Hayama, Diegues, Marés e Cunha. 2021, p.01).

Aos olhos dos representantes da Fundação Florestal, tratava-se de uma invasão, uma vez que EEJI foi criada em 1986 e essas casas não existiam antes de

<sup>25</sup> A Fundação Florestal (FF), vinculada à secretaria de meio ambiente, infraestrutura e logística do governo do Estado de São Paulo. Foi criada em 1986 para atuar no manejo, conservação e ampliação das florestas de produção e das Unidades de Conservação (UCs) estaduais (Fundação Florestal, 2024).

2013 naquela área específica da EEJI. A construção das casas nesta área da EEJI em 2013 é confirmada pela comunidade caiçara de Iguape-SP.

Existe, porém, uma realidade contraditória, é sabido que o ato de circular, querer voltar e permanecer no território ancestral é direito de todos os membros que compõem a comunidade. Diferente da falácia, mascarada de discurso de proteção ambiental da fundação florestal, os componentes não invadiram, não destruíram e não sonegaram, uma vez que o direito de ir e vir dentro do território sempre fez parte das tradições itinerantes caiçaras (indígenas também), ou seja, eles fazem parte, pertencem a esse território e automaticamente podem circular dentro dele.

Essa realidade é contraditória e é imposta pelos opressores que compõem a Fundação Florestal, que desobedecem descaradamente a própria legislação do Estado de São Paulo, a lei nº 14.982, de 08 de abril (2013) que altera os limites da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, que menciona:

As comunidades tradicionais da Estação Ecológica da Juréia-Itatins e dos Parques Estaduais do Itinguçu e do Prelado, a Fazenda Pública Estadual outorgará Termo de Permissão de Uso, de acordo com Plano de Manejo e Termo de Compromisso e Responsabilidade a ser firmado entre essas comunidades tradicionais e o Órgão Gestor da Unidade. (São Paulo, 2013, p.02)

Evidenciamos a lei a favor da existência da comunidade caiçara em seu território. Contudo, mergulhados em sua própria mentira, os representantes da fundação florestal alienados por seus próprios pseudolíderes conduzem seus atos de expropriação da terra ancestral dos caiçaras de Iguape-SP. Ao refletir sobre a tragédia de expulsão e demolição das casas em 2019, parece-nos que as políticas paulistas que deveriam proteger as comunidades e seus territórios são insuficientes para tal função por serem, ao nosso ver, não obedecidas pelas autoridades da Fundação Florestal.

Viana (2004) explica que os processos de tomada de decisão no que diz respeito ao território das comunidades tradicionais e camponesas devem buscar participação ativa dos seus integrantes, uma vez que esses estão notoriamente relacionados com os ecossistemas nos quais fazem parte e sendo assim seus líderes devem estar diretamente envolvidos com sua gestão.

Ademais, esclarece que os técnicos e autoridades devem se envolver com a realidade, ouvindo, apresentando e respeitando a perspectiva dos cidadãos locais, para isso, estrategicamente devem convocar os líderes e integrantes das

comunidades tradicionais e camponesas a participarem do poder decisório em relação ao seu território (Viana, 2004).

Contudo, a tragédia da desocupação e demolição das casas caiçaras de duas famílias trazem um posicionamento de oposição à fala sensata e coerente do pesquisador anteriormente citado. Uma vez que essa demolição negligencia as políticas já postas no estado de São Paulo (São Paulo, 2013) e brasileira (Brasil, 2007).

Hayama, Diegues, Marés e Cunha (2021) ressaltam a perversidade dos líderes da Fundação Florestal, quando em atitude contraditória aos direitos das comunidades tradicionais, inclusive as caiçaras, negam totalmente a verdade ao afirmarem que a resposta mais viável ao conflito de concessão de moradia às novas famílias dentro da Estação Ecológica da Juréia-Itatins é a concessão de moradias nos bairros periféricos da cidade de Iguape-SP, adotando a lógica de confinamento e guetização das comunidades tradicionais, que viola direitos fundamentais e os próprios objetivos da conservação ambiental. (Hayama, Diegues, Marés e Cunha, 2021, p.01). Assim sendo, podemos entender:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (Marx, 2013, p.961)

A degradação das condições de vida da classe trabalhadora, representada aqui pelos membros da comunidade caiçara, revela-nos que os meios de produção que o capital deseja para o proletariado levam à miséria, fome e degradação das condições de vida da classe trabalhadora. O autor continua:

A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção [...] **os que constituem o proletariado** servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação<sup>26</sup> da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. [...] (Marx, 2013, p.961-963)

Semelhante ao ocorrido nos séculos V e VI, durante o processo de acumulação primitiva, os homens continuam sendo expulsos da terra. Entende-se que

<sup>26</sup> Parte-se da Inglaterra como exemplo da expropriação, reflexão que se amplifica para os demais países e suas comunidades como parte do mundo (macro), a leitura elucidativa a posição do proletariado como a classe trabalhadora que luta contra alienação do capital de (Marx, 2013).

o proletariado aqui também pode ser representando pelas comunidades caiçaras como a comunidade campesina, uma vez que são expulsos e excluídos de seu território, mais especificamente do direito de trabalhar com a terra de onde tiravam o seu sustento, e mais como pessoas que pertencem à classe dos trabalhadores, são forçados a ocuparem uma posição de assalariados livres, tal posição é caracterizada como uma função alienadamente de trabalho explorado pela sociedade capitalista.

Por conseguinte, a compreensão da produção primitiva por meio da análise da produção do capital traz observações que são decorridas na categoria modo de produção, uma vez que

[...] é preciso ter conhecimento de como um conjunto de relações de produção entre classes se transforma em outro: em particular, o que faz com que uma classe despossuída (isto é, desprovida da propriedade de seus meios de produção) de trabalhadores assalariados, o proletariado, entre em confronto com uma classe de capitalistas que monopolizamos meios de produção (Bottomore, 2013, p. 15).

Assim sendo, essa classe oprimida, ou seja, despossuída dos instrumentos de trabalho e os recursos naturais, antes bens de uso coletivo, que agora são apropriados por uma minoria, que tem o intuito de transformar os homens e mulheres das comunidades em massa manobra para conseguir recursos materiais e imateriais que gerem dinheiro para o capital, evidenciando a luta de classes que caracteriza as sociedades capitalistas.

Essa luta se forma por meio de muitos artifícios trazidos pela alienação do opressor que deseja desprover da classe trabalhadora da propriedade de seus meios de produção, ou seja, do trabalho concebido em seu território (Bottomore, 2013,). Esses artifícios também usados pelos que querem expulsar as comunidades caiçaras da Juréia, contudo o perverso deles é o pseudodiscurso de que a Estação Ecológica da Juréia-Itatins, sem as pessoas da comunidade estariam mais protegidos, a Mata Atlântica estará mais protegida. E por meio desse discurso mentiroso que o opressor traz aos líderes e membros da comunidade uma sensação de cansaço e desânimo gerado por essa opressão dos pseudoambientalistas. Esses falsos ambientalistas

[...] foram e continuam sendo os piores açambarcadores dos caiçaras da Juréia, pois grande parte deles continua encastelado no governo paulista e em instituições que defendem a superada ideia de preservação da “natureza sem gente (Franco, 2021, p. 07).

Contudo, o território caiçara também é espaço de luta e conflitos gerados para defender seu direito à vida e à sobrevivência que advêm dos frutos do trabalho gerado na terra e no mar. O conceito de território surge e acontece nas disputas territoriais

nos planos materiais e imateriais, sendo “[...] formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais” (Fernandes, 2009, p.4).

Milton Santos (1999b, p.08) caracteriza o território como um conjunto de sistemas naturais e sistemas de coisas superpostas, isto é,

[...] lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.

O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e imateriais e do exercício da vida (Santos, 1999b). Bernardo Mançano Fernandes (2012) explica:

O território camponês é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de produção familiar e local de residência da família, que muitas vezes pode ser constituída de mais de uma família. Esse território é predominantemente agropecuário, e contribui com a maior parte da produção de alimentos saudáveis, consumidos principalmente pelas populações urbanas (Fernandes, 2012, p.746).

Atualmente, os territórios das comunidades caiçaras são constituídos por pequenos espaços alocados na Mata Atlântica ou próximos a ela, denominados de bairro, lote, sítio, roça, propriedade familiar ou propriedade comunitária, dentro de um município. Cabe dizer que os caiçaras de Iguape-SP perderam grande parte do seu território conhecido nesta região como Cachoeira do Guilherme. Medeiros (2009) aponta que os territórios envolvem as relações de poder entre os homens, assim:

[...] o território de início é espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento. O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites, recortá-lo é sinônimo de dominação, de controle. O domínio entre pessoas [...] passa pelo exercício do controle do solo (MEDEIROS, 2009, p. 217).

Vale ressaltar que a luta das comunidades caiçaras deva abordar os aspectos sociais, culturais e políticos que envolvem a posse de seu território, lembrando que esse território vai além de um pedaço de terra.

No estudo sobre liderança, Pereira, Maranhão e Resende (2018) ressaltam a ausência de uma construção sócio-histórica por parte dos envolvidos na gestão de um coletivo de pessoas. Ou seja, os líderes e seus liderados estão se desconstruindo enquanto seres humanos críticos ao negligenciarem os aspectos dialéticos da sociedade. Isso ocorre quando apenas recebem informações da ciência e da sociedade, sem refletirem criticamente sobre esses conhecimentos e aplicá-los na transformação de sua comunidade. Desta feita, essa construção dialética estar

“intimamente ligada às variáveis econômicas, culturais, axiológicas, históricas e religiosas” (Pereira, Maranhão; Resende; 2018, p. 43).

É interessante observar que na comunidade caiçara de Iguape-SP, além daqueles líderes que atuam ou atuaram como presidentes ou parte da diretoria em sua maioria parte na Associação de Jovens da Juréia, como os seguintes líderes: Líder\_2, Líder\_3 e Líder\_4.

Além disso, dois desses líderes, a seguir: Líder\_1 e Líder\_5 travam uma luta pelo território no chão da escola, entre os alunos

Fiz parte da diretoria da Associação de Jovens da Juréia. Olha... Quando retornei para o vale do Ribeira, para minha cidade eu retornei com uma expectativa grande, retornei com muito entusiasmo e vontade grande de trabalhar com a cultura caiçara, tendo em vista toda a questão da implantação da Estação Ecológica na Juréia, da retirada dos moradores de suas casas, dentro dos seus territórios para que essas pessoas fossem morar nas periferias das cidades. Isso tudo me afetou de modo que eu me envolvi bastante nesta luta, e a escola passou a ser um espaço de luta, onde eu fazia acontecer essa resistência. Então os projetos, por exemplo, o projeto “Espaço Caiçara”, ele nasceu com esse objetivo de fazer com que os alunos valorizassem a cultura caiçara, eles tinham vergonha de se denominarem caiçaras, como eu também não me conhecia anteriormente como tal, justamente pela vergonha, apesar de saber de onde tinha vindo enquanto homem daquele lugar (Líder\_1, 2023).

O líder explica a importância da escola na vida das crianças e adolescentes no intuito de ajudar esses estudantes a reconhecerem quem são no território e na sociedade. Valorizar as atividades culturais caiçaras, suas tradições, comidas típicas e seu modo de trabalhar na terra e no mar. Santos (1999b) explica que o território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 1999b, p. 08).

Comandar o “Projeto Escola Caiçara” tá sendo um barato, tudo começou com o Paulinho [...] E agora tá sendo um prazer, trabalhar com o público que gosto, que é público adolescente, e tenho apoio da gestão **da escola**, o que proponho, articulo, estou com uma oficina de entalhe de madeira, aqui dentro da escola, estou com outra oficina para uma disciplina eletiva de desenvolvimento de pesca, estou ensinado piscicultura aqui. Então eu estou conseguido articular um monte coisa que consegui apreender nestes 25 anos, mas principalmente os saberes da cultura caiçara [...] (Líder\_5, 2023)

É evidente que o Líder\_5 também se preocupa em trazer para os jovens da escola na qual trabalha e exerce sua liderança oficinas que os ensinam a pescar e confeccionar artesanato de madeiras. Cabe salientar que não são apenas os jovens caiçaras que aprendem com as ofertas dessas oficinas, mas os outros alunos que não se reconhecem como parte de uma comunidade tradicional.

Ademais, ambos os entrevistados, Líder\_1 e Líder\_5, são professores ambos lideraram o Projeto Escola Caiçara, suas ações formativas vão além dos encontros e oficinas sobre as atividades ancestrais do caiçara, como também narrativas da importância da conservação dos costumes da comunidade que pertencem, como professores esses dois homens se transformam em líderes críticos, a partir de refletir sobre o passado, pensar o presente e, também, imaginar coletivamente um futuro para comunidade caiçara de Iguape-SP e para não deixá-la desaparecer.

Nessa perspectiva, o contundente depoimento do Líder\_1 e professor caiçara com seu retorno para sua terra e comunidade traz sentimentos e emoções a seguir:

Remete a minha própria existência, minha identidade, tanto é que o meu retorno de São Paulo para o vale do Ribeira, para vir participar do projeto da Escola Caiçara, foi onde comecei minha carreira no magistério, foi por conta desse estudo que eu fiz de filosofia na cidade, eu lembro que estava na USP, na biblioteca lá eu comecei a ler algumas teses que falavam sobre a minha comunidade, né? Falava sobre a cultura caiçara, mostrava foto, mostrava o modo de vida. A farinha artesanal, o relato dos moradores. E aquilo foi avivando dentro de mim, minha saudade, a vontade de voltar para minha terra, meu território, minha casa e minha família. Então decidi deixar a cidade e voltar para minha terra, justamente como professor (Líder\_1, 2023).

Ele reflete sobre sua comunidade e sua terra ao ler sobre sua gente e ver sua cidade por meio de imagens. O líder crítico não fica indiferente à necessidade de sua gente, ele sabe que através do seu conhecimento e gestão ele pode encontrar transformação, assim no ambiente da escola, o Líder\_1 busca concretude nas relações que são vividas no cotidiano das instituições de ensino básico que o professor líder busca na transformação concreta. Assim, intelectual orgânico que também é líder busca organicamente

[...] à vida mais íntima das classes populares, juntamente com a formação de sua consciência crítica de classe, entendida como a superação de uma forma desorgânica, casual e mecânica dos sentimentos populares, são os elementos essenciais dessa mudança na qual já se vislumbram os germes da sociedade futura (Fresu, 2023, p. 08).

O líder crítico das comunidades tradicionais e camponesas deve trabalhar com a ideia de que os homens e mulheres devem aprender através das estruturas que emergem de seu contexto e que seu olhar deve ser analítico crítico ao fazer as leituras de seu coletivo e essas observações devem gerar um posicionamento ativo, tomando como base as singularidades do seu conhecimento ancestral. Isso significa que o homem caiçara confronta

[...] uma época de contornos históricos precisos, marcada pelo peso de uma tradição mais ou menos longa, com uma linguagem já estruturada, costumes

e crenças definidos, uma sociedade com instruções próprias, uma vida econômica peculiar e uma forma de governo (Saviani, 2014, p.49).

Assim, os homens reagem e fazem suas formulações. Isso porque os processos de conhecimentos advindos de líder crítico em suas competências histórica, social, política, afetiva, pessoal, gnosiológica devem partir do que sabem e pensam sobre os saberes ancestrais da comunidade do campo a que pertencem e devem ir além, devem ser buscadas no conhecimento oriundo das obras clássicas e da ciência que postam na universidade.

[...] o homem é, pois, um ser situado. E essa é uma condição necessária de possibilidade da existência humana (...). Em suma, o homem define-se como um ser situado, o que significa dizer que a existência humana é impossível fora de uma situação determinada da qual o homem extrai os elementos necessários à sua sobrevivência. Por isso ele é levado a valorizar os elementos da situação: a água, a terra, a flora, a fauna, no domínio da natureza, assim como as instituições, as ciências, as técnicas etc., no domínio da cultura (Saviani, 2014, p.48).

Desse modo, os líderes e integrantes pertencentes às comunidades e à Educação no campo, inclusive às comunidades caiçaras não permanecem indiferentes àquilo que o constitui enquanto seres humanos. Exemplificando: o seu corpo, sua história, o tempo, o trabalho, a sobrevivência e suas tradições (ainda que renovadas ou quebradas) e seu contexto político-social vão influenciar diretamente a prática das atividades culturais como fandango e artesanato.

Assim, o líder crítico deve se situar historicamente no processo de liderança, visando a constituição crítico-social de homens e mulheres por ele liderados, essa historicidade é inerente à sua posição no mundo enquanto comunidade tradicional passa a ser conservada ou até mesmo resgatada. Logo, os membros da comunidade estariam singularizados confirmando suas práticas, dando legitimação às relações que se processam em seu território.

É o liderado quem legitima a relação de liderança, com base no compartilhamento dos construtos sociais. Em suma, atenta-se para a liderança como uma construção social de todos os envolvidos, sendo o liderado peça fundamental desta relação. (Pereira, Maranhão; Resende; 2018, p.43).

A liderança crítica “é vista como uma ação pautada em um valor histórico e dialético que gera nos liderados influências positivas ou negativas, dependendo do juízo de valor que os mesmos possuem”(Pereira, Maranhão; Resende; 2018,p. 55). Esse líder também deve trazer em suas ações dinamismo por meio das tecnologias

atuais, porém não pode ser indiferente a humanização.

Fresu (2023, p.08), ao contemplar uma visão macro fundamentada na teoria gramsciana sobre o que é liderança, esclarece que para que

[...] o líder e o partido não sejam uma excrescência, uma sobreposição não natural e violenta no corpo das massas, ambos devem primeiro fazer parte da classe, ou pelo menos representar seus interesses e aspirações mais vitais.

Assim, ao considerar o valor histórico e temporal sobreposto na ação de liderar em uma perspectiva materialista histórico-dialética existe uma necessidade de observar também questões econômicas, das atividades culturais, políticas, educativas e territoriais principalmente quando se trata das comunidades tradicionais, sobretudo na demanda das comunidades caiçaras.

Desta feita, a busca pelo território caiçara se encontra num contínuo processo de luta contra os mais degradantes representantes do capital, os latifundiários, as organizações não governamentais e até mesmo políticos que não entendem a importância da comunidade caiçara para o meio ambiente. É nesta luta que se percebe a possibilidade de uma vida digna pelo novo enraizamento da família na terra, assegurando a existência em uma ocupação. Nesta perspectiva de empoderamento dos direitos sociais, todos são incluídos, sejam os homens, as mulheres, os idosos e as crianças, o que propicia à luta pela terra uma dimensão social considerável, além de ser uma condição inerente à conquista de cidadania (Costa; Bezerra Neto, 2019).

Um detalhe importante da fala do Líder\_4, um jovem líder com apenas 22 anos, que quando questionado sobre sua liderança na comunidade, inicialmente responde com outra pergunta para depois falar de responsabilidade enquanto caiçara:

Como posso dizer isso pra você? Tudo que eu vivi, lá atrás, como **adolescente** que queria viver na cultura caiçara constantemente, mas que teve seus empecilhos. Como líder consegui aprender por meio das antigas lideranças, que a comunidade é aquilo que importa pra gente é a nossa vida por assim dizer, transmitir isso para os mais jovens como eu. Eu consigo trazer pessoas da minha idade para as discussões. Pensar na escola pra gente, que é o foco de eu estar na universidade hoje e assim fazer com que os mais jovens continuem a luta. Eu creio que não é uma luta só pra mim, mas para todos os jovens que estão por vir, o meu irmão que está aí com 8 anos[...]. A gente quer que ele viva do melhor jeito possível. Querendo ou não é vivendo dentro do mato e também da escola que ele conseguirá isso, o menino gosta de escola, mas, também andar no mato, gosta de fazer artesanato, gosta de tocar viola e gosta de fandango. Então acho que transmitir isso pra crianças, para os mais jovens é mais importante quando se trata desse papel de liderança (Líder\_4, 2023).

O olhar do jovem líder encontra-se voltado para a educação, isso fica evidente em sua fala acima, quando o caiçara afirma estar na universidade para lutar pelas

futuras gerações e mais ainda por sua família, ainda que na comunidade caiçara de Iguape-SP, tenha empecilhos como aqueles que fazem que os caiçaras, desde a época de 1980, lutem pelo direito de permanecer nos território.

Outro detalhe importante é o espelhar-se nos líderes antigos, essa consciência é importante para aqueles que estão começando. Como ser liderança caiçara sem observar a tradição ancestral, somente posta e dada através da historicidade dada pelos líderes que já passaram pela liderança?

Percebe-se na nova geração de líderes, preocupações como educação, sustentabilidade e promoção de oportunidades igualitárias para as futuras gerações de jovens caiçaras, não se deve perder as afinidades concebidas pelo território como plantar, pescar, fazer artesanato, participar ativamente das rodas de fandango que são quase que intrínsecas à personalidade das crianças caiçaras. A escolarização básica e formação superior no futuro serão vitais para a permanência e visibilidade do trabalho tradicional caiçara e/ou inclusão no mercado de trabalho e/ou nas instâncias governamentais, somente munida da educação, a criança caiçara poderá ter suas próprias decisões embasadas em um conhecimento não alienante de uma educação crítica ou até mesmo poder realizar duas ou mais possibilidades de um cidadão que usufrui de um país democrático.

Empoderado de uma boa educação, o Jovem caiçara poderá atuar nas diferentes profissões, sem abdicar das suas atividades culturais e das tradições ensinadas pela comunidade. Os conhecimentos sobre as atividades culturais caiçaras podem contribuir com o desenvolvimento da comunidade e a educação escolar poderá conceder poder para continuar permanecendo território.

Sabe-se que as comunidades caiçaras enfrentam diversos conflitos socioambientais decorrentes dos diferentes modos de uso e apropriação do território e suas formas de regulação (especulação imobiliária, grilagem de terras e leis ambientais), ameaçando a permanência em seus territórios tradicionais. É neste contexto que se busca compreender a influência da escolarização e formação superior dos líderes caiçaras no processo de luta pelo território.

O Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 esclarece que a luta das comunidades caiçaras pela escolarização é constitutiva de uma luta maior pelo direito de reprodução do seu modo de vida nos territórios tradicionais. Tal resistência encontra-se inserida no contexto de enfrentamento à dominação capitalista e à

injustiça social. Assim, a “[...] falta de escolas em algumas regiões e a ausência da apropriação dos conhecimentos proporcionados por ela têm trazido uma série de dificuldades e problemas, incluindo a manutenção de suas práticas tradicionais” (Souza, 2017, p.04).

Liderar em uma comunidade tradicional não é fácil, afinal de contas nada que necessita de esforço intelectual e físico na luta pelo conhecimento e pelo território é simples, um esforço mensurável deve partir dos líderes tradicionais, não se deve desistir do conhecimento dado por meio da educação, pois dela um líder crítico necessita. É através do conhecimento oportunizado pela mais significativa legislação brasileira da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) que as comunidades caiçaras lutaram pela posse ou reintegração de posse do seu território.

É essencial continuar a ocupar os territórios a centenas de anos possuídos e cuidados, e hoje em dia ocupados por seus netos, bisnetos e tataranetos que lutam pelo direito de permanecerem nestas áreas, contudo faço uma ressalva aqui o território caiçara da Cachoeira do Guilherme pela comunidade caiçara de Iguape-SP, esse território não sai das reflexões desta comunidade.

As novas gerações devem lutar incansavelmente pelo direito à permanência e recuperação do território caiçara. Para dar continuidade ao ciclo da agricultura verdadeiramente sustentável, falo verdadeiramente porque muitas pessoas, influenciadas por alguns ambientalistas, podem indagar para que os homens e as mulheres e conseqüentemente suas famílias querem viver dentro de uma reserva florestal. É necessário entender que estes homens e seus filhos já residiam e respeitosa e tiravam seu sustento da floresta e do mar.

#### 4.4 A IMPORTÂNCIA DA TERRA PARA LÍDERES E MEMBROS DA COMUNIDADE CAIÇARA DE IGUAPE-SP

Os líderes caiçaras e suas comunidades precisam lutar para proteger todos os ecossistemas naturais, inclusive o bioma da Mata atlântica que compõe o seu território, esse espaço vem sendo agredido durante décadas por uma parte significativa da sociedade que ao difundir o capitalismo através da expulsão do território ancestral caiçara e também da especulação imobiliária oprime covardemente os caiçaras e as outras comunidades tradicionais da região da Juréia, ocasionando um desequilíbrio

não só territorial, como sociocultural.

Essa luta vem endossada pelos movimentos sociais desses homens e mulheres caiçaras que trazem com isso os instrumentos para uma busca contínua por políticas públicas que garantam a sobrevivência das comunidades e proteção da terra e do mar (território).

A Constituição Federal (1988) em seu artigo 186, determina que a função social da terra como propriedade rural, é dada por meio do:

I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (Brasil, 1988, p.113)

Sabe-se que a sociedade atual se divide em classes sociais compostas pela burguesia e classe trabalhadora. Os opressores por sua vez tiram os frutos do trabalho, ou seja, grande parte dos lucros que a terra produz das mãos dos trabalhadores, não deixando que esses frutos cheguem a trazer desenvolvimento social merecido para aqueles que mais produzem e trabalham arduamente por eles. Assim, as pessoas possuem acesso a essa produção agrícola por falta de condições ou por um pequeno poder de compra passam necessidade ou vivem em uma subvida. Assim, a luta das comunidades tradicionais como os quilombolas, caiçaras, ribeirinhas, movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra e tantos outros que lutam justamente para que isso não aconteça em seus territórios.

Sabe-se que “[...] os seres humanos necessitam agir sobre a natureza ajustando-a, pelo processo de trabalho, às suas necessidades” (Saviani, 2022, p. 10). Ora, isso significa que a natureza é a fonte permanente da existência humana, sendo dela que a humanidade retira cotidianamente (ou deveria) os meios de sua sobrevivência. Desta maneira

[...] nos fornece o ar que respiramos e a qual provém a água, que não apenas sacia nossa sede, mas que constitui-se na origem da vida, sem ela, nenhum ser vivo, seja do reino vegetal ou animal pode sobreviver; é, ainda, a natureza que nos proporciona os frutos que comemos e a terra na qual abrimos covas para plantar nossos alimentos e para abrigar nossos mortos. É também a natureza que fornece o calor que nos aquece, as matérias-primas para produzirmos nossos instrumentos, com os quais transformamos outras matérias-primas em novos produtos para atender às nossas necessidades reais ou supérfluas. (Saviani, 2022, p. 10).

Cultivar a terra é algo que as comunidades caiçaras fazem como forma de sobrevivência e sustento a centenas de anos. Se uma comunidade tem o plantio,

como trabalho ancestral, esse tipo de trabalho torna-se inerente a sua existência. Em uma perspectiva crítica <sup>27</sup> Diegues (2008) ressalta que as maneiras de cultivos

[...] tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. (Diegues, 2008, p.84).

As comunidades tradicionais desenvolveram formas singulares de manejo dos recursos naturais, que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural (Diegues, 2008). Além disso, “[...] suas percepções e representações do ambiente natural são marcadas por uma conexão e dependência dos seus ciclos de trabalho” (Diegues, 2008, p.84). Desta forma, os líderes caiçaras, quando perguntados sobre a importância da roça ou da terra, responderam:

Quando você perde o direito de plantar, quando a roça é proibida, muita coisa é perdida, primeiramente o costume de plantar da nossa forma, da nossa maneira segundo o conhecimento de nossos ancestrais, da forma com que eles trabalhavam as ferramentas de cultivo no território. Terceiro você pede sementes, plantas, variedades de sementes crioulas da própria localidade têm ramos que não existem mais, como as de mandioca, de feijão que já não existe em mais nenhum lugar, isso vai se perdendo. Você essa maneira única de preservar a semente, de guardar a semente para outras gerações, a comunidade é guardiã de sementes, né? E acaba perdendo isso também (Líder\_3, 2023).

A questão ambiental tem proibido a instalação da coivara, a derrubada, tem sido bem complicado [...] A roça, ela simboliza o mutirão, ela simboliza o cuidado do caiçara com os seus familiares. Acho que é ferramenta que mais identifica o caiçara é roça e o outro é pesca, um complementa o outro o caiçara não pode ficar sem isso, mas infelizmente nós não temos mais isso. (Líder\_5, 2023)

Além da soberania alimentar da comunidade, acho que para o caiçara esse quesito da roça é fundamental, entendeu? É ter comida, aí ele consegue fazer uma festa de fandango, ter o que dar para os convidados... Ele ter o que oferecer para o vizinho dele quando esse precisar de semente por exemplo. Ou seja, o caiçara vai conseguir manter as tradições dele, a partir da roça, se proíbe como ficamos (Líder\_2, 2023).

Observamos nas falas dos seguintes líderes: Líder\_2, Líder\_3 e Líder\_5 que a proibição da plantação agrícola em grande parte do território da comunidade caiçara gera um círculo vicioso de despovoamento rural. A produção agrícola, antes destinada ao consumo familiar e à venda de produtos em pequena escala (como mandioca, feijão e abóbora na feira local do município) tornou-se insuficiente devido à proibição. Isso leva os homens e mulheres caiçaras a buscarem alternativas no mercado de

<sup>27</sup> O autor em questão, em seu próprio livro se denomina marxista do ramo neomarxista (Diegues, 2008, p.84).

trabalho formal, frequentemente optando pela pesca artesanal. Conseqüentemente, o cultivo da terra tende a ser esquecido ou deixado de lado, ameaçando a preservação da identidade caiçara e a segurança alimentar da comunidade, uma vez que quantitativo de alimentos produzidos na terra é tão pequeno, que tonar-se insuficiente. Sobre isso Lima *et al* (2022) enfatizam

[...] no passado a farinha de mandioca era a base da alimentação caiçara, e hoje ainda faz parte da alimentação de diversas famílias. Estas atualmente encontram dificuldades para plantar por conta da legislação ambiental e algumas precisam comprar a mandioca de outras regiões para fazer a farinha. Costuma-se comer a farinha no pirão, com peixe, mingau, com café, e em todas as refeições, com doce e frutas como o abacate, a melancia e outras. (Lima *et al*, 2022, p. 61)

A agricultura familiar é fundamental para a segurança alimentar e para o desenvolvimento sustentável das comunidades que constituem o meio campesino. A ausência do cultivo agrícola gera um êxodo rural entre as gerações mais jovens que se estabelecem no meio urbano e, geralmente, não voltam. Essa proibição de plantar tem trazido um impacto negativo no crescimento populacional da comunidade caiçara de Iguape-SP no território e reduz o dinamismo econômico, precarizando a qualidade de vida no campo daqueles que permanecem. Como observamos na fala do Líder a seguir:

[...] A questão do alimento é essencial, tá no território tem que ter alimento, não existe aquele negócio do que aconteceu no passando, quando diziam você pode permanecer na unidade de conservação, só que não pode plantar, pode pescar, é aquela saída ou expulsão por livre e espontânea pressão que gente fala... rsrs. Eles dizem ninguém expulsou você daí, só não **vamos** deixar vocês comerem. Rsrs, não vamos deixar vocês comerem (..) **ou** vocês plantarem, vocês fazerem nada. Acho que isso é um mecanismo do estado de expulsar as pessoas do território. Não deixar plantar no território, não deixar fazer roça (Líder\_2, 2023). (grifo nosso)

É na roça onde ele vai tirar a farinha, o sustento, vai plantar mandioca. Mas, ele não planta só mandioca, planta milho, arroz, feijão, abobora, batata e cana. Mas, o que mais se planta na roça caiçara é mandioca, por que mandioca? Porque a farinha para o caiçara é algo indispensável na mesa, em quase toda refeição dele tem que ter a farinha. Pela manhã, se ele mora na mata, não tem como comprar pão na padaria, naquela comunidade rural o que ele tem? A farinha, pra fazer uma farofa com ovo, faz um biju, pode fazer uma paçoca de farinha, um pirão, bolo enfim é uma alimentação base (Líder\_1, 2023)

Os dois líderes acima relatam a importância da terra principalmente como meio de extrair dela o alimento para eles e suas famílias. O acesso à terra e aos bens que dela advêm, basicamente os alimentos e a água, passam a constituir-se como um dos direitos básicos dos homens e mulheres caiçaras. Cabe informar que o não

acesso constitui-se, portanto, em uma obstrução para a promoção do desenvolvimento social e da justiça. A fome é a negação do acesso aos bens produzidos pela terra. Quando se perde o direito de plantar se perde várias coisas, dentre elas: (a) O vasto conhecimento dos ancestrais da comunidade que foram perpassados para as novas gerações, (b) As ferramentas e manejos únicos de cultivo no território e (c) as variedades de sementes e plantas (exemplo: sementes crioulas).

No entanto, Sanches (2004, p.44) esclarece a estação ecológica da Juréia-Itatins “[...] representou um dos cenários de origem do polêmico debate sobre a permanência das caiçaras no interior das unidades de proteção integral”. Ambientalistas e poder executivo do estado de São Paulo retificam o pensamento que ocupação humana nessa categoria de unidade de conservação deve ser evitada ou até mesmo impedida, posto que as presenças das pessoas são incompatíveis com uma verdadeira conservação da Mata Atlântica (Sanches, 2004).

Temos, portanto, uma realidade contraditória, de um lado os ambientalistas (pseudoambientalistas) e seus líderes pertencentes ao executivo do Estado de São Paulo relatam que existe uma necessidade gritante de nos dias atuais de conservar a fauna e flora da Mata Atlântica, é lógico que isso é verdade. Não seríamos irresponsáveis de desacreditar nessa fala, contudo isso é uma parte da verdade, a outra, mais importante, foi ocultada. Aquela na qual leva as comunidades tradicionais como os quilombolas, indígenas (povos), ribeirinhas, caiçaras entre outras como guardiãs da floresta, essa historicamente é confirmada. Sobre isso Diegues (2004b, p.4) esclarece que essas comunidades são

[...] em grande parte, responsáveis pela manutenção dos ecossistemas hoje preservados e que acabam sendo expulsas de seus territórios ancestrais quando esses são transformados em unidades de conservação.

Realmente a necessidade da conservação da fauna e flora brasileira existe, contudo enfatizamos que não são as comunidades tradicionais as responsáveis por essa degradação, sua utilização da terra e do mar consiste em tirar os frutos para sobrevivência, não degradar ou denegrir o território. É necessário que os ambientalistas entendam juntamente com os governantes do Estado, que não se pode deixar de cumprir as legislações brasileiras e paulistas que tratam dos direitos pertencentes às comunidades tradicionais, inclusive as caiçaras, são elas: o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro(2007); Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 (2010) e Lei nº 14.982, de 8 de abril (2013) determinam os direitos das comunidades.

Existe por parte das Lideranças caiçaras o receio de um futuro em que não se possa mais plantar, que o direito de plantar seja retirado da comunidade, observamos isso na fala do Líder\_3<sup>28</sup>. Ele fala principalmente da perda da maneira tradicional de plantar conhecida sendo uma delas a coivara, e informa que não planta da mesma forma dos seus antepassados. Assim, a coivara, por exemplo, é um método de plantio tradicional usado pelos caiçaras de Iguape-SP e região da Juréia.

Pois bem, para que possamos compreender o que é a coivara, devemos entender o seguinte, quando vamos plantar alguma coisa, precisamos olhar para o solo, essa terra quando virgem ou secundária (usada há muito tempo para plantação) a vegetação preponderante vai estar repleta de microrganismos, esses microrganismos quando não retirados do solo vão deixar a planta agrícola doente, assim, as comunidades tradicionais indígenas e posteriormente os caiçaras incluindo a pertencente ao município de Iguape-SP começam a olhar a necessidade de limpar esse solo. Adams (2000, p. 143) explica “[...] este tipo de agricultura é adotado por populações indígenas, caboclas, camponesas também pelas populações caiçaras do litoral sudeste do país, que habitam os últimos remanescentes da Mata Atlântica”.

Assim, a coivara é um método de limpeza do solo para posterior plantação. Assim, é caracterizada como limpeza da mata bruta ou mata secundária onde vai ser feito o plantio pela primeira vez, as árvores grossas são retiradas daquele pequeno terreno, cortadas e, posteriormente, os troncos já secos são queimados, assim, uma queimada controlada acontece naquele pequeno terreno, cabe dizer que essa queimada vai gerar uma reação química na terra para que aquele terreno gere uma boa produção agrícola. Uma vez que o terreno é limpo, ele estará pronto para as plantações de mandioca, feijão ou qualquer outra planta agrícola.

Cabe dizer que essas pequenas plantações de mandiocas ou roças localizadas no meio da Mata Atlântica são compostas por um período de validade, geralmente composto por um período de dois a três anos e meio. Depois disso, são posteriormente abandonadas pelo caiçara, sendo visitadas, apenas, para a coleta de frutos ou utilização de outro tipo de plantio agrícola, como o feijão, por exemplo. Podemos observar isso na fala do Líder\_3, quando diz que o caiçara

Tem essa questão **fazer roça** itinerante dentro do território. Ele é meio que nômade dentro do território dele. Perdeu-se esse costume, por conta de questão da grilagem da terra. As pessoas foram grilando terra e expulsando gente e colocando como caseiro das próprias terras. O que quero deixar claro

<sup>28</sup> Conferir na página 109 a fala do Líder\_3.

que antigamente tinha essas rotatividades nas plantações dentro do território. (Líder\_3, 2023). (grifo nosso).

Sobre isso, Franco (2015) explica que depois da “[...] escolha do terreno, vem à derrubada das árvores, a queimada e em seguida o momento de coivarear<sup>29</sup> a roça”. Nesta fase, o agricultor caiçara retira todas as madeiras da área e as leva para a beira da roça deixando livre o espaço onde os cavadores podem fazer as covas. Sobre o uso tradicional das roças, o Líder\_2 enfatiza:

O pessoal da agroecologia bate muito na questão do uso do fogo pelas comunidades **dizendo ser** ruim para a questão da produção agrícola. O meu trabalho foi justamente comprovar aquele tipo de agricultura que é feita nas comunidades caiçaras era eficaz. Teve uma discussão sobre isso (em evento), e o que eu defendi o uso da agricultura tradicional como uma forma de enriquecer ecologicamente o ciclo de plantação e terra. **A coivara** é uma forma de fornecer nutrientes para a planta para a cultura agrícola que eles fossem tá plantando lá, como mandioca, banana e tal, com o uso do fogo, por quê? Porque na agroecologia não usa o fogo, para corrigir o solo você usa pó de pedra, farinha de concha, **usa-se** sempre alguma coisa que você traz de outro local. E o uso do fogo, por mais que seja um negócio agressivo, mas se você fizer com conhecimento, você corrige o solo, porque joga no solo o cálcio, através das cinzas, se corrige o solo e assim mantém o ciclo da natureza parecido com combustão espontânea, que poderia ter acontecido através de um raio. Não precisa trazer coisas de outro lugar, uma pessoa indagou, mas tem a farinha de pedra porque queimar, eu respondi, mas de onde vem a farinha de pedra? você tem que revirar o solo para fazer uma farinha de pedra, explodir uma pedra, triturar uma pedra de algum lugar e você tá degradando o solo daquele lugar de onde veio a pedra. A matéria orgânica acidifica o solo por conta dos ácidos (Líder\_2).

A coivara retrata a importância de método de plantio para a comunidade caiçara de Iguape-SP. Quando ainda existia a possibilidade de usar esse tipo de estratégia agrícola para plantar diversas plantações, tais como: mandioca, cana, banana, feijão, arroz, abóboras, dentre outras. Contudo, alguns ambientalistas ou pseudoambientalistas e pessoas voltadas a agroecologias criminalizaram esse método de plantio dizendo que tal método era ofensivo e nocivo para a Mata Atlântica.

Em defesa da coivara como método eficiente de preparação do solo para futuras plantações de mandioca e outras plantas agrícolas o Líder\_2, que também é engenheiro agrícola, salienta que o fogo é usado pelos caiçaras como um método de correção do solo, uma vez que jogando no solo o cálcio através das cinzas, esse método traz uma combustão espontânea.

Ele informa que o pessoal da agroecologia usa a farinha de pedra, porém, que

<sup>29</sup> “Coivarear é preparar o terreno para receber as manivas da rama da mandioca, serviço que exige paciência, pois é necessário tirar os tocos, os gravetos e as raízes para que o solo fique bem limpo dando condições para que os cavadores trabalhem com segurança” (Franco, 2015, p.40).

essa, por sua vez, vai se utilizar da pedra, pedras grandes são retiradas do solo para que essa farinha seja elaborada e posteriormente postada no terreno. Essa farinha de pedra ou também conhecida como “rochagem” entre os engenheiros e técnicos agrícolas “[...] é a denominação dada à tecnologia que parte do pressuposto que determinados tipos de rocha podem fornecer de forma adequada a quantidade de nutrientes aos solos, e na sequência para as plantas” (Theodoro; Leonardos, 2011, p. 338). Sobre ela ainda explica:

Rochagem também pode ser entendida como uma espécie de fertilizante inteligente” de baixa dissolução, do qual as plantas se apropriam na medida da necessidade do seu desenvolvimento. Pode-se dizer que este insumo (disponível em quase todo território brasileiro) configura-se como um banco de nutrientes, pois fornece somente a quantidade demandada pelas plantas. Não há o risco de contaminação do solo e dos corpos hídricos pelo excesso de oferta, tal como vem ocorrendo com as formulações NPK<sup>30</sup>, onde o K não consumido acaba sendo lixiviado para os rios, facilitando a eutrofização das águas. O P tem um destino ainda pior, pois fica retido na estrutura das argilas ricas em Al e Fe, tão comuns nos solos tropicais e o N acaba liberando óxido nitroso, que contribui com o efeito estufa. (Theodoro; Leonardos, 2011, p. 338)

Esse tipo de técnica agrícola pode ser considerado como um tipo de remineralização ou rejuvenescedores, onde o pó de rocha é utilizado para rejuvenescer solos pobres. Assim, busca-se basicamente o equilíbrio da fertilidade do terreno para plantio, na conservação dos recursos naturais e na produtividade sustentável. Logo, a utilização do pó de rocha passa a ser uma via diferente na remineralização ou preparo do solo para plantações. Mas, conforme o Líder\_2, em sua percepção técnica como caçara e agrônomo, esse tipo de técnica pode ofender o solo, principalmente aqueles de onde elas são retiradas. Assim, ela não seria menos prejudicial do que a coivara com suas queimadas controladas em pequenos terrenos para a plantação de produtos agrícolas para alimentação da comunidade caçara ou venda em pequena escala para manutenção familiar como, por exemplo, a compra de roupas, sapatos ou principalmente outros alimentos para suas famílias.

Um outro detalhe importante que identificamos na fala do entrevistado Líder\_3 foi a forma de plantio das roças na comunidade. Uma vez que a coivara, por se tratar de uma queimada controlada do solo (manejo do solo criminalizado injustamente, uma vez que esse manejo se trata ao nosso ver de um manejo sustentável) foi proibida pelo governo Estadual de São Paulo através da criação da Estação Ecológica da Juréia-

<sup>30</sup> NPK essa sigla representam as iniciais dos seguintes elementos químicos, nitrogênio, fósforo e potássio que no meio agrícola caracteriza os 3 elementos utilizados em fertilizantes para plantas. Esses nutrientes são essenciais para o desenvolvimento diversos tipos de plantação (Moreira, 2021)

Itatins a expulsão da parte da comunidade que residia na Cachoeira do Guilherme que trouxe com ela a proibição da coivara em sua essência.

Por conta dessa proibição da coivara, amplia-se na comunidade o modelo de cultivo da terra conhecido como capuava, esse é definido como um local ou espaço com características agrícolas diferentes da moradia, antigamente usada apenas como um lugar de plantio e colheita, atualmente é considerado uma extensão da moradia, geralmente a capuava fica próximo e do lado de uma tapera ou pequena casa. Cabe lembrar que nessa capuava são cultivadas espécies diferentes.

Sobre essa forma de plantar o Líder\_3 explica

A gente chama de roça itinerante, de plantação itinerante ou de capuava. Muita gente chama de capuava, vamos lá na capuava, porque lá tem uma roça. [...]. Ele é meio que nômade dentro do território dele. Perdeu-se esse costume, por conta da questão da grilagem da terra. As pessoas foram grilando terra e expulsando gente e colocando como caseiro das próprias terras. O que quero deixar claro que antigamente tinha essas rotatividades das capuavas dentro do território (Líder\_3, 2023).

Observa-se, ainda na fala do Líder\_3 um elemento importante, a roça no estilo capuava ou roça itinerante sofreu uma atualização, ela agora não tem mais rotatividade por conta da proibição de rotatividade de roças dentro da parte da comunidade que agora compõe a Estação Ecológica da Juréia-Itatins.

Então a plantação é solidaria, por exemplo se tem um filho que casa com uma filha de outra família, de outro parente caiçara. Às vezes, ele vai para aquela capuava no meio do mato morar lá. Porque já tem uma capuava ali, ou fica na tapera do pai que vai morar definitivamente na capuava, então temos ou tínhamos no meio caiçara essa rotatividade. Nós não somos donos de um terreninho, nós fazemos parte de um território, merecemos fazer essa rotatividade que os nossos ancestrais faziam. Mas, não é nosso patrimônio, somos nós que fazemos parte do território, somos um com o território. A gente vive no território ou talvez possa dizer que o território vive na gente. [...] É a roça que sustenta a gente no lugar, as poucas que sobraram sustentam a gente no lugar, na cultura caiçara a roça é que é motivo dos encontros das risadas, se não tem como plantar as pessoas vão saindo. (Líder\_3, 2023).

Com a proibição das roças itinerantes restaram poucos espaços que servem como lugares de plantação preservando a essência da roça. A luta pela recuperação do território tomado não é fácil, anos se passaram, porém, a esperança desta comunidade ainda se encontra acesa em suas mentes reflexivas. Ademais, o Líder\_3 e atual presidente da AJJ, deixa evidente que os caiçaras são parte daquele território, não os donos, isso se reafirma quando também mencionar “A gente vive no território ou talvez possa dizer que o território vive na gente”.

## Os membros salientaram

Acredito que o campo está tendo um esvaziamento muito grande, famílias que saíram do campo para cidade, o famoso êxodo rural, aqueles que ficaram tiveram muitas dificuldades sobretudo com os bancos, outro elemento, hoje eu não vejo muito sucesso pelo menos nos terrenos dentro da cidade de Iguape, nos povoados, sim. Mas, se você for na região do vale do Ribeira, nos quilombos, ou em outras comunidades indígenas ou em comunidades rurais de agricultores de bananeiros e outras pessoas que plantam arroz e outra fruta ou hortaliça, aí tem um outro movimento, agora em Iguape cidade os setores de agricultura são poucos agora, não é como antigamente (Membro\_1, 2023)

A terra é de onde tiramos nosso sustento e nossa sobrevivência, sempre foi assim, através do plantio de mandioca, feijão e arroz temos sobrevivido a séculos. Mas, eles querem tirar isso de nós o direito de plantar e confesso a você, eles estão pelo cansaço **nós** vencendo. Cada vez mais casas e território estão sendo retirados, como podemos vencer esses ambientalistas, que dizem que destruimos, por acaso estava destruído quando eles chegaram? Estava depredado? Não, estava conservado, porque é isso que fazemos, conservamos, conservamos! (Membro\_2, 2023).

Ao analisarmos as falas dos dois membros, o primeiro apresenta um olhar sobre as questões sociais que afligem os adultos e jovens da comunidade caiçara, informando que melhores ofertas de empregos no comércio e na indústria tem atraído pessoas das áreas rurais para as cidades. Ademais, as cidades oferecem mais oportunidades de emprego, saúde, educação e lazer, o que as torna mais atraentes para os jovens e para as famílias. Tal constatação não é uma coisa nova, mas ainda que antigas no cenário campestre devem ser combatidas por meio das políticas públicas, principalmente as que dizem respeito à acessibilidade da educação básica e criação ou implementação de universidades no meio rural, ou ainda o avanço e maior disponibilidade dos cursos superiores voltados na perspectiva da alternância.

O segundo membro da comunidade remete em seu depoimento crítico às lutas que devem ser travadas no âmbito do universo campestre, ao denunciar que os “pseudo” ambientalistas desejam junto com autoridades do governo expulsar pelo cansaço aqueles que ainda não foram expulsos. Assim, informa que existem aqueles que vão para fora do âmbito do campo do território para galgar coisas diferentes, com exceção daqueles que saem para buscar conhecimento por meio dos estudos que estão certos, pela não disponibilidade destes no campo. Existem aqueles que saem do campo iludidos por empregos que pagam misérias e por uma falsa sensação de bem-estar imposta muitas vezes pelo mundo televisivo, que sempre coloca o campo como algo feio e deixado para os idosos.

Existem aqueles poucos jovens, porém perseverantes, que não deixam a

comunidade, pensam na terra, pensam no mar e pensam em como preservar todas as atividades deixadas por seus antepassados, não esquecendo aqui que vivemos em um mundo capitalista influenciado constantemente pelas artimanhas de domínio de capital que precisa sempre de mão de obra para enriquecer aqueles que estão no topo da pirâmide, a classe dos opressores.

Vendramini (2022) salienta que a expropriação no âmbito das relações sociais capitalistas constituída pelas comunidades camponesas inclusive as caiçaras que foram separados dos meios de produção da vida e também dos meios de subsistência. “Resta-lhes vender sua força de trabalho em relações sociais de exploração, dominação e alienação” (Vendramini, 2022, p. 29). No entanto esse aumento significativo dos trabalhadores que outrora residiam no campo, nem todos conseguem vender sua força de trabalho. Os homens e mulheres que conseguem, submetem-se a relações e condições de trabalho marcadas pela extrema precariedade.

Assim evidenciamos que homens e mulheres caiçaras da cidade de Iguape precisam emigrar para prover a sua subsistência para fugir da falta de oportunidades. Os que são forçados a deixar o seu local de nascimento ou moradia, ou até mesmo seu país, a família e os amigos, os vínculos sociais, a escola, o modo de vida.

#### 4.5 A IMPORTÂNCIA DO MAR PARA LÍDERES E MEMBROS DA COMUNIDADE CAIÇARA DE IGUAPE–SP

Compreender a extensão marítima brasileira é importante para todos os brasileiros, sejam eles residentes no campo ou na cidade. O Centro de Excelência para o Mar Brasileiro (CEMBRA) (2012) explica que a soberania de uma nação costeira se estende “[...] além de seu território e de suas águas interiores a uma zona de mar adjacente, denominado mar territorial”. (CEMBRA, 2015, p. 21).

Ademais,

[...] o mar territorial brasileiro compreende uma faixa de doze milhas marítima de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente no Brasil. (BRASIL, 1994, p.01).

Tal soberania estende-se ao espaço aéreo sobrejacente e também a seu solo e seu subsolo (CEMBRA, 2015, p.21). As nações costeiras, no exercício de sua soberania, “[...] têm o direito exclusivo de regulamentar, autorizar e realizar

investigação científica marinha em seu mar territorial” (CEMBRA, 2012, p. 22). Lembrando que o mar territorial é uma faixa de água que se estende até 12 milhas náuticas da costa de um Estado ou nação costeira. O conceito de mar territorial é amplamente aceito pela comunidade internacional, inclusive pelos Estados Unidos, que não ratificaram a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)<sup>31</sup> (CEMBRA, 2012).

A Política Nacional de desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (2009, p. 01) define que a “[...] pesca é toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros”.

Sobre a pesca marítima o manual supracitado informa:

A pesca marítima faz-se no mar territorial, na plataforma continental, na ZEE e nas áreas de alto-mar, e também em baías, enseadas, angras, braços de mar ou áreas de manguezais, consideradas as águas, neste caso, como interiores, classificação que não deve ser confundida com a das águas doces (rios, ribeirões, lagos, lagoas, açudes etc.), que se denominam “continentais”. (CEMBRA, 2012, p.125).

Assim, a pesca marítima ou pesca de água salgada não deve ser confundida com a pesca em água doce, ou seja, aquela que acontece corriqueiramente nos rios. A pesca em água salgada ou pesca marítima é praticada nos mares, oceanos e rios que deságuam no mar. Os peixes que vivem em água salgada são chamados de “eurialinos”, isto significa, eles podem tolerar uma ampla variação de salinidade. Já a pesca em água doce é praticada em lagos, lagoas, rios e até mesmo nas represas ou açudes. Os peixes que vivem em água doce são chamados de “dulcícolas”, ou seja, eles são adaptados a uma baixa salinidade.

Ao pescar, o pescador, como trabalhador que sobrevive do mar, deve considerar e respeitar os bancos de peixes. Os peixes são considerados como recursos renováveis, porém, é inerente ter em mente que “[...] sendo seres vivos, os organismos marinhos, nascem, crescem, reproduzem-se e morrem” (Torija, Santamaria e Jiménez-Aleixandre, 2008, p. 197). Se os peixes são capturados antes de alcançar o tamanho e a maturidade sexual que permite a reprodução, como ocorre com muitas espécies de água salgada e água doce, as consequências para essas populações serão desastrosas, além desses indivíduos não alcançarem a idade

<sup>31</sup> Sabe-se que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), também conhecida como Convenção de Montego Bay, é um tratado multilateral debatido sob o olhar da Organização das Nações Unidas (ONU) na cidade de Montego Bay, Jamaica no 10 de dezembro de 1982 (BRASIL, 1995). A CNUDM define conceitos herdados do direito internacional costumeiro referentes a assuntos marítimos, como mar territorial, zona econômica exclusiva, plataforma continental e outros.

adulta, que não aportará descendência à seguinte geração, provocando uma diminuição na mesma. (Torija, Santamaria e Jiménez-Aleixandre, 2008, p. 197). No caso de isto repetir-se durante um período prolongado, as populações dessa espécie diminuem e podem chegar a desaparecer.

Deve-se considerar a pesca em água salgada ou água doce como um recurso renovável, mas esgotável, se não se deixa o tempo necessário para a renovação das populações, muitas espécies morrerão, tal cuidado contempla e traz a comunidade caiçara de Iguape-SP como uma guardiã do mar. Assim, as comunidades caiçaras são de suma importância para a conservação das espécies de peixes, crustáceos e moluscos do mar e dos rios pertencentes ao bioma da Mata Atlântica do Estado de São Paulo.

Quando indagados aos líderes caiçaras sobre a importância da pesca para a comunidade, eles salientam:

O caiçara faz parte de uma comunidade que habita a muitos anos nesta relação mar, praia e mata tudo que compõe o litoral. Então a praia é muito presente na vida dele, os peixes, a pesca tanto de mar e também de rio. É ali onde ele joga a rede para pescar e traz para sua mesa o corte da janta. Então ele vai pro mar para pegar o peixe que ele vai usar na janta, mas também ele pega o siri, o marisco, os frutos do mar. O pescar é uma das bases de sobrevivência do caiçara. A base alimentar do caiçara é a farinha, o peixe e caça, né? Hoje em dia a caça vem em menor quantidade, o peixe substituiu. O peixe e farinha é o tempo todo na mesa dele. Ele tem a pesca como uma atividade permanente na vida dele, é uma forma de ele se alegrar também, o fato de pegar o peixe, de lançar a rede, e o fato de produzir e costurar a rede, tudo isso, isso é uma relação que ele tem com própria vida com trabalho dele [...] (Líder\_1).

O mar é uma parte importante do nosso modo, dele tiramos alimento e sustento lutamos sempre por um modo de se pescar corretamente sem agredir o mar (Líder\_4).

As falas dos líderes Líder\_1 e Líder\_4 discorrem sobre a formação identitária do homem e da mulher caiçara com as atividades voltadas à pesca e à roça. Em relação à pesca no mar e nos rios da região de Iguape-SP e Vale do Ribeira, eles salientam que pesca é algo imbricado dentro do modo de vida dos caiçaras desde a formação das comunidades através dos seus antepassados, ainda, sinalizam a questão do sustento que o mar e seus recursos naturais trazem para suas famílias. Sabe-se que os recursos naturais são patrimônio de toda a humanidade e “[...] entre eles encontram-se por exemplo a água, as rochas, os combustíveis fósseis (como o petróleo, e o gás natural), a madeira ou os recursos pesqueiros (peixes, moluscos, crustáceos) entre outros” (Torija, Santamaria e Jiménez-Aleixandre, 2008, p. 197).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007) determina no seu artigo 1, inciso III que

[...] a segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2007, p.01).

As falas do Líder\_1 e Líder\_4 estão em consonância com a política acima citada que trata da inerência de ter como base práticas alimentares promotoras de saúde. Como informado a seguir:

Os peixes e os produtos obtidos por meio da atividade da pesca destacam-se nutricionalmente de outros alimentos de origem animal. Eles contêm, comparativamente, grandes quantidades de vitaminas lipossolúveis A e D, minerais cálcio, fósforo, ferro, cobre, selênio e, no caso dos peixes de água salgada, iodo. A composição lipídica dos peixes contrasta com a de mamíferos por conter elevada proporção de ácidos graxos poli-insaturados de cadeia longa com cinco ou seis duplas ligações (mais de 40%), o que impacta tanto na saúde (atividade benéfica antitrombótica), quanto na tecnologia aplicada durante o processamento destes alimentos (rápida deterioração e rancificação). As proteínas contêm todos os aminoácidos essenciais para o ser humano e, assim como as proteínas do leite, do ovo e de carnes de mamíferos, têm elevado valor biológico. (Sartori e Amancio, 2012, p.83)

Os depoimentos dos membros Membro\_1 e Membro\_2 da comunidade, discorrem:

A pesca ainda é um componente muito importante aqui na nossa região. Hoje em dia pesca é mais importante que roça aqui na região. **Isso porque**, existe a questão do êxodo rural, da saída do campo para a cidade, acredito que falta apoio do governo e bancos que explorem nos empréstimos, falta de recursos para educação no campo, por isso as pessoas estão vindo para a cidade, então existe vários fatores de ordem socioeconômica e político também. [...] Por exemplo, meu pai era pescador, a gente pescava com ele também, mas meu pai tinha sua rocinha de mandioca e feijão, era próprio do caiçara. Antigamente tinha pessoa que pescava, ele aproveitava o ciclo da pesca, como por exemplo o ciclo da manjuba, que é a partir de outubro, indo por novembro e dezembro. Já o ciclo da tainha é no inverno, do robalo, do bagre... então esse ciclo da pesca, os pescadores ganham com ele. Agora quando não estamos neste ciclo tem que se dedicar a outra coisa, onde atualmente muito se dedicam a trabalhos como pedreiro, ajudante de pedreiro ou então na plantação [...] (Membro\_1, 2023)

Sustento e alimento. Posso dizer que pesca é superimportante aqui em nossa cidade, porque é pesca que traz o sustento, e um dos exemplos mais importante é barra do Ribeira, é pesca que vida para o povo e hoje em dia em um meio de obtenção de renda para a minha comunidade (Membro\_2, 2023).

O êxodo rural dos sujeitos pertencentes à educação do campo, inclusive na demanda da comunidade caiçara foi caracterizada como a ação de sair do campo

buscar uma área urbana onde pudesse sobreviver, primeiramente isso acontece no caso da comunidade de Iguape-SP uma vez que expulsam as pessoas da Cachoeira do Guilherme que era localizada dentro da floresta atlântica no litoral sul do Estado de São Paulo, onde hoje se localiza a Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP.

Tal processo migratório reduziu forçadamente de trabalho para as atividades agrícolas caiçaras, contribuindo para uma maior valorização da ação de pescar entre os homens caiçaras. Ou seja, as pessoas que permanecem no território ou cidade de Iguape-SP, a pesca se tornou uma nova forma para obter salário ou renda para suprir suas necessidades básicas, uma vez que plantar foi proibido em grande parte do território. Um outro detalhe importante que podemos identificar nas falas dos membros da comunidade, é forte conhecimento sobre as épocas das pescas para cada espécie de peixe que circulam dentro do mar e dos rios da região.

Sobre a forma de pescar das caiçaras os líderes falam:

O caiçara sempre foi aquele pescador de beira de praia, de rio, jogava sua redinha ali só para pegar para comer. Eventualmente do que sobrava naquela redinha ali, quando pegava bastante na redinha ali, ninguém tinha nada para manter o peixe por muito tempo conservado, levar e vender na cidade, não tinha geladeira. Quando sobrava 2, 3 ou 4 tainhas, ele pegava fazia a cambada, que é abrir a tainha pelas costas, olhar a tainha, tirar os ossos e deixá-la aberta, mantinha os ossos centrais do peixe ainda, esse processo para defumar, para levar para cidade para vender o excedente, para gerar um recurso para ele comprar um pano, um vestido, uma roupa para ir a uma festa ou para o dia a dia mesmo, para comprar uma foice. A pesca profissional começou a partir da necessidade de peixe e de venda desse peixe para a cidade. O caiçara em si, por incrível que pareça ele nunca foi pescador profissional, ele virou esse tipo de pescador a partir do momento que o peixe começou a ter uma procura pela cidade, fora da zona rural, ele tinha que arrumar uma outra maneira de sobreviver, então a partir daí passou a ser um fator que gerasse renda. O alto mar era coisa que colocava medo no caiçara, ele pescava na praia, mas devido expulsão do território ele teve que se virar (Líder\_2, 2023).

Observou-se no depoimento do Líder\_2 a singularidade atual do homem caiçara como pescador, primeiramente ele fala que a forma que o pescador caiçara pescava apenas em posições próximas às praias ou com canoas que não era costume deste homem ir mar adentro, isto é, pesca de alto mar, em que são necessários barcos especializados que navegam para longe da costa para pescar peixes de grande porte. O pescar era simples e tinha em sua essência buscar os frutos para sobrevivência do próprio homem e de sua família. A pesca realizada pela comunidade sempre foi uma atividade sustentável, podendo ser praticada de forma a preservar os recursos pesqueiros e quando bem planejada e executada, pode conservar significativamente o bioma da Mata Atlântica. Isto é, assim como na lida com a terra e suas plantações,

o pescar para o caiçara é destinado ao consumo familiar e à venda de produtos em pequena escala. Esses seres humanos são tradicionalmente cuidadosos com os recursos naturais, e eles têm desenvolvido técnicas de pesca sustentáveis por séculos, assim podemos dizer que são verdadeiros guardiões do mar.

Hoje, com o deslocamento forçado de parte da comunidade para bairros urbanos ou centro da cidade Iguape-SP, por conta das determinações da Fundação Florestal do governo de São Paulo para a proteção da Mata Atlântica, expulsou uma parte significativa da comunidade caiçara iguapense do território e proibiu o cultivo da terra daqueles que ficaram. O pescador artesanal caiçara deixa de ter essa característica artesanal para se transformar em um pescador profissional.

Verifica-se que a singularidade se constitui também como individualidade pescador artesanal de agora olhar para o seu sustento individual e familiar, o ato de compartilhar os frutos do mar coletivamente com os outros membros da comunidade estar se perdendo.

A própria pesca artesanal se tornou uma pesca profissional na cidade de Iguape, entendeu? Às vezes o próprio morador do lugar, se ele não é pescador profissional, ele não pode pescar. Ele tem que ser habilitado para pescar, tem que tirar uma carteira (documento), tipo assim, não posso dirigir meu carro, tipo tá certo, tenho que ser habilitado para dirigir meu carro. Mas, pô, tenho que ser habilitado para pescar para comer? Cara, pescar é cultura do lugar, isso de pescar é histórico, aí as pessoas tornam isso algo restrito, por causa do capitalismo. O próprio morador que aponta, a você não pode pescar aqui, porque você não é pescador artesanal, aí você pode dizer, mas eu sou pescador, e a outra pessoa continuará, você não é pescador artesanal. Nós estamos lutando para sermos reconhecidos como pescador tradicional, no sentido de se você é pescador tradicional, você pesca por tradição. O reconhecimento de ser pescador, hoje em dia é o reconhecimento da sua profissão, e não é bem assim? (...) a pesca é um modo de vida, não é uma profissão. A pesca ela tá incluída no modo de vida caiçara. (Líder\_3, 2023)

O depoimento do líder traz uma denúncia uma vez que agora o pescador artesanal precisa para fazer algo que já está imbricado em sua comunidade a séculos (em termos de formação) a necessidade de ter um registro profissional, sem esse registro e conseqüentemente o pagamento da taxa anual de associação, o pescador caiçara não pode pescar.

É contraditório o uso do registro por parte daqueles que fazem das comunidades tradicionais. Contudo, nos dias atuais, recursos logísticos devem ser utilizados para proteger a fauna e flora de pessoas fora da comunidade. Pensamos que deve existir registro, sim, desses pescadores caiçaras, porém concebida de forma

menos burocrática por meio das associações lideradas pela comunidade, pois elas realmente sabem quem pertencem ou não à comunidade tradicional caiçara de Iguape-SP. Assim, evita que outros que não pertençam a esse grupo façam uso da pesca predatória, desprotegendo a fauna marítima do município.

Ainda salienta a necessidade de lutar para construção de uma nova categoria de pescadores, os pescadores tradicionais. O trabalho da pesca é transmitido de geração para geração na própria ação de pescar e, assim, novos pescadores tradicionais vão se (auto)produzindo, perpetuando a atividade pesqueira dos seus antepassados.

Dessa maneira, a pesca é uma atividade essencial para a economia e modo de viver da comunidade caiçara de Iguape, no litoral de São Paulo. Ela é fonte de alimentos, emprego e renda para vários segmentos econômicos, contribuindo para o desenvolvimento de outras atividades de forma direta e indireta.

Atualmente a pesca artesanal e profissional são as principais atividades econômicas da comunidade caiçara de Iguape-SP. Os caiçaras utilizam técnicas tradicionais para pescar, como a pesca com rede, o espinhel e a linha de mão. Eles pescam uma variedade de peixes, incluindo tainha, sardinha, anchova e camarão. E na pesca tradicional esses homens e mulheres tem se aperfeiçoado, fazendo treinamentos e buscando qualificação em cursos rápidos para pescar em alto mar

Estou desenvolvendo aqui na escola, um projeto sobre pesca também, é um projeto que desenvolvo com os alunos. A gente estuda desde a evolução das embarcações, (...) a gente observa que pesca ela sofreu uma evolução grande em pouco tempo, o meu pai, lembro, há 30 a 32 anos atrás, ele colhia cipó do mato e bambu para fazer as armadilhas, ai do cipó, ele evoluiu para aquelas cordas grossas de balsa, ele pegava, e também porque era ruim de grana, tinha que usar os recursos que tivesse, ai ele pegava as cordas de balsa e ele desmanchava as cordas para fazer as esteiras das armadilhas, logico que existe uma diferença deste tipo de armadilha para o cerco que é uma pesca super tradicional, e posteriormente ele evoluiu para o arame e ai as esteiras não eram feitas com cipó ou cordas e sim com arrame e corda de polietileno e com arrame galvanizado número 08, tinha todas essas estruturas, ai atualmente é feito de material sintético, igual a uma tela de galinho, só que feita de plástico para dar um a durabilidade maior para armadilha, estamos falando que toda essa trajetórias aconteceu em torno de 30 anos, a pesca tá mais rápida digamos assim, as redes evoluíram muito.. as redes. A pesca era feita a remos a 30 anos atrás, poucas pessoas tinham motores e se tivesse motor era aquele motor de centro, o toc toc. Ou fator muito antigo, eu tinha motor chamado Arquimedes, de 1950. Hoje em dia todo mundo tem voadeira, todo mundo tem motor 30 HP. Você ver que evoluiu bastaste a pesca (Líder\_5, 2023).

Por isso, o Líder\_5, que trabalha no projeto Espaço caiçara dentro da escola diz a importância de trazer conhecimentos sobre o manejo correto de pescar para

dentro da escola, para que as crianças e adolescentes não percam sua sintonia com essa inerente atividade de trabalho caiçara. Para isso ele oferta oficinas e cursos rápidos ao longo do ano letivo e convida as pessoas da comunidade para também ensinarem o manejo tradicional da pesca.

#### 4.6 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA COMUNIDADE CAIÇARA DE IGUAPE-SP.

Os movimentos sociais são inerentes para todas as comunidades, sejam elas camponesas ou não. No advento da classe trabalhadora, eles emergem das necessidades e aspirações dos seres humanos e se manifestam de forma individual ou coletiva, mas sempre com o objetivo de transformar coletivamente a realidade através de ações transformadoras, pois beneficiam as comunidades, contudo essas ações são sempre conflitantes e incomodam aquelas que estão no topo da classe opressora.

Em terras brasileiras, os movimentos sociais, historicamente, surgiram ligados à esquerda, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na década de 1990 (Bezerra Neto e Santos, 2016). Posteriormente, verificou-se o aparecimento daqueles que seriam conhecidos como novos movimentos sociais, ligados à direita, que vieram à baila na segunda metade do século XX, tais movimentos “[...] deram origem à criação de Organizações não Governamentais (ONGs) vinculadas à direita política” e sem compromisso com o proletariado brasileiro (Bezerra Neto e Santos, 2016, p. 53).

Dessa maneira, Bezerra Neto e Santos (2016) ressaltam que existem no Brasil dois grandes eixos de movimentos sociais<sup>32</sup>, o primeiro eixo formado pelos movimentos sociais da esquerda e outro constituído pelos movimentos sociais da direita. Os movimentos sociais da esquerda são influenciados direta e indiretamente pelo Materialismo Histórico-Dialético, que busca uma transformação real da sociedade no aspecto político-social.

Ademais, o movimento político da esquerda é construído no âmbito das lutas da classe dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e por direitos e políticas sociais que transformem efetivamente o contexto de vida das pessoas, assim

<sup>32</sup> Vale ressaltar que cada eixo, seja de esquerda ou direita, vai se constituir por vários grupos ou (movimentos) que compõem a vertente no qual ele pertence. (Bezerra Neto e Santos, 2016)

esse movimento revolucionário, por ser revolucionário, conhece a raiz do problema. (Bezerra Neto e Santos, 2016).

O movimento político da direita<sup>33</sup>, liderados pelos conhecidos opressores também são articulados em seus manejos perversos de processo de luta, e esse enfrentamento acontece maioritariamente contra o povo. Assim, “[...] todos estes movimentos tem em comum a defesa de privilégios das elites neoliberais e neoconservadores, que defendem o fim dos programas sociais” (Bezerra Neto e Santos, 2016, p. 54).

É notório que os movimentos podem emergir por diversos meios postos nas práticas sociais dos homens e mulheres pertencentes às comunidades campesinas ou urbanas. Tais como: nos sindicatos dos trabalhadores, nas escolas e universidades, nas comunidades periféricas, nos movimentos sociais das comunidades tradicionais, como por exemplo a comunidade caiçara aqui estudada.

Uma única pessoa pode dar início a um movimento social, basta que ela tenha um propósito claro e esteja disposta a lutar por ele, no entanto, somente no coletivo esse movimento pode se concretizar no intuito de transformar a sociedade. Isso acontece, por exemplo, quando um cientista das ciências humanas ou de qualquer outra ciência, publica um texto que traz reflexão e logo mudança de pensamento e posterior mudança de atividade. Logo, apesar de ter começado algo por meio de sua escrita acadêmica, só poderá existir transformação se esse texto alcançar e transformar vidas. Isto é, o movimento social de publicar um texto pode inspirar outras pessoas a se unirem em torno de um mesmo objetivo para o bem de um coletivo de pessoas.

O movimento social que começa por meio do coletivo sempre é caracterizado como mais forte, quando de esquerda, remete a classe de trabalhadores unida frente a uma adversidade, seja no sindicato dos trabalhadores rurais de uma cidade, seja nos sindicatos dos professores, ou ainda numa passeata de rua onde se pede paz e justiça por alguma tragédia anunciada ou que já aconteceu, seja por meio do direito de plantar, pescar e viver tradicionalmente como seus antepassados como é o caso das comunidades caiçaras. Neste sentido, Maria da Glória Gohn (2010) explica que:

Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: eles são

<sup>33</sup> Alguns desses movimentos de direita mencionados por Bezerra Neto e Santos (2016, p.54) a seguir: o Movimento Brasil Livre, liderado por Kim Kataguiri, Movimento Vem pra Rua chamado por Rogério Chequer, o Revoltados On-Line, conduzido por Marcelo Reis e o Movimento Mais Valores-Menos Impostos, coordenado por Matheus Sathler.

fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isto, para analisar estes saberes deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana, e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem (Gohn, 2010, p.01).

Fica evidente que um movimento social pode ter início de forma individual ou coletiva mais o seu meio e fim, sempre será político-social e nunca isolado. Isto é, os movimentos sociais são pensados e trilhados por um coletivo tendem a ter suas ações ideologicamente conectadas seja com ideários da esquerda ou da direita.

A relação movimento social e educação situa-se nas ações práticas de movimentos e dos grupos sociais que os lideram (Gohn, 2010). Ocorrendo “[...] na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações” (Gohn, 2010, p.01). Isto posto, a autora ressalta que no meio acadêmico, especialmente nos fóruns de pesquisa a produção dessas práxis são evidentes. Ainda sobre isso, o Líder\_1, esclarece:

**Aceito** todos os convites que aceito para participar de eventos, a gente foi na direção de preservar a terra e o mar. A educação do campo caíçara ela é uma educação sustentável. Então nós temos que pensar que para você fazer a rabeça para você fazer a viola, para você fazer a farinha de mandioca que é base da alimentação caíçara e do brasileiro, você tem que preservar o meio ambiente, usar a terra, mas tem que saber preservar a terra, tem que conhecer qual o melhor momento para plantar, o momento que se colhe, como melhor trabalhar com terra pensando também na sua preservação [...]Então todas as minhas participações nos movimentos sociais foram no intuito de questionar modelos que não preservam a natureza, sempre foi no intuito de falar olha gente estamos no século 21, mais é importante olhar para um artesão que faz uma gamela, é importante a gente manter uma casa de farinha, entender como ela se formou o tipo de telhado [...] (Líder\_1, 2023).(grifo nosso).

Quando pensamos sobre a fala do Líder\_1, percebemos que os movimentos sociais no âmbito das comunidades tradicionais (e camponesas), na demanda das comunidades caíçaras, buscam levar uma educação do/no campo de maneira sustentável para além da comunidade ao qual essas pessoas pertencem, essa luta pela educação não proíbe o trabalho a partir do uso da terra e do mar no intuito de buscar o sustento para vida dos membros da comunidade, para além disso, oferta para essas pessoas conhecimento para cuidar e preservar esse ambiente que pertence não só à comunidade tradicional, mas, ao Brasil, os líderes caíçaras trazem com seus conhecimentos nos movimentos sociais em fóruns e palestras a ideia de que sim, pode-se plantar e pescar sem destruir o meio ambiente.

Gohn (2010, p.14) enfatiza que as lutas travadas nos movimentos sociais “[...] pela educação têm caráter histórico, são processuais, ocorrem, portanto dentro e fora de escolas e em outros espaços institucionais”. Ademais, explica os esforços pela educação envolvem lutas por direitos e são parte da construção da cidadania dos cidadãos que pertencem ao campo ou à cidade (Gohn, 2010).

Para Bezerra Neto (2023), os movimentos sociais são essenciais na luta contra o fechamento das escolas no campo, bem como a luta por transformações na sociedade brasileira, controlada por uma burguesia com ideologias escravocratas e características fascistas que visam manter os homens e as mulheres longe de uma escola que possa oferecer quaisquer tipos de conhecimentos relevantes que possam levá-los a identificar as “[...] formas de expropriação impostas pelo capital”. (Bezerra Neto, 2023, p. 314). Em razão disso, continua:

Discutir a educação no campo tem sido um problema, sobretudo no Estado de São Paulo, estado que através dos discursos oficiais não tem mais rural, pois, o “agro que é pop” o “agro que é tech” o “agro que é tudo”, e que ao mesmo tempo é veneno, exploração e fome, ao longo do tempo vem expulsado o homem do campo e destinando as terras rurais apenas para algumas monoculturas e a criação de gado, pelo menos enquanto expressão de desejo dos capitalistas (Bezerra Neto, 2023, p. 314)

Os movimentos sociais são relevantes para qualquer comunidade tradicional, não seria diferente para comunidade caiçara de Iguape-SP. Essa comunidade caiçara tem se apropriado dos conhecimentos advindos de eventos científicos e sociais. Tem tido voz ativa nas explanações, mesas redondas e palestras. Sobre suas participações nos movimentos sociais, os líderes caiçaras relatam:

Sim, participei de manifestações na luta pelo território enquanto presidente da AJJ e também eventos, lembro de um evento que ministrei uma palestra, sobre a questão da agricultura tradicional, que foi alvo do meu trabalho de conclusão de curso, é engraçado[...] (Líder\_2)

Acho que o primeiro evento que participei como ouvinte, mas também tive oportunidade de falar foi o I encontro da **Coordenação** Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras que ocorreu em Trindade (**Paraty-RJ**), eu tinha meus 13 anos, e foi a primeira vez que eu falei em público, tremendo, mas, falei, né? E a partir disso aí, vários outros convites, tantos as discussões na comunidade mesmo, como eventos como o seminário da educação do campo que acontecem pelo Vale do Ribeira. Fui chamado para participar do Conselho de Juventude Rural do Estado de São Paulo, participo do fórum de comunidades tradicionais, então são vários eventos. Acho que todo evento destinado as comunidades tradicionais e populações do campo, o foco principal é preservação do território e do trabalho **com a terra** (Líder\_4) (Grifo nosso).

Nota-se a relevância desses encontros enquanto movimento social que leva a comunidade a obter conhecimento que transforma e traz as armas para a luta ferrenha pelo direito de viver no local ancestral dos seus pais. Reunir a comunidade local de Iguape-SP e das outras cidades demonstra a necessidade de também buscar estratégias para o combate à discriminação e expulsão dessas pessoas de seus territórios. Percebemos na fala dos Líder\_2 e Líder\_4 que várias são as questões abordadas nos eventos que eles participam que vão desde a agricultura, educação e território.

O primeiro evento que o Líder\_4 participou foi o I encontro da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras que ocorreu em Trindade (Paraty-RJ)<sup>34</sup> na época não era um líder, contudo esse evento trouxe uma perspectiva da preservação do território. Lima *et al* (2022) ressaltam que esse evento teve o intuito de debater coletivamente sobre os temas relevantes aos caiçaras, são eles: (a) fortalecimento da identidade e educação caiçara, (b) agrícola caiçara, (c) a utilização das plantas medicinais, (d) o fandango, (e) fabricação artesanal de canoa e (f) pesca artesanal.

Vale ressaltar que os fóruns, os encontros e as redes de movimentos sociais são ferramentas disponíveis para a classe trabalhadora realizar uma articulação de luta interorganizacional, podendo tal conexão articular pessoas de várias regiões nacionais e/ou internacionais (Silva, 2018). Ainda sobre isso, o autor explica que esses eventos “propiciam as zonas de contatos em que grupos sociais distintos podem interagir e confrontar suas visões de mundo e leituras conjunturais, a fim de encontrar consensos e convergências possíveis” (Silva, 2018, p. 15). Essa leitura fica evidente, na fala do Líder\_3:

Sim, a gente participa direto. Tem essa ligação direta, no mês de maio de 2022, participei no curso de gestão socioambiental, gestões fiscalizadoras como a ICMbio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o IBAMA, e as comunidades pesqueiras, as comunidades do território e do marítório, a gente estava junto, estamos sempre juntos nas discussões. Nós participamos da cooperativa de pesca e da associação de Jovens da Juréia (AJJ). Participo também dos eventos de educação diferenciada, superimportantes. Em muitos eventos estou, participo dos fóruns das comunidades tradicionais, também da questão da salvaguarda do fandango, dos encontros de fandango, participamos e organizamos (Líder\_3, 2023).

Os movimentos sociais caiçaras empoderam líderes de conhecimento,

<sup>34</sup> Cabe salientar que existem inúmeras outras comunidades caiçaras no território nacional que não participam da Coordenação Nacional de comunidades tradicionais caiçaras (Lima *et al*, 2022, p. 21).

capacitando-os para serem vozes ativas na luta pelo território e, assim, buscarem sua permanência e restituição de territórios conhecido como Estação Ecológica de Juréia-Itatins. Nestes eventos eles aprendem conteúdos que os empoderam de conhecimentos sobre as políticas disponíveis, educação, economia, identidade dentre outras coisas, mas também ensinam sobre o modo de vida e aquilo que não só as comunidades caiçaras precisam, mais todas as comunidades tradicionais.

Os depoimentos dos líderes caiçaras revelam suas fortes afinidades com os movimentos sociais, principalmente aqueles que acontecem no âmago dos eventos científicos como congressos, fóruns e reuniões acadêmicas cabe dizer que esses eventos acontecem em sua maioria nas universidades públicas. Existe também movimento sendo realizado pelos líderes nas escolas que estão localizados nas cidades e região do Vale do Ribeira, nestes eventos escolares eles expõem as atividades culturais como o fandango, também trazem em suas exposições elementos importantes para o manejo adequado da terra e da pesca, liderado pelo atualmente pelo Líder\_5. Silva (2018) explica:

[...] sindicatos, associações civis, ONGs e outras formas de organizações coletivas passaram a se agrupar para definirem ações em rede, transcendendo fronteiras territoriais, a depender das razões e dos propósitos específicos de cada situação. Paradigmas de defesa ambiental, direitos de povos tradicionais, valorização de culturas étnicas, juventude, feminismo, são alguns exemplos de temáticas que desencadearam distintas formas de mobilização e atuação política em todo o país, muitas vezes em consonância com agendas de luta internacionais (Silva, 2018, p. 21-22).

Esses movimentos também podem influenciar as políticas públicas sociais, territoriais, econômicas e educacionais, que são emergidas do enfadonho processo de luta territorial e continuação para continuar ancestralmente plantando, pescando e vivendo como seus antepassados. O Estado, por sua vez, tem o dever de atender e entender essas justas reivindicações da comunidade uma vez que são parte da sociedade civil organizada brasileira.

Voltando-se para região no qual a cidade de Iguape-SP pertence, evidenciamos por meio da fala de Luiz Bezerra Neto (2023) que o discurso urbanista inclui a população urbana do Estado de São Paulo para uma educação efetiva, contudo é excludente para as comunidades camponesas. Ademais, Bezerra Neto (2023) fala que o “Estado de São Paulo, a população que vive no e do campo ainda é bastante grande, mas como não é reconhecida pela burguesia que governa o Estado quase nunca se pensa na escolarização destas populações, logo, não se investe ou

se investe muito pouco em escolas e formação de professores”.

Durante muito tempo, a escola do meio rural foi concebida como a “prima pobre” das escolas urbanas, para onde eram mandadas todas as coisas que não serviam mais para as escolas urbanas, tais como: armários, livros, carteiras, ou o que mais fosse substituído por materiais novos nas escolas das cidades (Bezerra Neto, 2023).

Em defesa de escolas urbanas e rurais melhores, muitos movimentos sociais emergem e se mobilizam por melhorias na educação escolar básica e ensino superior. Nessa multiplicidade de diversas experiências, observa-se em alguns desses modelos mais próximos do escolar, como é o caso de cursos de formação política oferecidos pelos movimentos sociais clássicos por meio de partidos e sindicatos, tais movimentos disponibilizam algumas coisas que deixa claro sua fundamentação estrutural e teórica na educação, a seguir: “ementas, objetivos gerais e específicos, material didático, planos de ensino, horários fixos etc. (Martins; Bergamini, 2016, p. 97).

Os movimentos sociais e a educação atuam juntos para conservação do território e conseqüentemente o bioma da Mata Atlântica, como identificamos na fala do Líder\_4 :

A comunidade caiçara tem por responsabilidade a conservação que vem pelo conhecimento que temos da terra, mar e lua. Com esse conhecimento dos dias que a gente pode pescar, que não pode, observar e respeitar a época de cria, respeitar a época de piracema, a época de roça, mesmo que informalmente a gente vem participando da questão da preservação da natureza e também da nossa cultura (atividades culturais). Não existiriam os povos tradicionais, se não existissem a conservação que vem com a gente. Todos os povos tradicionais têm como prioridade a conservação do território, isso é feito por amor a terra, por amor ao mar, então hoje em dia não se ver a preservação do meio ambiente sem a comunidade junto (Líder\_4, 2023)

O Líder\_4 deixa claro a notoriedade do meio ambiente para as pessoas que pertencem à comunidade, pois esses sujeitos sabem que os recursos essenciais para a manutenção da vida e do funcionamento da sociedade de forma geral, especialmente em se tratando do desenvolvimento da economia do micro para o macro, depende destes recursos. Os recursos o ar, a água, a terra geram alimentos e matérias-primas, utilizadas para a fabricação de outros alimentos e/ou produtos de higiene, de limpeza, de vestuário e outros itens básicos utilizados no dia a dia dos seres humanos.

Os membros também refletem a respeito dos movimentos sociais e remetem:

Olha essa questão, nós éramos muito ligados com o senso comum, passivos, não críticos. Eu participei pouco de movimentos, talvez porque estivesse ligado muito com meu trabalho, pescando manjuba, vendendo manjuba para um cara que explorava a gente, hoje faço essa reflexão, ele explorou minha mãe, explorou meu pai, explorou todos nós. Estava também neste tempo, plantando e depois estudando e me transformando em um professor. Existe tantas causas, nas quais podemos lutar, a questão da saúde, da moradia, da educação. Muitas vezes deixamos as coisas passarem, a vida vai passando, neste sentido eu digo que participei pouco dos movimentos reivindicatórios (Membro\_1, 2023)

Fui muito pouco a eventos e manifestações. Porque ainda sou muito jovem, né? Considero importante pra minha comunidade caiçara, e também para outras comunidades tradicionais, como os indígenas, quilombolas, no futuro quero lutar mais nesses movimentos (Membro\_2, 2023).

Diferente dos líderes caiçaras, que participam mais ativamente dos vários eventos científicos e sociais pelos direitos da comunidade caiçara de Iguape-SP, os membros da comunidade reconhecem que participam de uma forma mais branda dos eventos e informam que deveriam estar mais presentes para representar na luta pela defesa do território fora e dentro da comunidade. Eles também expressam a vontade de participar no futuro do combate contra a exploração do Estado e/ou pessoas maliciosas (oportunistas) das comunidades tradicionais da cidade de Iguape-SP, isto é, além da comunidade caiçara, também pensam nos outros coletivos como quilombolas e indígenas.

As pretensões dos dois membros entrevistados tratam também pontos a serem postos nas pautas das lutas, os seguintes: (a) respeito ao direito do trabalho no mar e na terra, (c) saúde pública de qualidade, (c) direito ao território e (d) direito a educação.

#### 4.7 INFLUÊNCIA DA ESCOLARIZAÇÃO E FORMAÇÃO SUPERIOR DOS LÍDERES CAIÇARAS NA LUTA PELO TERRITÓRIO

A escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado [...]. Em suma, a escola tem a ver com o problema da ciência. Com efeito, ciência é exatamente o saber metódico, sistematizado. (Saviani, 2013 a, p.14).

Sabe-se que a escola deve ter sua base estrutural na ciência, seus conteúdos não devem ser embasados em achismos ou modismos temporários que não agregam aos estudantes conhecimentos verdadeiros sobre a realidade humana. Assim, a aprendizagem escolar deve “[...] trabalhar com a aquisição das bases do conhecimento científico, por isso é substancialmente diversa da aprendizagem

espontânea” (Gasparin, 2015, p.16).

Saviani (2013) esclarece que a prática social é composta pelo ponto de partida e pelo ponto de chegada da prática educativa de cada ser humano. Os processos de escolarização e formação dos homens e mulheres do campo, incluído os caiçaras são entendidos como condições constituintes das possibilidades do desenvolvimento humano formado economicamente, historicamente, socialmente e politicamente.

A Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996, p.8) em seu artigo 21, afirma que educação escolar é caracterizada pela “I) a educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e II) educação superior”. Ainda, sobre a educação básica Brasil (1996, p.8) determina que essa tem por finalidades desenvolver o aluno, “[...] assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Essa política educacional evidencia que a escolarização na educação básica deve assegurar conhecimento que contribua para o exercício da cidadania. Desta forma, comunidades pertencentes à educação do/no campo incluindo a caiçara devem usufruir e se apoderar da ancestralidade e das atividades culturais, isso porque tais determinantes são inerentes para se alcançar cidadania para além do território. Dessa forma, as escolas que estão no entorno ou dentro das comunidades caiçaras devem incluir esses determinantes aspectos em seu currículo.

Isso vem acontecendo na Escola Estadual Sebastiana Muniz Paiva, através do projeto “Espaço Caiçara”, que foi coordenado em sua fundação pelo professor Paulo Cesar Franco com o apoio e parceria da coordenação pedagógica e direção da escola. Hoje coordenado pelo prof. Fabio Silva, o projeto ainda é inerente para uma formação científica e que contempla a valorização das atividades culturais caiçaras. Atualmente no município de Iguape-SP, não temos nenhuma escola totalmente caiçara que funcione dentro do território propriamente dito, como é o desejo de muitos entrevistados (Líder\_1, Líder\_2, Líder\_3, Líder\_4, Líder\_5, Membro\_1 e Membro\_2), uma vez que a primeira escola, fundada no território principal, conhecido como Cachoeira do Guilherme, foi fechada pelo governo do Estado de São Paulo.

Sobre a primeira Escola Caiçara da Juréia, sabe-se que foi fundada em 2000, “[...] a partir do trabalho cooperativo da comunidade, tendo várias instituições apoiadoras, dentre as quais: universidades, ONGs, poder público local e estadual e

associações locais”. (Wunder, 2022). A escola era localizada na comunidade caiçara conhecida como Cachoeira do Guilherme no Município de Iguape. Assim,

[...] Escola Caiçara da Juréia nasceu nesse contexto de luta. Uma escola comunitária idealizada por moradores, principalmente por aqueles que hoje moram em seu entorno. A escola buscou, a princípio, suprir a necessidade básica das crianças e jovens que moram na Juréia. No entanto, a ideia que moveu sua criação foi o desejo das famílias de verem esse local reabitado com o retorno de seus filhos, e de os verem aprendendo não só os saberes escolares, mas também aqueles locais, relacionados à pesca, agricultura, extrativismo, arte, culinária, cura, dança, música, religião, enfim, aqueles saberes que se construíram e se constroem na relação próxima com a natureza. (Wunder, 2022, p.16-17).

As famílias, os pesquisadores e os professores envolvidos desejavam na época uma instituição escolar que trouxesse os ensinamentos direcionados a cada série norteados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1997) e constituídos pela legislação educacional brasileira como a própria LDB (1996), mas também que essa escola pudesse ensinar saberes que fossem voltados à formação de identidade caiçara na vida das crianças e adolescentes.

Sobre o fechamento das escolas do campo, Bezerra Neto (2023) enfatiza a luta dos trabalhadores caiçaras e outras comunidades campesinas por uma educação no/do campo, denunciou as situações depreciativas ou desprovidas de recursos em que as escolas localizadas na zona rural se apresentavam para toda a comunidade escolar que dela fazia parte, “bem como as condições de oferta de ensino nesse meio, sobretudo com o fechamento de escolas no meio rural, por parte de prefeitos e governadores que se preocupavam mais em apoiar o capital, em detrimento dos interesses da classe trabalhadora” (Bezerra Neto, 2023, p. 38).

Bezerra Neto (2023, p. 38) afirma ainda, que “[...] com o fechamento de escolas, ampliou-se o uso de transportes de estudantes para escolas urbanas ou escolas nucleadas no meio rural”. Esse fechamento traz à tona a expropriação do direito de frequentar a escola no lugar onde o caiçara como homem e mulher do campo reside, ainda que com transporte para as cidades próximas, o conhecimento que vem para as filhas e filhos da classe trabalhadora campesina bebe dos mecanismos de sua dominação e exploração burguesa que não permitem que direito das comunidades sejam usufruídos no lugar onde vivem.

Outro ramo da educação importantíssimo para a comunidade diz respeito ao ensino superior, sobre ele, a LDB (1996) determina:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II – formar diplomados nas diferentes áreas do

conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua. III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração [...] (Brasil, 1996, p. 14)

O ensino superior para qualquer comunidade campesina além de trazer conhecimentos mais profundos para proporcionar aos homens e mulheres do campo continuação dos seus estudos básicos, uma vida profissional e mais do que isso conhecimentos que ajudem a comunidade a lutarem por seus territórios. Seja nas modalidades bacharelado, licenciatura ou tecnológico envolvendo as questões da alternância.

Sobre a importância do Ensino Superior no Brasil, e conseqüentemente das universidades Saviani (2014) salienta que as características que formaram historicamente a universidade remetem a uma essência. Essa essência pode ser benéfica ou maléfica para os brasileiros campesinos e urbanos, todavia essa essência deveria ser benéfica, mas se descaracterizou devido à “[...] lei férrea da forma mercadoria que define a sociedade atual” (Saviani, 2014, p.125).

A universidade se encontra diante de dois futuros possíveis: o primeiro corresponde à tendência que vem prevalecendo na qual essa instituição corriqueiramente se submete às imposições do mercado. Segundo “tem sua possibilidade condicionada à reversão da primeira expectativa, o que implica o redirecionamento do próprio projeto econômico em torno do qual gira a vida da sociedade atual”. (Saviani, 2014, p.125).

No intuito de saber qual a força da educação básica e educação superior na comunidade caiçara de Iguape-SP. Por meio desta pesquisa, buscou-se entender, a partir das falas dos 05 líderes comunitários e de 02 dos membros da comunidade caiçara. Qual a influência da escolarização e formação superior no processo de lutas pelo território dos líderes comunitários caiçaras do município de Iguape-SP. Vale ressaltar que os líderes e membros da comunidade pertencem à Associação de Jovens da Juréia e ao projeto Espaço Caiçara da Escola Sebastiana.

Ademais, informamos que 03 líderes pertencem à AJJ, 02 pertencem ao

projeto Espaço Caiçara. Sendo que do total de 05 líderes, 01 deles se destaca por pertencer às duas instituições. Em relação aos membros 02 entrevistados fazem parte da comunidade caiçara da Cidade de Iguape-SP.

Desta feita, quando perguntamos aos líderes comunitários caiçaras se a escolarização e formação superior influenciaram no processo de lutas pelos territórios caiçaras no município de Iguape-SP, eles responderam:

Sim. Eu tenho essa convicção de que o estudo me ajudou. A me formar como docente para ter a minha estabilidade financeira e também da minha família. E também a consciência do que é a identidade caiçara, a história, hoje em dia tenho realizado muitas palestras para contar a história dos caiçaras [...]Eu acho que minha Educação básica e formação superior trouxe uma bagagem para levar esses conhecimentos para a escola, como professor e líder do projeto “Espaço Caiçara” acho que o grande desafio para um professor que também lidera alguma coisa, veja a questão do engessamento, o grande desafio é esse modelo que foi criado aqui no Estado de São Paulo que chama PEI que é Programa Ensino Integral, onde engessa muito o professorado numa obrigação de preenchimento de documentos... burocracia! (Lider\_1, 2023)

Na questão da presidência da associação e tudo que envolve a nossa luta pelo direito ao território e tal. Eu falo na valorização daquilo que você tem no território, eu vejo que os jovens na atualidade pelo fato deles não conhecerem o suficiente o que eles têm valoroso no território eles acabam vislumbrando um futuro fora do território, achando que vida boa tá na cidade grande, tá em você morar em São Paulo, em Curitiba, nesses lugares. Eles acham que o desenvolvimento irá acontecer na vida deles, se eles saírem do território e ir para esses lugares, entendeu? (Líder\_2, 2023)

Os dois líderes acima revelam que os estudos na educação básica e educação superior os ajudaram como liderança na Associação de Jovens da Juréia (ambos). Em seguida o Líder\_1 informa que seus estudos o ajudaram na liderança do Projeto Espaço Caiçara”.

Podemos pensar que os líderes caiçaras no seu processo de luta por uma educação que os apoderasse de conhecimento e assim munidos desta formação posta na Educação Básica e também na Educação superior ainda não garantiram sua posse coletiva do território. Se levarmos em conta que a educação no/do campo é ainda mais difícil a escolarização no sentido da falta de recursos, professores qualificados, fechamento injustificáveis de escolas e transporte público para os alunos para assistirem aulas e também os professores para a formação continuada.

Um detalhe importante frisado pelo Líder\_1, que é professor e também pesquisador na área da educação é justamente a burocracia em relação as questões documentais que precisam ser preenchidas e tiram dos professores do campo, tempo para trabalhar com os alunos as atividades culturais que eles tanto precisam para

preservação de suas identidades. Essa falta de tempo dos professores e líderes que estão dentro da escola geram uma indiferença a respeito dos conhecimentos tradicionais.

Por se tratar de escolas que estão em torno de comunidades tradicionais a secretaria de educação do estado de São Paulo deveria olhar um PEI mais flexível para os professores que possuem em seu corpo discente alunos pertencentes às comunidades do campo, tais como: filhos de agricultores, filhos de famílias pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), quilombolas, indígenas, caiçaras, caipiras e posseiros, ou seja, aqueles que são públicos-alvo da educação do campo.

Compreende-se que a escola deve oportunizar para as comunidades caiçaras, conhecimentos que valorizem aos conhecimentos básicos e formais norteados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018), porém os aspectos de uma escolarização crítica trazidos pela PHC devem ser postos na matriz curricular do Estado, no PPP da escola e principalmente no plano de aula do professor. Isso caso o professor tenha em seu planejamento o intuito de formar para emancipação e empoderamento dos seus alunos para que esses vivam com dignidade nesta conturbada sociedade de classes. Ademais, devem trazer um aprendizado teórico e prático sobre o uso e manejo da terra e o do mar. É sabido que as comunidades caiçaras ocupavam seus territórios a centenas de anos, hoje em dia seus netos, bisnetos e tataranetos lutam pelo direito de permanecerem nestas áreas.

Uma das alegações de alguns ambientalistas arrogantes é dizer para os meios de comunicação e sociedade que os caiçaras destroem a floresta atlântica, sua fauna e flora. O professor caiçara Paulo César Franco (2021) destaca que ambientalistas, em uma estratégia dissimulada para conquistar apoiadores para criação da EEJI, visitavam as casas dos caiçaras, oferecendo materiais religiosos (santinhos do Bom Jesus de Iguape) para que, por meio desses sofismas, angariassem apoio para o movimento ambientalista. Ao longo dos anos, esse movimento evoluiu para uma forma de racismo ambiental, que oprime e destrói as casas das famílias tradicionais na área do Rio Verde e Grajaúna de Iguape-SP (Franco, 2021).

A ideia era convencer a comunidade caiçara de que a criação de uma reserva ecológica na região garantiria mais segurança e permitiria a pesca e a agricultura

sustentáveis. Uma mentira descabida e alienante para amputar essa comunidade tradicional do seu território, esses senhores já fizeram a comunidade Iguape-SP perder o território conhecido como Cachoeira do Guilherme. Contudo afirmo que não foram estes que danificaram terras brasileiras com suas vastas plantações e que sugavam os nutrientes do solo no ciclo ambicioso e sequencial de plantio. Essa comunidade e seus membros são guardiões da terra, florestas, rios, mar e animais.

Entende-se que educação básica no município de Iguape-SP, nas cidades da região da Juréia devem ter no seu currículo as tradições ancestrais e a atividades culturais caiçaras incluídas, e digo mais, deve-se oportunizar aos professores caiçaras ou professores estudiosos dessas atividades culturais para estarem em constante visita e trabalho dentro das escolas, por meios de palestras, oficinas e depoimentos. Uma vez que não existe educação crítica para as comunidades do/no campo se suas nuances tradicionais não forem transmitidas para as futuras gerações.

As faculdades e principalmente universidades ao entorno dos municípios que possuam comunidades tradicionais devem observar os contextos de vida das comunidades tradicionais, o formato rico de suas ancestralidades, atividades culturais e uso secularmente sustentável do solo e mar no território.

O Decreto nº 7.352 (2010) determina “[...] formação inicial e continuada específica de professores que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo”. Assim, as universidades devem estar preparadas e garantir essas formações iniciais e continuadas. Temos no Estado de São Paulo o exemplo da Universidade Federal de São Carlos, com o curso de graduação em Pedagogia da terra voltado as comunidades campestres.

#### Sobre a educação superior os entrevistados relatam

O ensino formal ele acaba auxiliado muito né na fala, no modo de se expressar e também no conhecimento de modo geral, a gente não só adquire somente no nosso dia a dia, a gente adquire também na educação formal [...], a gente vai para instituições de educação para trocar conhecimento, né? Aqui na universidade a nossa presença é muito importante para a comunidade, entendeu? [...] para que a gente saiba nosso lugar, se colocar na sociedade como caiçara, para que as pessoas conheçam nossa identidade, se a gente não ocupar esses espaços, a gente não tem visibilidade. Principalmente esse curso que estou fazendo na universidade que tem como metodologia o regime da alternância e que é freiriano. Sempre digo que a educação do campo surgiu, por causa da participação também dos caiçaras lá atrás, porque somos uns dos povos que constituem a educação do campo. Sim, nós somos, começamos em 2003, uma escola caiçara, ativa, entendeu!? [...] a formação sociocultural, nossa dentro da AJJ, tem uma importância muito grande para as pessoas que nos rodeiam, para família, para os jovens que estão juntos com a gente, então isso faz parte da educação. (Líder\_3, 2023).

É o que tenho que defender e para isso a gente precisa do território. Tanto que é que hoje eu estou me formando em educação do campo, justamente para mudar essa realidade para que a escola seja sim, uma ponte que irá incentivar os jovens daqui, a juventude daqui a querer lutar pela sua cultura. Pra que essa escola, funcione acredito que esses alunos devem desenvolver trabalhos com professores que já são da comunidade, professores formados, professores caiçaras. (Líder\_4, 2023).

O ensino superior é ferramenta de desenvolvimento social na vida de homens e mulheres caiçaras de forma individual e coletiva. Essa importante ferramenta ajuda os seres humanos que vivem no campo a alcançarem seus objetivos pessoais e profissionais, a melhorarem sua qualidade de vida e a contribuir para um mundo melhor. A formação superior promove a criatividade e a inovação para o desenvolvimento profissional, social e político. Ajuda na capacidade de falar em público, do empoderamento das leis educacionais e sociais que ajudam as comunidades tradicionais a permanecerem no território

Além disso, os líderes caiçaras acreditam que essa ferramenta social poderá ajudá-los a formar criticamente outras pessoas na comunidade, não deixando as pessoas esquecerem-se da sua identidade local e conseqüentemente não deixarem os conhecimentos como o manejo da terra, do artesanato, da pesca artesanal do fandango e das outras formas de expressões das comunidades sejam extintas.

Hoje eu posso dizer sim, que a escola teve um papel muito importante na minha formação, mas não foi o ator principal, no caso. Porque muitas vezes, eu chegava na escola e os professores falavam para os meus colegas: Você vai ter que estudar, você vai querer ser um pescador igual ao seu pai? Você vai querer ficar aqui neste lugar? Isso a gente escutava, sempre escutei dos meus professores, né? Então, eu diria que não foi a escola que me ajudou completamente nesta luta por território, mas sim minha formação na luta dos movimentos sociais, com a AJJ, dentro da associação dos jovens da Juréia, o que eu aprendi, que sou caiçara, e isso é mais importante para mim do que qualquer outra coisa, é minha identidade (Líder\_4, 2023).

Eu acho que a educação **básica** em si, nesse período não teve grande influência, porque o material que a gente usava na escola tratava de muitos assuntos, fora (temática) do território caiçara. Mas, o convívio social mesmo pela arte, pela pesca, isso daí sim, influenciou bastante. Em si, a educação básica não teve essa representação na minha vida enquanto território caiçara. A importância do território caiçara veio depois, assim... depois da minha formação do Ensino Médio, na escola técnica, comecei a ter essa perspectiva de ver o território com base pedagógica. Inclusive hoje o trabalho que desenvolvo como líder os princípios vida caiçara aqui na escola (Líder\_5, 2023)

O Líder\_4 e Líder\_5, perspectivamente, informaram que a educação básica não trouxe uma preparação de excelência, apesar de reconhecerem que ela é importante, isso aconteceu devido ao fato das escolas muitas vezes não trazerem no currículo escolar assuntos que abordassem as questões das tradições ancestrais de

sua comunidade e também da valorização das atividades culturais, como as rodas de fandangos, as festas tradicionais da comunidade e produção de instrumentos musicais.

Lembrando que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018, p.9) recomenda valorização e utilização dos

[...] conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Assim, os saberes ancestrais e atividades culturais das comunidades caiçaras devem ser expostos, debatidos e estudados pelos alunos da educação básica.

Outra recomendação da BNCC (2018, p.09) se constitui na argumentação com base em fatos, dados e informações confiáveis para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. Quando debatemos na escola do campo sobre a preservação da Mata Atlântica como um importante bioma brasileiro, estamos promovendo mais amplamente os direitos humanos das pessoas, uma vez que toda a sociedade brasileira se beneficia desta promoção, além disso, pode trazer para os alunos caiçaras ou não, uma visão teórica e ação prática socioambiental.

Brasil (2008) (2010) (2012) salientam que a luta das comunidades caiçaras pela escolarização é constitutiva de uma luta maior pelo direito de reprodução do seu modo de vida nos territórios tradicionais. Tal resistência encontra-se inserida no contexto de enfrentamento à dominação capitalista e à injustiça social. Assim, a falta de escolas ou quantidade insuficiente em algumas regiões onde as comunidades caiçaras estão alocadas geram uma ausência da apropriação dos conhecimentos científicos e tradicionais proporcionados por ela têm trazido uma série de dificuldades e problemas, incluindo a manutenção de suas atividades culturais.

## 5 CONCLUSÃO

Sabe-se que compreender historicamente a cidade onde uma comunidade tradicional emerge, é compreender seus determinantes sociais, educacionais e econômicos. Estudamos o Estado de São Paulo e Iguape-SP na década de 1970, seu contexto e suas relações político-sociais para compreender as nuances do surgimento e posteriormente criação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins no ano de 1986 pelo Decreto n. 24.646, de 20 de janeiro (1986).

Penso que o Materialismo Histórico-Dialético como método científico trouxe um olhar crítico sobre a análise do objeto de pesquisa. Assim, sob o viés analítico da contradição e totalidade, percebo os detalhes reveladores sobre o território da comunidade caiçara de Iguape-SP.

Já a revisão sistemática realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) ajudou a identificar as pesquisas nos três Estados onde as comunidades caiçaras residem, enquanto comunidades organizadas. Esses três Estados são: São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, nas pesquisas explanadas no quadro remetem à importância do território na vida das pessoas que compõem as comunidades.

A Iguape-SP dos dias atuais traz os aspectos de luta das comunidades caiçaras pelo território. Sobre os resultados obtidos podemos notar as afinidades dos caiçaras com a terra e seu uso para roça, que traz a manutenção de sua sobrevivência, o território tem sido tirado pela força e cansaço da comunidade de Iguape-SP. O mar e a pesca têm surgido como uma forma de manutenção da família, uma vez que essas pessoas sabem manusear os instrumentos de tal ofício, esse trabalho além de manter a tradição pesqueira do caiçara, remete a tão importante questão da sobrevivência de sua família.

Os líderes caiçaras emergem pessoas que norteiam e incentivam a busca pelo conhecimento. Esses líderes reconhecem a importância da escolarização disponibilizada pela educação básica e ainda a formação superior dada por meio dos cursos superiores. Reconhecem também a importância das licenciaturas para os povos pertencentes às comunidades camponesas, como as caiçaras, quilombolas, indígenas, caipiras, caboclas e ribeirinhas.

Um dos pontos importantes são as ações realizadas pelos líderes em prol da

comunidade e outras que envolvem o incentivo a escolarização para o reconhecimento de ser humano caiçara, é interessante dizer que os líderes são todos sexo masculino, acredito que as mulheres da comunidade podem ter mais voz nestes espaços de liderança, cabe aqui uma abertura para futuras pesquisas, sobre o porquê das mulheres não atuarem mais efetivamente como liderança nas comunidades caiçaras de Iguape-SP.

Os resultados também demonstram, por meio da fala dos entrevistados, as contribuições da educação básica e ensino superior na vida dos líderes bem como esta influenciou nas lutas territoriais e empoderamento dos direitos pertencentes à comunidade, apesar do fechamento da única e última escola rural caiçara da Estação Ecológica da Juréia-Itatins.

No entanto, reconhecem que na educação básica, a escola, através dos professores, não trabalhava a questão da identidade caiçara e das atividades culturais. Compreende-se também que essa formação identitária das pessoas caiçaras deve ser inserida no contexto escolar e encontra-se entrelaçada com as atividades voltadas à pesca, à roça e às atividades culturais como o fandango.

Um outro detalhe importante encontrado nas falas dos entrevistados é a proibição da comunidade de plantar sustentavelmente dentro do território por parte das autoridades públicas do estado de São Paulo. Isso acontece devido às investidas da fundação florestal para evitar o plantio dentro da EEJI por parte das comunidades caiçaras de Iguape-SP.

A formação política dos líderes caiçaras advém de um processo contínuo de aprendizado sobre como a comunidade no viés macro e micro social se identifica, observamos que ela é organizada nas lutas entrelaçadas entre líderes e seus liderados com ajuda da sociedade civil na luta pelo direito de plantar e contra o pseudodiscurso ambiental. Podemos compreender a influência dessa formação política por meio dos mecanismos de poder postos na luta contínua das duas classes sociais explanadas no materialismo histórico dialético.

Essa formação política advinda da escolarização e do contexto onde vivem permite aos líderes e membros da comunidade uma participação de maneira mais consciente das decisões que afetam o presente e futuro seres humanos que se reconhecem como caiçaras de Iguape-SP.

Logo, os movimentos sociais de comunidades caiçaras transcendem a luta

por seus territórios ancestrais, eles buscam reconhecimento da sua identidade, direito as mesmas coisas que as outras comunidades possuem e o direito de plantar e pescar sustentavelmente. Por meio da organização e mobilização, esses movimentos sociais também influenciam a formulação e implementação de novas políticas públicas sociais, territoriais, econômicas e educacionais.

Essas políticas são fruto de um árduo processo de luta por reconhecimento e justiça social, que busca garantir o direito das pessoas caiçaras de continuarem plantando, pescando e vivendo em seus territórios de acordo com seus costumes e tradições ancestrais.

O Estado, por sua vez, tem o dever de atender e compreender essas justas reivindicações, reconhecendo as comunidades caiçaras como parte integrante da sociedade civil organizada brasileira e sujeitos de direitos específicos. Para além da obrigação legal, o reconhecimento e a valorização das comunidades tradicionais são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática. Percebemos que existe a necessidade de novas políticas públicas no âmbito das comunidades tradicionais caiçaras, principalmente aquelas que reconheçam que o território pertence ao coletivo. Uma vez que as unidades de conservação e o governo do Estado se apoderaram de grande parte do território.

## REFERÊNCIAS

- ABIRACHED, C. F. A. **Ordenamento territorial e áreas protegidas: conflitos entre instrumentos e direitos de populações tradicionais de Ubatuba – Paraty**. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- ADAMS, C.. As Roças e o Manejo da Mata Atlântica pelos Caiçaras: uma revisão. **Revista Interciencia**, v. 25, n.3, p. 143-150, 2000.
- ALCOFORADO, F.A.G. **Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia**. 2003. 334 f. Tese (doutorado em Planificación Territorial y Desarrollo Regional). Programa de Pós-graduação em Planificación Territorial y Desarrollo Regional da Universidade de Barcelona, Barcelona, 2003.
- AMBONI, V. Trabalho e educação na reprodução social do homem. **Revista Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 11, n. 1, p. 245–253, 2019.
- ARAKAKI, K. R. **O território caiçara da comunidade Enseada da Baleia, Parque Estadual da Ilha do Cardoso – SP**. 2011. 132 f Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.
- ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS DA JURÉIA (AJJ). **Nossa história**. Disponível em: <https://ajjureia.wordpress.com/nossa-historia/>. Acesso em: 17 de jul 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.
- BARONE, A. C. C. Periferia como questão: São Paulo na década de 1970. **PosFAUUSP**, São Paulo, Brasil, v. 20, n. 33, p. 64–85, 2013.
- BARROS, A. L. R. **A Interface entre a Educação Escolar Diferenciada e o Turismo de Base Comunitária nas Comunidades Caiçaras do RJ**. 2017. 134 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento territorial). Programa de Pós-graduação em desenvolvimento territorial. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- BASSO, J. D.; BEZERRA NETO. L. Pedagogia Histórico- Crítica, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e Educação do Campo: contradições na luta pela escola única. *In*: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 2012, João Pessoa-PB. **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" História da educação brasileira: experiências e peculiaridades**, 2012.
- BDTD. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**, 2024. Disponível em: <<http://bdtb.ibict.br/pt/a-bdtb.html>> Acesso em: 01 set 2024.

BERNADES, M. E. M.; BEATÓN, G. A. Introdução. *In.*: **Trabalho, educação e lazer: contribuições do enfoque histórico-cultural para o desenvolvimento humano**/Maria Eliza Mattosinho Bernardes, Guillermo Arias Beatón, organizadores. – São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2017, p. 19-21.

BEU, S. E.. **Análise socioambiental do complexo estuarino-lagunar de Cananéia-Iguape e Ilha Comprida (SP): subsídios para o planejamento ambiental da região.** 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BEZERRA NETO, L. A Díficil, mas necessária relação entre os movimentos sociais e a universidade: “Educação e movimento sociais: práticas pedagógicas, desafios e novos rumos” *In*: BEZERRA NETO, L.; BEZERRA, M. C. S.; SANTOS NETO, J. L. **Na luta pela terra, a conquista do conhecimento.** São Carlos: Pedro e João, 2013. p. 13-64.

BEZERRA NETO, L. “Escola da terra” em tempos de negação da escola. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 1, p. 313–325, 2022.

BEZERRA NETO, L. A importância dos cursos de aperfeiçoamento “escola da terra” em tempos de negação. *In*: SANTOS, M.C.; SANTOS, P O. (Orgs.). **Escola da Terra: reflexões históricas, teóricas e práticas sobre educação do campo no estado de São Paulo.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p 37-54.

BEZERRA NETO, L.; BEZERRA, M. C. S. Educação do campo: referencias teóricos em discussão. *In*: BEZERRA NETO, L.; BEZERRA, M. C. S. **Educação para o campo em discussão: reflexões sobre o programa escola ativa.** São Carlos: Premier, 2011. p. 101-120.

BEZERRA NETO, L.; NUNES, K. C. S. A Educação no Campo e a Pedagogia Histórico-Crítica: Elementos para um Currículo Escolar Multisseriado. **Revista E-curriculum (PUCSP)**, v. 21, p. 1-21, 2023.

BEZERRA NETO, L.; BEZERRA, M. C.. Educação do Campo: referenciais teóricos em discussão. **Revista Exitus**, v. 1, n. 1, p. 93–104, 2017.

BEZERRA NETO, L.; SANTOS, F. R.. Neoconservadorismo, movimentos sociais e educação no campo no Brasil. **Revista Crítica Educativa**, v. 2, n. 1, p. p.52–65, 2016.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A; MACEDO, M. O método da revisão integrada nos estudos organizacionais. **Revista gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136 mai/ago, 2011.

BRAGA, R. Raízes da questão regional no Estado de São Paulo: considerações sobre o Vale do Ribeira. **Revista Geografia**, v. 24, n. 3, p. 43-68, 1999.

BRASIL. **Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek.** Rio de Janeiro: Presidência da República, 1958.

BRASIL. **Censo demográfico - 1970**. População residente, área e densidade demográfica, segundo as unidades da federação, as microrregiões homogenias e municípios, 1970. Disponível em: [https://censo2010.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1972/populacao\\_m\\_1972aeb\\_019\\_a\\_045.pdf](https://censo2010.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1972/populacao_m_1972aeb_019_a_045.pdf). Acesso em 15. Jun 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993**. Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1993.

BRASIL. **Decreto nº 1.530 , de 22 de junho de 1995**. Declara a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, adotada em Montego Bay, em 10 de dezembro de 1982. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 dez. 1995.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, Brasília, MEC/SEESP, 1996.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2007.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008**. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de julho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2009.

BRASIL. IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, 2010.

BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014.

BRASIL. **Resolução n. 7, de 7 de dez. de 2018**: estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da lei

n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências; 2018.

BRASIL. **IBGE. Censo demográfico.** Rio de Janeiro. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 22 dez. 2023.

BUENO, S.. **Dicionário global escolar Silveira Bueno da língua portuguesa.** São Paulo: Global, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BOTTOMORE, T.. **Dicionário do Pensamento Marxista.** São Paulo: Zahar, 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Registros das sessões:** década de 70. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas/copy\\_of\\_decada-de-70](https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas/copy_of_decada-de-70). Acesso em 12 jul 2024.

CABRAL, A.. A história das usinas nucleoeletricas no Brasil. **Revista Eletrônica de Energia.** v. 1, n.1, p. 58-71. 2011.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? Boletim do Mercado de trabalho. **Conjuntura e Análise**, Rio de Janeiro, IPEA, v. 53, 2012.

CAMARGO, C. P. M. P. **Territorialidades caiçaras do tempo de antigamente ao tempo de hoje em dia em paraty, RJ.** 2013. 239 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – São Paulo, 2013.

Centro de Excelência para o Mar Brasileiro - (CEMBRA). **O Brasil e o mar no século XXI:** Relatório aos tomadores de decisão do País / Cembra, coord. Luiz Philippe da Costa Fernandes, prep. Lucimar Luciano de Oliveira. – 2. ed., rev. e ampl. Niterói, RJ : BHMN, 2012.

COSTA, S. A.; BEZERRA NETO, L. Territorialidade em áreas de assentamentos de reforma agrária: aprendizado da luta dos movimentos sociais. In: SANTOS, A. R. (orgs.). **Movimentos sociais e educação:** políticas e práticas Ilhéus, BA: Editus, 2019, p. 237-255.

COSTA, G. D.; MEDEIROS, O. S. Constituição de liderança quilombola no Pará: reflexões para uma pedagogia decolonial. **Revista Interfaces da Educação**, v.12, n.34, p. 51-77, 2021.

COELHO, K. S. **Entre ilhas e comunidades: articulações políticas e conflitos socioambientais no parque nacional do superagui.** 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba – Paraná, 2014.

CUNHA, A. G.. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2019. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 jun. 2024.

DAL RI, N. M. O golpe militar e a educação: o impacto da legislação e das políticas da ditadura no ensino superior, continuidades e rupturas. In: VIEIRA, R. L. (Org.). **Ecoss da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)**. Marília e São Paulo: Oficina Universitária e Cultura Acadêmica, 2014, p. 59-82.

DEL ROIO, M. T. Memória de dez anos: os anos 70. In: VIEIRA, R. L. (Org.). **Ecoss da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)**. Marília e São Paulo: Oficina Universitária e Cultura Acadêmica, 2014, p. 25-40.

DIEGUES, A. C. S. **Diversidade biológica e culturas tradicionais caiçaras**: o caso das comunidades caiçaras. Série documentos e relatórios de pesquisa – nº 5. 4ª Conferência da UICN União Mundial para Conservação da Natureza. Costa Rica, 1988.

\_\_\_\_\_. A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização. In: DIEGUES, A. C. (org.). **Enciclopédia caiçara**: O olhar do pesquisador. São Paulo: NUPAUB, 2004a, p. 21-48.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: OLIVEIRA, E. R. **Populações humanas na estação ecológica Juréia-Itatins**. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa n. 2, São Paulo: 2004b, p.03.

\_\_\_\_\_. **O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo**: história e população. São Paulo: NUPAUB, 2007.

DUARTE, L. A. **Resistir e retomar, nossa terra e nosso mar**: os comuns como planejamento e gestão territorial subversivos em Guaraqueçaba. 2018, 446 f. Tese (Doutorado em geografia) Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Revista Serviço Social & Sociedade São Paulo**, v. 2, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.

ENGELS, F. **Princípios Básicos do Comunismo de 1847**. Editora Avante. 1982

FAGUNDES, P. E. Repressão sem fronteiras. Os Movimentos pela Anistia: Brasil e Europa (1960-1970). **Revista Tempo e Argumento**, v. 15, n. 38, p. 1-10, 2023.

FERLINI, V. L. A. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). **Revista Anais do Museu Paulista**. v.17. n.2. p. 215-235. jul.- dez. 2009.

FERNANDES, F. **Organização social dos tupinambá**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1963.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FERNANDES, B. M. Território camponês. In: CLADART, R. S. *et. al.* (orgs.) **Dicionário de Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 746-750.

FERNANDES, M. C. L. **Tapera Viva: territorialidade e movimento caiçara na Juréia /São Paulo, 2021. 242 f.**

FERREIRA, L. C. **A Questão Ambiental: Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1998.

FERRETTI, C. **Uma nova proposta de orientação profissional**. São Paulo, SP: Cortez, 1992.

FONSECA, A. S. S. **Concreto sobre areia e sal: A (re)invenção da Comunidade de Caraguatatuba/SP (1950-2010) – Territórios e Identidades, Transformações e Permanências, 2016. 173 f. Dissertação de Mestrado (História) – Universidade Federal de São Paulo, Programa de Pós-graduação em História, 2016.**

FRANCO, P. C.; LIMA, A. S.; PRADO, M. D. A itinerância da educação caiçara e o direito pelo território. IN: NASCIMENTO, L. K.; TEIXEIRA, G.S. (Orgs.). **Comunidades tradicionais e educação escolar diferenciada no vale do ribeira: violações de direitos e conflitos**. São José do Rio Preto, SP: Balão Editorial, 2020. pp. 49-67.

FRANCO, P. C. **Oficinas de fandango caiçara como vivência de educação popular na Associação de Jovens da Juréia-AJJ Barra do Ribeira –Iguape -SP: reafirmando o potencial das comunidades tradicionais caiçaras. 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.**

FRANCO, P. C. Queimaram nossa casa na Juréia. **Rev. Iberoam. Patrim. Histórico-Educativo**, Campinas (SP), v. 7, p. 1-16, e021007, 2021.

FRANCO, P. C. **Escola caiçara da Juréia: educação caiçara na comunidade da Cachoeira do Guilherme, Iguape-SP. Iguape, SP: Cobra Coral Edições, 2022.**

FRESU, G. Apresentação. In: GRAMSCI, A. **Os líderes e as massas: escritos de 1921 a 1926**. São Paulo: Boitempo: 2023. pp. 07-33.

FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. pp. 241-288.

FROMM, E. **Conceito marxista do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Revista Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019.

GARCIA, R. L. Para quem investigamos, para quem escrevemos: reflexões sobre responsabilidade social do pesquisador. *In*: GARCIA, R. L.; MOREIRA, A. F.; SOARES, M.; FOLLARI, R. A. (Org's). **Para que pesquisamos para quem escrevemos: O impasse dos intelectuais**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 15-41.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas, SP: Autores associados, 2015.

GENNARI, A. M., A economia brasileira do pós-1964: desenvolvimento capitalista e tragédia social *In*: VIEIRA, R. L. (Org.). **Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)**. Marília e São Paulo: Oficina Universitária e Cultura Acadêmica, 2014, p. 165-179.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *In*: **33ª Reunião Anual da ANPEd**, realizada em Caxambu (MG), de 17 a 20 de outubro de 2010. Anais, 2010. p.01-29.

GOMES JÚNIOR, M. V. **O espaço Caiçara e o dom da terra: um estudo sócio espacial da Praia Grande da Cajaíba/RJ**. 2005. 198 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2005.

GONZALEZ, M. A. D. **Os caiçaras da Ilha do Cardoso e a coisa fora do lugar**. 2016 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental), Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: volume 2: Os intelectuais, o princípio, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GRAMSCI, A. **Os líderes e as massas**: escritos de 1921 a 1926. São Paulo: Boitempo: 2023

GUERRA, M. A. Cultura brasileira na década de 70: A apologia da metáfora. *In*: **Encontro de Aprofundamento Temático**. Memorial resistência de São Paulo. São Paulo. 2010. Disponível em: [https://memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2021/03/2010\\_Cultura-brasileira-na-decada-de-70-A-apologia-da-memoria.pdf](https://memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2021/03/2010_Cultura-brasileira-na-decada-de-70-A-apologia-da-memoria.pdf). Acesso em: 13.07.2024.

HOUAISS, A. e VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HAYAMA, A. T.; DIEGUES, A. C. S.; MARÉS, C.; CUNHA, M. C.. Tragédia e farsa no Rio Verde, um território caiçara na Juréia. **Revista Le Monde Diplomatique Brasil** (site). Disponível em: <https://diplomatique.org.br/tragedia-e-farsa-no-rio-verde-um-territorio-caicara->



indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2022. p. 16- 75.

LIMA, G. P. **Turismo e poder em lugares tradicionalmente habitados por caiçaras: O caso do Bonete, Ilhabela, SP.** 2015. 302 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

MARCONDES, D. S. **Os conflitos decorrentes do veraneio e do turismo sobre o território tradicional caiçara na Praia de Castelhanos a partir da década de 1950.** 2018. 279f. Dissertação (Mestrado em ciências), Pós-graduação em turismo (ciências) pela Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MARSIGLIA, A.C. G.; SACCOMANI, M. C. S.. A transmissão de conhecimentos como condição para a criatividade: o papel diretivo do professor e a criança feliz. **Revista Perspectiva**, v. 37, n. 1, p. 296–315, 2019.

MARSIGLIA, A. C. G.; OLIVEIRA, A. D. O trabalho pedagógico nos anos iniciais do ensino fundamental a partir da pedagogia histórico – crítica. **Colloquium Humanarum**, v. 19, n. 1, p. 86–102, 2022.

MALANCHEN, J.; TRINDADE, D. C. .; JOHANN, R. C. . Base nacional comum curricular e reforma do ensino médio em tempos de pandemia: considerações a partir da Pedagogia Histórico-Crítica . **Momento - Diálogos em Educação**, v. 30, n. 01, 2021.

MASSON, G. Materialismo histórico e dialético: uma discussão sobre as categorias centrais. **Práxis Educativa**, v. 2, n. 2, p. 105–114, 2007.

MARTINS, I. S.; CAVALCANTI, M. L. F.; MAZZILLI, R. N. Relação entre consumo alimentar e renda familiar na cidade de Iguape, São Paulo (Brasil). **Revista Saúde públ.**, v. 1, n.1, p. 27-38, 1977.

MARTINS, L. P. T. **Habitação nas comunidades tradicionais caiçaras da Baía dos Castelhanos, Ilhabela, SP.** 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MARTINS, J. T. **A defesa do território das comunidades tradicionais nos municípios de Ubatuba (SP) e Paraty (RJ):** uma análise do Turismo de Base Comunitária da Rede Nhandereko. 2020. 141 f. Dissertação ( Mestre em Geografia, na área de Desenvolvimento territorial) Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São Paulo, 2020.

MARTINS, L. M.; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico dialético: Contributos para a investigação em educação. **Revista educar em revista**, v. 34, n. 1 p. 223-239, 2018.

- MARTINS, L. M.; MARSIGLIA, A. C. G. Contribuições para a sistematização da prática pedagógica na educação infantil. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 6, n.01, pp. 15-26., 2015.
- MARTINS, M. F.; BERGAMINI, D. Educação e movimentos sociais na região de Sorocaba/SP: incipiente mapeamento. **Revista Crítica Educativa**, v. 2, n. 1, p. p.96–115, 2016.
- MARINHO, M. A. **Territorialidade e governança em áreas protegidas**: o caso da comunidade do Marujá, no parque estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, SP). 2014. 234 f. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MARX, K. **Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: RocketEdition (fonte digital), 1999.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão popular, 2008.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política, livro 1. Boitempo, 2013.
- MARX, K. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 187–266, 2016.
- MARX, K.. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Edipro, 2015
- MELO JÚNIOR, A. L. **Trajetórias dos professores e educadores sociais da cidade de Iguape – São Paulo**. 2019. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba. Programa de Pós-Graduação em Educação, Sorocaba, 2019.
- MELO, J. M. S. **História da Educação no Brasil**. Coordenação Cassandra Ribeiro Joye. - 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012. 95p.: il. ; 27cm.
- MESZÁROS, I. **Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MENDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular, 2009, p. 217 -227.
- MENDONÇA, M. O. **Territórios, deslocamentos, permanências e transformações**: o caso dos caiçaras da Praia Grande de Cajaíba, RJ. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência ambiental) Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- MONTEIRO, T. L. **Ação política e resistência territorial: turismo de base comunitária entre os caiçaras de São Gonçalo - Paraty, Rio de Janeiro**. 2017.

110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MONTÃO, L. C. V.; CRUZ, P. L. C. A. O uso da pesquisa documental em estudos de cunho histórico sobre educação e saúde. In: DE CASTRO, P. A. et al. (Org.). **Escola em tempos de conexões**. 1ed.Campina Grande: Realize editora, 2021, v. 3, p. 725-742.

MOURA, D. A. S.. Porto da Vila de Santos. In: **BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa**. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Porto\\_da\\_Vila\\_de\\_Santos](http://lhs.unb.br/atlas/Porto_da_Vila_de_Santos). Data de acesso: 1 de março de 2024.

MOREIRA, A. Tratado de Tordesilhas de 7 de julho de 1994. In: MOREIRA, A. BUGALLO, A. e ALBUQUERQUE, C. **Legado Político do Ocidente: O Homem E O Estado**. S. Paulo: : DIFEL Difusão Européia ,1978. P 10- 25.

MOREIRA, C. NPK Nitrogênio, Fósforo, Potássio: A função dos nutrientes nitrogênio, fósforo e potássio para as plantas e o uso de fertilizantes. Contém uma receita de fertilizante natural. **Livros digitais do EducaCapes**, Brasília, 2021. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/597864>. Acesso em: 24.01.2024.

MORELLI, G. A. S. **Cotidiano e Territorialidades de uma comunidade caiçara: Puruba, Ubatuba, SP**.2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais. 2010.

MUSSOLINI, G. **Ensaio de antropologia indígena e caiçara**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

NASCIMENTO, F. B. Iguape, arquiteturas em processo e construção da proteção federal. In.: SCIFONI, S. (Org). **Caderno de educação patrimonial: memórias urbanas de iguape – sp**. Edição equipe FFLCH/USP/Labur. 2011.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NABHAN, N.. **Dois mares que se juntam e a coletividade que aflora: meio ambiente e identidade caiçara na comunidade da Nova Enseada, Parque Estadual da Ilha do Cardoso-SP**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2021.

NEMETH, P. S. **A tradição pesqueira caiçara dos mares da Ilha Anchieta: a interdição dos territórios pesqueiros ancestrais e a reprodução sociocultural local**. 2016. 250 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NEVES, B. M.; FRIGOTTO, G. As relações entre a estrutura econômico-social e educação no capitalismo tardio, dependente e de modernização conservadora. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, v. 5, n. 1, 2024.

NUNES, M. **Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP**. 2003. 168 f. Dissertação (mestrado em geografia física), Programa de Pós-Graduação em Geografia Física. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, E. R. **Populações humanas na estação ecológica Juréia-Itatins**. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa n.º2, São Paulo: 2004.

ONU. Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano. In: **Anais Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano**, 1972. Disponível em: Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano, (cetesb.sp.gov.br). Acesso em 20 de jun 2024.

PAES, S. R. **Espaço da vida, espaço da morte na trajetória caiçara**. 1998, 109 f. Dissertação (mestrado em sociologia). Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara, 1998.

PEREIRA, M. V. M. **A luta pelo território caiçara no contexto da mudança de categoria da Reserva Ecológica da Juatinga**. 2017, 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2017.

PEREIRA, J. J.; MARANHÃO, C. M. S. DE A.; REZENDE, A. F. Naturalização do processo de liderança: o resgate dos valores. **Caderno de administração**, v. 26, n. 1, p. 43-59, 29 out. 2018.

PIMENTEL, A. O. **Da desterritorialização à re-significação: a r-existência dos caiçaras da Juréia**. 2010. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PLUTARCO. **Como Se Tornar um Líder**. Nova Fronteira. 2022

PROUDHON, J. P. **Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria**: tomo II. 1. ed. São Paulo: Ícone, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 28 jul. 2024.

REIS, C. P. **Estado, luta de classes e políticas públicas de educação para o campo de Tocantins: territórios em disputa**. 2015. 348f. Tese (Doutorado em Educação), Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. XIII, n. 2, p. 13- 26, 1999 a.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Revista GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 07-13, 1999 b.

SANTOS, F. R.; BEZERRA NETO, L.; BEZERRA, M. C. S. Políticas públicas estatais para a educação do/no campo (1997 – 2014). In: SANTOS NETO, J. L.; BEZERRA NETO, L. ; BEZERRA, M. C. S. (Orgs.) **Trabalho e educação: estudos sobre o rural brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. p. 103 – 138.

SANTOS, P. E. B. **Estação Ecológica Juréia-Itatins**: elementos para uma reflexão histórica. 2013. 139 f (Mestrado em História da Ciência). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-graduação em História da Ciência, São Paulo, 2013.

SÃO PAULO. **Decreto n. 24.646, de 20 de janeiro de 1986**. Secretaria geral parlamentar, departamento de documentação e informação. Cria a estação ecológica de Juréia-itatins e dá providências correlatas, São Paulo, 1986.

SÃO PAULO. **Lei nº 14.982, de 8 de abril de 2013**. Altera os limites da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, na forma que especifica, e dá outras providências. Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 9 abr. 2013.

SÃO PAULO. **Sobre a Estação Ecológica**. Governo do estado de São Paulo, coordenadoria de planejamento ambiental, 2018.

SÃO PAULO. **Memorial da Resistência**. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/>. Acesso em: 14 de jul 2024.

SARTORI, A. G. O.; AMANCIO, R. D. Pescado: importância nutricional e consumo no Brasil. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 19(2): 83-93, 2012.

SAVIANI, D.. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, p. 152-165, 2007.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores associados, 2012.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas-SP: autores associados, 2013a.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas-SP: Autores associados, 2013b.

SAVIANI, D. **O lunar de sepé**: paixão, dilemas e perspectivas na educação. Campinas SP: Autores associados, 2014.

SAVIANI, D. Entrevista com Dermeval Saviani. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 3, p. 613-620, set./dez. 2015.

SAVIANI, D. Educação, práxis e emancipação humana. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, v. 2, n. 2, p. 5–20, jul-2017.

SAVIANI, D. Entrevista com o professor Dermeval Saviani "Pedagogia Histórico-Crítica na atualidade". **Colloquium Humanarum**, v. 16, n. 2, p. 4–12, 2019.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica e Pedagogia da Libertação: aproximações e distanciamentos. **Revista germinal: marxismo e educação em debate**, v. 13, n.3 p. 170-176, 2021.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica, construção do ser social e educação ambiental. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 26, Ed. Esp., e8, p. 1-17, 2022.

SANCHES, R. A. **Caiçaras e a estação ecológica de juréia-itatins**: litoral sul de São Paulo. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004.

SEVERINO, J.S. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2011. 303p.

SILVA, S. R. **Camburi, território de brancos, negros e índios no limite de consenso caiçara**. 2004. 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, S. P. **Laços na diversidade**: análise da trajetória de construção do movimento social de economia solidária no Brasil. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea , 2018.

SILVA, P. R.; MAYORGA, C. Jovens nem nem brasileiros/as: entre desconhecimento das experiências, espetacularização e intervenções. **Revista Desidades**, Rio de Janeiro , n. 23, p. 10-23, jun. 2019. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2318-92822019000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822019000200002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 23 jul. 2023.

SILVA, R. A. **O conceito de práxis em Marx**. 2017. 104f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Natal, RN, 2017.

SILVA, J. R. S. ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F.. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n.01, v. 01, p. 1-15, 2009.

SILVEIRA, R. **Estudo sociogeolinguístico do município de Iguape**: aspectos semântico-lexicais. 288 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

SILVEIRA, R. **Da terra ao mar**: um estudo de microtoponímia caiçara em Iguape/SP. 244 f. Tese (Doutorado em Linguística) Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2015.

SILVEIRA, J. G. Entre o desenvolvimento econômico e os debates sobre meio ambiente: a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e a política estratégica de proteção ambiental no Brasil (1973-1981). In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE

**HISTÓRIA: Lugares dos historiadores velhos e novos desejos.** Florianópolis - SC. 27 A 31 de julho de 2015. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945023\\_a32ab770b22487aaa87dcbe9d85f6a03.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945023_a32ab770b22487aaa87dcbe9d85f6a03.pdf). Acesso em 22 junho 2024.

SOUZA, V. M. **Educação para permanecer no território:** a luta dos povos tradicionais caiçaras da Península da Juatinga frente à expansão do capital em Paraty-RJ. 2017. 390 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia), Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2017.

SOUZA, V. M.; LOUREIRO, C. F. B. Povos tradicionais caiçaras, educação escolar e justiça ambiental na Península da Juatinga, Paraty-RJ. **Ambiente & educação: revista de educação ambiental**, v. 23, p. 54-78, 2018.

STORI, F. T. **Adaptatividade e resiliência no sistema socioecológico da comunidade caiçara da Ilha Diana, município de Santos-SP.** 2012. 226 f. Tese (Doutorado Ecologia e Recursos Naturais), Programa de Pós Graduação em Ecologia e Recursos Naturais Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

SCATAMACCHIA, M. C. M. Os primeiros habitantes do Baixo vale do Ribeira. In: DIEGUES, A. C. (org.). **Enciclopédia caiçara:** O olhar do pesquisador. São Paulo: NUPAUB, 2004, p. 91-102.

SCHLEUMER, F. Por uma história da morte escrava no Brasil: o caso de São Paulo no século XVIII. 2008. **XIX Encontro Regional de história:** Poder, violência e exclusão. ANPUH/SP-USP. Disponível em: <http://legacy.anpuh.org/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Fabiana%20Schleumer.pdf>. Acesso em 29 jun 2024.

TAFAREL, C. Z.; MOLINA M. C. Política Educacional e Educação do Campo. In: CLADART, R. S. *et. al.* (orgs.) **Dicionário de Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 571 – 578.

TERRA, E. **Dicionário da língua portuguesa.** São Paulo: Rideel, 2011. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 jun. 2024.

TORIJA, B. B.; SANTAMARIA, F. E.; JIMÉNEZ-ALEIXANDRE, M. P. Educação para a sustentabilidade: a gestão de recursos do mar. Alexandria: **Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v. 1, n.1, p. 191-208, mar. 2008.

THEODORO, S. H.; LEONARDOS, O. H. Rochagem: uma questão de soberania nacional. In: **XIII Congresso Brasileiro de Geoquímica;** III Simpósio de geoquímica dos Países do Mercosul, Gramado, RS. 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/265509414\\_ROCHAGEM\\_UMA\\_QUESTA\\_O\\_DE\\_SOBERANIA\\_NACIONAL/link/54108c990cf2df04e75d60c7/download?tp=eyJjb250ZXh0ljp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmXPY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmXPY2F0aW9uIn19](https://www.researchgate.net/publication/265509414_ROCHAGEM_UMA_QUESTA_O_DE_SOBERANIA_NACIONAL/link/54108c990cf2df04e75d60c7/download?tp=eyJjb250ZXh0ljp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmXPY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmXPY2F0aW9uIn19) >. Acesso em 24 janeiro 2024.

TRINDADE, D. C.. O Ensino Médio e o currículo como propriedade privada: uma análise da Pedagogia Histórico-crítica. *In*: Julia Malanchen. (Org.). **Políticas educacionais, trabalho pedagógico e Pedagogia Histórico-Crítica**. 1ed. Uberlândia: Navegando, 2022, p. 95-120.

VALENTIN, A.. Comércio marítimo de abastecimento: O porto de Iguape (sp), 1798-1880. *In*: **V Congresso Brasileiro de História Econômica ABPHE**, 2003, Caxambu - Minas Gerais. Cadernos de Resumos do V Congresso Brasileiro de História Econômica, 2003. p. 68-68.

VÁZQUEZ, A. S.. **Filosofia da práxis**. São Paulo - SP: Expressão Popular, 2011.

VENDRAMINI, C. R. O fazer-se classe trabalhadora: as migrações campo-cidade. *In*: ALVES, A. E. S.; TIRIBA, L. (Orgs.). **Cios da terra: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e educação do campo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022. pp. 29-46.

VELOSO, F. A.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. Determinantes do milagre econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, v. 62, n. 2, p. 221–246, 2008.

VIEIRA, C. E. C; BIONDINI, B. K. F. De Marx a Le Guillant: subsídios para a práxis na saúde mental relacionada ao trabalho. **Revista Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 15, n. 1, p. 317–335, 2023.

VIANA, V. M. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. *In*: DIEGUES, A. C.; VIANA, V. M. (Org.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004, p. 23-26.

WUNDER, A. Introdução. *In*: FRANCO, Paulo Cesar. **Escola caiçara da Juréia: educação caiçara na comunidade da Cachoeira do Guilherme, Iguape-SP**. Iguape, SP: Cobra Coral Edições, 2022. pp. 16-20.

YAMAOKA, J. G. **Resistência pela permanência no território: o caso da comunidade caiçara da enseada da baleia, Cananéia-SP**. 2019, 255 f. Dissertação (Desenvolvimento Territorial Sustentável) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS), Universidade Federal do Paraná. 2019.

YOUNG, E. G.. História de Iguape. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - IHGSP**, v. VIII n. 8, São Paulo, 1904.